

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A importância do esporte](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Rossieli: 'O que nos interessa é a ideologia da aprendizagem'](#)

O GLOBO - RJ

[O risco da inexperience](#)

[PESQUISA CUSTA CARO E REQUER INVESTIMENTOS, QUE VAMOS FAZER](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Creche pública eleva em 44 pontos probabilidade de mãe trabalhar](#)

Imprensa Estadual

O POVO - CE

[TRAVESSIA DA UFC](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Cursos de idioma são destaque](#)

O POVO - CE

[Idoso pode estudar aqui?](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Como ficará o EAD?](#)

['Única ideologia que nos interessa é a ideologia da aprendizagem', diz Rossieli](#)

[A tragédia do ensino médio](#)

CORREIO WEB

[200 escolas públicas do DF necessitam de algum tipo de reforma](#)

[Aprendizado com reflexão](#)

TERRA

[Única ideologia que nos interessa é a ideologia da aprendizagem, diz Rossieli](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[5 dicas para organizar a rotina de estudos em cursos a distância](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEDICINA - NOVA GRADUAÇÃO NO UNIEURO](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Chicago e a política pública](#)

[Um jabuti no MEC](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Energia, dedicação e farol alto](#)

[Entre dona Damares e os perigos da filhocracia](#)

[Desassossego](#)

[Queimando a largada](#)

[O 'jacobino' que chegou ao Planalto](#)

O GLOBO - RJ

[UM JABUTI NO MEC](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Ensino da língua alemã na UFPA](#)

O DIA - RJ

[Pré-vestibular Social](#)

O POPULAR - GO

[Fundeb não pode ser usado para pagar honorários](#)

Agências de notícias e sites

CLIPPING



BLOG DO GERALDO JOSÉ

[DOUTORADO EM EDUCAÇÃO DA UNEB ESTÁ ENTRE 15 MELHORES DO BRASIL](#)

CABRESTO SEM NÓ

[Pós-graduação: cuidado com as baiucas de fim de semana.](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Gato por lebre: cursos de pós-graduação sem diploma têm feito novas vítimas](#)

OLHAR DIRETO

[Proprietário de clínica de reabilitação nega acusação de cárcere privado e questiona Estado sobre fechamentos](#)

SÓ FATOS

[Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ciência contribui para o sucesso do basquete feminino de Santo André](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Briga nos bastidores aumentou influência de Olavo de Carvalho no MEC](#)

[Toffoli vê prejuízo a crianças em pagamento de honorários com verba da educação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Editais do livro didático derruba assessor do MEC](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Oposição ao governo Bolsonaro está no Planalto](#)

[A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? SIM](#)

[A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? NÃO](#)

[A verdade em fluxo](#)

[Criança é protagonista do aprendizado em nova base curricular infantil](#)

[Servidor do MEC atribui mudança em edital de livro didático a erro operacional](#)

[Ministro exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares](#)

[Em biografia, autor mostra fascínio de fundador do Mackenzie pelo Brasil](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ministros classe A e B](#)

[Livros didáticos](#)

O GLOBO - RJ

[Alteração em livros didáticos foi erro operacional, afirma relatório](#)

[Toffoli suspende honorários com verbas do Fundeb](#)

Revistas

ÉPOCA - RJ

O ANTICOMUNISTA

VEJA - SP

[Quem é você](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Ministro exonera 10 por edital alterado](#)

CORREIO DO ESTADO - MS

[Inscrições para o ProUni abrem dia 29](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[A verdade em fluxo](#)

[Exoneração após novo edital](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Municípios avaliam impactos de piso salarial para 2019](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

CLIPPING



[Servidor do MEC fala em erro operacional e assume mudança em edital](#)

MEIO NORTE - PI

[Uespi abrirá vagas para 5 graduações](#)

O LIBERAL - PA

[FCC lança curso de Direito e dupla certificação em Educação Física](#)

O POPULAR - GO

[Caiado garante que irá quitar dívida com instituições de ensino](#)

[Funcionário assume "erro operacional" em edital](#)

[Servidores protestam em frente à secretaria](#)

O POVO - CE

[MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados](#)

Agências de notícias e sites

GMC ONLINE

[CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UEM É O 3º MELHOR DO BRASIL](#)

PORTAL EXAME

[As melhores faculdades e universidades particulares do Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ex-alunos de Vêlez e Olavo e ala ligada a militares dominam o novo MEC](#)

PORTAL ÉPOCA

[Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação](#)

R7

[Ulbra demite cerca de 200 professores](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[MEC abre inquérito para investigar edital](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[MEC apurará caso de livros didáticos](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Quase mil alunos fazem cursos profissionalizantes em Roraima](#)

O DIA - PI

[Experiência educacional será tema de simpósio para gestores do PI](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[MEC investigará mudança em livros](#)

[MEC: piso salarial do magistério é reajustado](#)

O ESTADO - MS

[Piso da educação básica sobe 4,17%](#)

O TEMPO - MG

[Nomeação](#)

Agências de notícias e sites

D24AM

[Mestrado em Direito da Ufam é aprovado pela Capes](#)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM

[Mestrado em Direito da Ufam é aprovado pela Capes](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares](#)

[MEC exonera responsável por mudança em edital de livros didáticos](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC faz 20 exonerações, incluindo servidor que assinou edital polêmico](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[MEC não conteve abertura de cursos, tampouco cuidou da sua qualidade](#)

CORREIO WEB

[Após mudança em edital de livros, governo exonera chefe do FNDE](#)

METRÓPOLES

[MEC exonera responsável por mudança em edital para livros didáticos](#)

PORTAL EXAME

[MEC exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares](#)

PORTAL ISTOÉ

[Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados](#)

PORTAL VEJA

[MEC exonera 10 servidores após polêmica com livros didáticos](#)

[Métodos de alfabetização fazem diferença](#)

R7

[MEC exonera 10 servidores após mudança em edital de livros](#)

TERRA

[Após confusão com livros, MEC exonera dez do Ministério](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados](#)

VEJA - SP

[Buscas por Ministério da Educação no Google crescem 317%](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

A importância do esporte

VISÃO DO CORREIO

A primeira vez em que o esporte foi colocado sob a tutela do Estado no Brasil, o presidente era Getúlio Vargas. Em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física, ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os diretores eram cinco militares e um professor. Em 1970, a divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desporto, sob o comando de dois coronéis, e, em 1978, passou a ser designada Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda relacionada ao MEC.

No governo Collor, a secretaria foi extinta e criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Depois de voltar ao MEC com a saída de Collor, em 1995, foi criado o Ministério Extraordinário do Esporte pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que nomeou Pelé como ministro. No seu segundo mandato, FHC criou o Ministério do Esporte e Turismo.

Em 2003, Lula separou as pastas e criou o Ministério do Esporte. Quatro anos depois, o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo'2014 e, em 2009, o Rio foi anunciado como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

No governo Bolsonaro, que acaba de se iniciar, o esporte voltou a ser secretaria, ligada agora ao Ministério da Cidadania. Sem entrar no mérito do status dado à área, se secretaria ou ministério, o importante é que o governo tenha clara a importância do esporte para o país. Tanto o de alto rendimento – que depende muito da ajuda governamental – quanto o esporte de base, que tem alto grau de relevância social, sendo fundamental para a formação de novos atletas, e, principalmente, como atividade complementar para as crianças de famílias de baixa renda, além de ser importante

também no combate ao uso de drogas.

É bom lembrar também que as modalidades esportivas de ponta no Brasil têm como principais patrocinadores órgãos federais – o Banco do Brasil patrocina as equipes de vôlei e handebol; os Correios, a natação; a Caixa, o atletismo e a ginástica, por exemplo. Apesar da sinalização do governo Bolsonaro de que iria retirar, ou diminuir, o patrocínio da Caixa aos clubes de futebol, o dinheiro para as modalidades citadas, entre outras, significa a própria sobrevivência. Para o governo, pode ser considerado um investimento, não uma propaganda, e, por isso, tem a obrigação de fiscalizar o que é feito com as verbas pelas confederações, responsáveis por administrá-las, para que não haja desvios.

O discurso do ministro Osmar Terra em sua posse foi correto. “A fusão dos ministérios não vai tirar a força que cada pasta tem. Estamos mantendo as estruturas básicas para que não ocorra redução de atividades e para fortalecê-las com a integração (...) Vamos privilegiar os esportes de base para garantir um número maior de atletas e descobrir talentos”. Só o tempo dirá se discurso e prática serão os mesmos. Estão sob seu comando também as secretarias do Desenvolvimento Social e da Cultura.

A secretaria é coordenada pelo general Marco Aurélio Vieira, que, como militar, sabe bem a importância do esporte na vida das pessoas e terá a missão de transformar o ‘legado’ esportivo deixado pela Olimpíada no Rio realmente em legado. O general foi diretor executivo de Operações dos Jogos’2016. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, para cada dólar investido no esporte são economizados três dólares na saúde pública.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Rossieli: ‘O que nos interessa é a ideologia da aprendizagem’

Questionado sobre Escola Sem Partido, Rossieli diz que não vai perder tempo com coisas que não são essenciais

Para o novo secretário da Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares, discussões em torno de projetos como o Escola sem Partido só atrapalham. “A única ideologia que deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem de ser a nossa obsessão”, disse ao Estado o ex-ministro, no governo de Michel Temer.

A posição forte, nada política, é contrária ao que disse o governador João Doria (PSDB) ao anunciá-lo para o cargo. O chefe afirmou ser favorável à bandeira do presidente Jair Bolsonaro, que quer combater uma suposta doutrinação de professores nas escolas.

Na semana passada, ele se envolveu na polêmica dos livros didáticos ao negar qualquer responsabilidade nas mudanças publicadas no dia 2, no Diário Oficial. Segundo revelou o Estado, o edital havia sido alterado e passava a permitir erros e publicidade e a não exigir referências bibliográficas. O governo Bolsonaro culpou a gestão Temer.

Como vai lidar com a questão do Escola sem Partido? O governador disse que defende o projeto. Vocês já conversaram novamente sobre isso?

Não voltamos a conversar sobre isso, nosso foco tem sido a discussão da aprendizagem. A gente perde tempo demais em coisas que não são essenciais. Vou perder meu tempo com ideologia disso e daquilo quando só 5% dos jovens saem do ensino médio com

aprendizado suficiente? A única ideologia que deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem de ser a nossa obsessão. Vamos discutir o que interessa: os jovens e as crianças não estão aprendendo adequadamente dentro das nossas escolas. Se algum professor abusar na sala para fazer campanha para um lado ou outro, tem procedimento para isso. A escola em primeiro lugar tem de ser capaz de resolver seus problemas, seus conflitos. Se não, há mecanismos. Se a criança não aprender Português, não vai saber interpretar, usar linguagem, e vai ser refém de qualquer tipo de ideologização. Quando garanto a aprendizagem, estou buscando dar o caminho para que a criança, o jovem, tenha cada vez mais independência para escolher o rumo que quer.

Muito se fala que professores têm que ser denunciados, que fazem doutrinação.

A gente precisa investir muito na formação de professores. Temos 82% dos professores no Brasil oriundos de universidades privadas, então não é nem uma questão ideológica da universidade pública. A gente precisa apoiar o futuro professor para ele chegar mais preparado na sala de aula. A gente precisa apoiá-lo e não colocar a culpa nele. É culpa do que nós, sistema, estamos fazendo: não temos metodologia suficiente, prática. O professor chega na sala de aula e o que ele teve de suporte para apoiá-lo?

O senhor acabou de finalizar no MEC a Base de Formação Docente, que prevê residência para professores iniciantes. Vai fazer isso em São Paulo?

Sim, a gente vai discutir com as universidades e o governo. Precisamos investir no futuro profissional e nos atuais. Por que você, mãe, pai, não aceita ir ao médico que teve só teoria? Qual prejuízo fazemos à educação ao não dar oportunidade ao professor para ele ficar ao lado de um profissional experiente, aprender os procedimentos e facilitar a aprendizagem?

Hoje existe o estágio, mas ele é burlado, ninguém faz direito.

Em tese, o estágio existe há décadas no Brasil, mas qual o efeito? A pessoa dá uma assinatura lá e libera. Residência pedagógica é dar uma turma para o futuro professor pilotar quando ele está nos últimos semestres de uma licenciatura. O cara tem de estar dentro da escola: assistir a uma aula, ver como o aluno reage, como os outros colegas com experiência reagem.

Somos o Estado mais rico, mas nas últimas avaliações nacionais pioramos e estamos atrás de muitos Estados.

Vamos melhorar em quatro anos. Como secretário de Educação de São Paulo, não tenho direito de não ter a ambição de colocar o Estado sempre no primeiro lugar. Precisa jogar às claras e colocar foco na aprendizagem, continuar com o que é bom e melhorar outras coisas. Temos um processo de política contínua, mas não tivemos continuidade na educação. No final das contas, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é 3,8. Temos de ter obsessão em dar qualidade ao que estamos fazendo com o professor. Há 19 mil com carga horária de 12 horas – é quase institucionalizar o bico. O ideal é fixar o professor na escola, muitos deles estão em três, quatro, e olhar para salário, carreira, formação. Não há possibilidade de a gente não focar no que é essencial, que é aprendizagem. Todo o resto só atrapalha.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

O risco da inexperience

Nesta primeira polêmica do governo Bolsonaro na educação— as estapafúrdias alterações nos critérios de escolha de livros didáticos que, entre outros absurdos, retiravam exigências de que as obras fossem isentas de erros e de citações bibliográficas —, menos mal que, uma vez tornadas públicas pela imprensa, o MEC tenha recuado e negado a autoria das mudanças.

Com apenas 14 dias, qualquer julgamento sobre a qualidade da gestão de um novo governo é prematuro. Mas alguns sinais na montagem da equipe do ministro Ricardo Vélez Rodríguez foram preocupantes. E o principal problema não está necessariamente na orientação ideológica dos novos indicados. Bolsonaro em nenhum momento de campanha — ou após eleito— suavizou seu discurso na educação, tendo sempre insistido na tese da doutrinação marxista como um de seus alvos principais.

A escolha de Vélez Rodríguez, portanto, foi coerente com esse pensamento. O fato de o novo ministro não ser um especialista da área tampouco chega a ser novidade: muitos dos que o antecederam também não tinham essa experiência. Porém, uma vez no cargo, ao menos se cercaram de pessoas com um bom conhecimento do setor ou da burocracia ministerial. A questão que preocupa é que, para cargos no primeiro escalão da estrutura do MEC, foram escolhidos nomes com pouca ou nenhuma prática em gestão pública da educação.

As secretarias de Educação Profissional e Tecnológica; de Regulação e Supervisão da Educação Superior; e de Modalidades Especiais da Educação, por exemplo, foram todas ocupadas por ex-alunos de Vélez Rodríguez em cursos de filosofia na Universidade Federal de Juiz de Fora, com pouca ou nenhuma experiência na área de suas respectivas pastas.

Na recém-criada secretaria de Alfabetização, o escolhido foi Carlos de Paula Nadalim. Mestre em educação pela Universidade Estadual de Londrina e coordenador da escola Mundo do Balão Mágico, também em Londrina, com cerca de 140 alunos. O site do colégio diz que ele elaborou uma "metodologia inovadora", "acumulando resultados surpreendentes" na área de alfabetização. Pode ser verdade, mas o sucesso numa pequena escola particular é pouco perto do imenso desafio de melhorar os indicadores de alfabetização de milhões de crianças.

O caso mais grave de inadequação, no entanto, parece ser a escolha de Murilo Resende Ferreira para um cargo extremamente técnico: a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep, órgão responsável pelo Enem e outros exames oficiais do MEC. Sem conhecimento em avaliação educacional, a credencial que o levou ao cargo foi sua militância no Escola Sem Partido. É claro que o aparelhamento do Estado por pessoas sem experiência na área não foi inventado no governo Bolsonaro.

Uma das primeiras crises no governo Lula (apenas para citar a figura que os bolsonaristas elegeram como maior antagonista) foi a falta de remédios no Inca (Instituto Nacional do Câncer). O problema foi causado por uma diretora de fora do instituto, que estava lá apenas por indicação de um vereador carioca. O fato de algumas das atuais nomeações no MEC não serem de partidos políticos não diminuiu a capacidade de estrago que o desconhecimento pode causar num setor tão importante

para o futuro do país.

Em pastas como a da Economia, Justiça, Agricultura ou Infraestrutura, pode-se discordar da agenda de seus titulares, mas, em geral, não houve relato até agora de cargos tão importantes dentro do ministério ocupados por pessoas sem experiência em suas áreas. Infelizmente, não foi o caso da educação.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

PESQUISA CUSTA CARO E REQUER INVESTIMENTOS, QUE VAMOS FAZER

Professor da UFRJ assume presidência da Faperj com o desafio de de recuperar orçamento da fundação, afetado pela crise fiscal do estado

Entrevista

Jerson Lima Silva/CIENTISTA

ala@oglobo.com.br

Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Jerson Lima Silva construiu uma carreira científica de prestígio internacional ao decifrar mecanismos de proteínas ligadas a doenças como câncer e mal de Parkinson. Desde a semana passada, porém, ele enfrenta um desafio tão complexo quanto a estrutura molecular de proteínas. Nomeado presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), ele precisa dar vida nova à ciência do estado, mergulhada em sua pior crise. Em entrevista ao GLOBO, Jerson diz que o foco neste momento está em recuperar o orçamento perdido nos últimos quatro anos para depois apostar em setores estratégicos para o Rio, como energia, nanotecnologia, tecnologia da informação e biotecnologia.

Quais serão suas prioridades à frente da Faperj?

Reafirmar a missão principal da fundação, a de utilizar o fomento para estimular um aumento da qualidade e da quantidade da produção do conhecimento, aumentar a formação de recursos humanos e fazer chegar as inovações às empresas. Somos o segundo estado em produção de conhecimento do país e quatro de nossas universidades estão entre as 20 mais bem avaliadas no Brasil (UFRJ, Uerj, UFF e PUC).

Qual o maior desafio?

Há muitos desafios, mas certamente o maior deles é a recuperação da execução do orçamento como previsto pela Constituição do estado do Rio, que aloca 2% da arrecadação líquida para a fundação. Devido à crise econômica e fiscal, o governo não repassou todo o orçamento da Faperj nos últimos quatro anos, o que levou a um atraso no pagamento dos projetos. Com o acordo de recuperação fiscal, é possível ter um plano de recuperação do status financeiro da fundação. Os recursos investidos em ciência, tecnologia e inovação trazem retorno a médio e longo prazo. Exemplos recentes foram os investimentos em pesquisas sobre extração do pré-sal e zika, que trouxeram um grande retorno econômico e social para o estado e para o país.

“É possível dobrar indicadores com uma política acertada de fomento. As universidades do estado têm exemplos de sucesso de p_ arcerias”

Qual o caminho para o Rio recuperar o protagonismo na ciência brasileira?

Pesquisa custa caro e requer investimentos; e é isso que a Faperj deve fazer. Na minha avaliação, é possível dobrar indicadores com uma política acertada de fomento. As universidades do estado têm exemplos de sucesso de parcerias público-privadas, principalmente por meio de seus parques tecnológicos. Precisamos replicar os parques de ciência e tecnologia e trazer mais crescimento tecnológico para o Rio de Janeiro.

A Faperj priorizará que áreas de pesquisa?

Por ser uma agência regional, temos que alavancar algumas áreas que poderão ser transferidas para o setor empresarial ou público. Destaco nanotecnologia e novos materiais, engenharias, biotecnologia, pesquisa clínica e estudos de segurança.

E que áreas da ciência são estratégicas para o Rio?

A primeira é a de energia. O setor de óleo e gás tem um papel fundamental na economia do estado e foi alavancado pela pesquisa em águas profundas e a exploração do pré-sal. Boa parte dessa tecnologia foi desenvolvida aqui em universidades e institutos de pesquisa, cabendo destacar a Coppe/ UFRJ, que possui um tanque oceânico para o desenvolvimento de inovações na área de extração de petróleo em águas profundas. Mas ainda é necessário avançar no desenvolvimento de tecnologias para baixar os custos do pré-sal. O secretário Leonardo Rodrigues propôs à Faperj buscar parcerias com empresas e agências reguladoras. Além das grandes indústrias, há toda uma cadeia de pequenas empresas tecnológicas que atuam na área e que devem ser estimuladas. Ainda dentro da área de energia, é muito importante para o estado ampliar a matriz energética de forma sustentável. O Rio de Janeiro tem grande potencial em energia solar e eólica.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Creche pública eleva em 44 pontos probabilidade de mãe trabalhar

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2010, por exemplo, foi estabelecida meta de universalização da pré-escola até 2016, enquanto para o acesso a creches, a meta foi de 50% até 2024.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6062547/creche-publica-eleva-em-44-pontos-probabilidade-de-mae-trabalhar>

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

TRAVESSIA DA UFC

Ficando prata o mapa de recursos para a Universidade Federal do Ceará neste amanhecer de 2019. A Finep aprovou projetos da UFC no valor de R\$ 6,2 milhões nas áreas de biotecnologia, ciências biomédicas e saúde, ciências sociais e nanotecnologia. Pela **Capes** está aprovado o início do projeto de internacionalização da pós-graduação da UFC no valor de R\$ 17,5 milhões. E mais, reitor Henry Campos levou a UFC, a credenciar-se junto ao CNPq para participar do Programa Doutorado Acadêmico para Inovação.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Cursos de idioma são destaque

O período de férias também pode ser usado para aprender ou aperfeiçoar outro idioma. Para quem quer se qualificar profissionalmente, estudar ou morar fora, há uma diversidade de cursos de idiomas oferecidos, nas modalidades presenciais e online, por instituições de ensino do País e do Estado. Uma delas é o Senac. A instituição, que já possui programação de cursos regulares, está oferecendo oficinas de conversação.

Os valores cobrados são de R\$ 100 para alunos e R\$ 110 para não alunos. As informações podem ser consultadas no site <http://www.pe.senac.br/unidades/recife/unidade-de-idiomas-senac-uis-recife/>. ONLINE Para os interessados em cursos online, que permitem uma flexibilidade maior de horário, há opções gratuitas.

O próprio Ministério da Educação (MEC) disponibiliza uma plataforma de ensino de inglês chamada My English Online. O site é direcionado a estudantes, professores e servidores de instituições associadas ao programa Idioma Sem Fronteiras (IOF). Os estudantes podem se desenvolver em até cinco níveis da língua inglesa. Também virtual, a plataforma Prime Cursos disponibiliza cursos de idiomas gratuitos aos estudantes. Para o inglês, o site oferece cursos básico e intermediário. Além disso, há uma modalidade dedicada à gramática da língua. Já para quem quer o espanhol, há cursos de iniciante e intermediário.

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) também disponibiliza curso para quem precisa melhorar a escrita na língua inglesa. Apesar de não oferecer certificação, a grade contempla gêneros do discurso, produção textual e aspectos sociais da língua.

topo ↕

O POVO - CE - TEMPO REAL

Idoso pode estudar aqui?

Foi com esta pergunta que dona Raimunda me contou como, há poucos anos, adentrou a escola que fica perto de sua casa, em busca de se alfabetizar. Hoje, com 85 anos de idade, ela é aluna do ensino fundamental em uma das mais de 80 unidades polos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino de Fortaleza. Até pouco tempo, dona Raimunda fazia parte das estatísticas de analfabetismo do Brasil, portanto, alvo de uma política de educação inclusiva. Apesar dos avanços legais dos últimos anos e das conquistas na área da educação, há analfabetismo no Brasil.

Neste início de ano, fomos surpreendidos com a notícia da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - (Secadi), do Ministério da Educação. Criada em 2004 para "contribuir com o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino", tinha, entre outras atribuições, a função de articular ações voltadas para a EJA abrangendo a alfabetização de jovens e adultos.

Embora a EJA como modalidade de ensino da educação básica diga respeito às pessoas a partir dos 15 anos de idade que não tiveram acesso à educação na idade regular ou que interromperam seus estudos, é preciso observar que a população idosa é o grupo com o maior número de analfabetos do País.

De acordo com dados da Pnad/IBGE, em 2017, a taxa de analfabetismo de idosos brasileiros era quase três vezes maior do que a taxa de analfabetismo do total de brasileiros de 15 anos ou mais. Enquanto a taxa dos primeiros era de 7%, a dos idosos era de 19,3%.

Entre as regiões brasileiras, tais diferenças são também marcantes. O Nordeste possui o maior índice, chegando a 38,6% de idosos analfabetos, enquanto no Sudeste a porcentagem é de 10,6%.

Estes dados comprovam que há uma grande demanda de políticas educacionais voltadas para a população idosa que foi "impedida" de estudar ao longo da vida. A Constituição Cidadã de 1988 assegura a educação básica para brasileiros de todas as idades. O acesso à educação formal representa apenas o passo inicial. A dívida histórica precisa ser paga.

Há muito ainda a ser conquistado no sentido da inclusão educacional, tornando o fim da Secadi algo incompreensível. Além de jovens e adultos, muitas outras Raimundas precisam, no mínimo, se alfabetizar.

Eliana Barroso

eliana.barroso@uece.br

Professora da Uece

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Como ficará o EAD?

Janaína Spolidório*

14 Janeiro 2019 | 05h00

Estamos em um momento político que promete uma grande mudança de paradigma em muitos sentidos. Um deles, e motivo deste artigo, é a ampliação do uso de EAD (ensino a distância) nas escolas, conforme proposta de nosso presidente.

Certamente o ensino a distância tem seus prós e contras, como tudo, mas o mais importante é ter consciência de quais são os pontos negativos e positivos antes mesmo de pensar em sua implantação.

É importante considerar a proposta inicial sobre o assunto.

De acordo com o discurso sobre o ensino a distância, a proposta é a implantação do mesmo tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental, “disseram que ajuda a combater o marxismo. Você pode baratear. E nesse dia talvez seja integral”, conforme as próprias palavras de Bolsonaro. Há ainda a fala sobre a possibilidade de próprio familiar alfabetizar seu filho.

O Ensino Médio é um período difícil na educação brasileira, pois é quando há maior evasão de alunos. Grande parte dos alunos que chegam ao Ensino Médio já sofreram grandes fracassos em sua vida escolar e não conseguem compreender a importância de dar continuidade ao ensino.

A opção de ensino a distância, nesta fase, pode ter benefícios, pois a mudança de tipo de ensino, ainda que em uma porcentagem pequena de tempo do currículo, e em matérias correspondentes ao currículo flexível, conforme proposta, proporciona uma maior

flexibilidade em relação ao tempo e à logística do aluno. Além disso, pode reduzir o custo de investimento, possibilitando que esta verba seja investida em outras questões da área e promove ainda um acessibilidade flexível interessante para o aluno e também para o professor.

Todos estes itens parecem ótimos, mas não se engane! Embora tenha suas vantagens, é preciso que haja uma infraestrutura que provavelmente muitas localidades e até famílias não possuem. Nesse ponto, o barato pode sair caro, pois além do investimento tecnológico, ainda necessita de qualidade nos profissionais que irão atender os alunos, bom conhecimento e domínio desta modalidade de ensino e um material extremamente visual e de muito melhor compreensão do que o produzido para uso em aula regular, na qual o professor consegue ter uma intervenção mais próxima.

Outro ponto a se considerar é que nem todos os alunos de Ensino Médio têm a maturidade necessária para este tipo de estudo mais autônomo, mesmo que acompanhados de um professor na tela do programa.

Se não há maturidade no Médio, imagine a implantação de algo assim no Ensino Fundamental, que é uma fase obrigatória. Os alunos estão ainda construindo a autonomia e uma proposta de ensino a distância deveria ser bem dosada. Talvez uma vez por quinzena para uma lição extra curricular a distância, para que o aluno aprenda estratégias próprias desta forma de estudo e, com o tempo, chegue ao Ensino Médio preparado para ter uma pequena parcela das aulas desta forma. Mas claro, depois de ter passado por um processo de aprendizagem sobre como estudar desta forma, tudo bem articulado e estruturado.

Quanto à possibilidade de evitar o marxismo, educar, seja de qualquer forma, é um ato político. A escola deve ser neutra, muitos profissionais acabam colocando suas opiniões durante as aulas e realmente isso não é correto. As crianças não devem ser influenciadas desta forma. Elas estão na escola para aprender conhecimentos, desenvolver habilidades e aprender a pensarem de modo autônomo, não de acordo com os adultos que as orientam. A solução para a influência política, religiosa ou qualquer que seja está na formação dos profissionais, em fazê-los entender que este não é o papel deles enquanto bons educadores.

Claro que há muito mais a se considerar. Áreas remotas, falta de tecnologia no país, em geral, necessidade de formação diferenciada do professor entre outras coisas. Talvez seja sim algo a se considerar como recurso, mas a longo prazo e somente com outras mudanças anteriores e mais importantes no momento educacional do Brasil.

*Janaína Spolidório atua no segmento educacional há mais de 20 anos e desenvolve materiais pedagógicos digitais que complementam o ensino dos professores em sala de aula

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

‘Única ideologia que nos interessa é a ideologia da aprendizagem’, diz Rossieli Questionado sobre Escola Sem Partido, novo secretário da Educação do Estado de São Paulo diz que não vai perder tempo com coisas que não são essenciais

Para o novo secretário da Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares, discussões em torno de projetos como o Escola sem Partido só atrapalham. “A única ideologia que

deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem que ser a nossa obsessão”, disse ao Estado o ex-ministro, no governo de Michel Temer. “Vamos discutir o que interessa: os jovens e as crianças não estão aprendendo adequadamente dentro das nossas escolas.” A posição forte, nada política, é ainda contrária ao que disse o governador João Doria justamente ao anunciá-lo para o cargo. O chefe afirmou ser favorável à bandeira do presidente Jair Bolsonaro, que quer combater uma suposta doutrinação de professores nas escolas.

“A gente precisa apoiar o professor e não colocar a culpa nele”, continua Rossieli, que quer implementar em São Paulo um modelo de estágios para docentes nos moldes de uma residência médica. Na semana passada, ele ainda se envolveu na polêmica dos livros didáticos ao negar qualquer responsabilidade nas mudanças publicadas em 2 de janeiro no Diário Oficial. Segundo revelou o Estado, o edital havia sido alterado e passava a permitir erros, publicidade e a não exigir referências bibliográficas. O governo Bolsonaro culpou a gestão Temer.

Como vai lidar com a questão do Escola sem Partido? O governador disse que defende o projeto. Vocês já conversaram novamente sobre isso?

Não voltamos a conversar sobre isso, nosso foco tem sido a discussão da aprendizagem. A gente perde tempo demais em coisas que não são essenciais, vou perder meu tempo com ideologia disso e daquilo, quando só 5% dos jovens saem do ensino médio com a aprendizado suficiente? A única ideologia que deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem de ser a nossa obsessão. Essa é nossa postura em São Paulo. Vamos discutir o que interessa: os jovens e as crianças não estão aprendendo adequadamente dentro das nossas escolas. Se algum professor abusar dentro da sala de aula para fazer campanha para um lado ou outro, tem procedimento para isso. A escola em primeiro lugar tem de ser capaz de resolver os seus problemas, seus conflitos. Se não, tem mecanismos para se tomar providência. Se a criança não aprender Português, não vai saber interpretar, não vai saber usar linguagem e vai ser refém de qualquer tipo de ideologização. Quando eu garanto a aprendizagem, eu to buscando dar o caminho, para que a criança, o jovem, tenha cada vez mais independência para escolher o rumo que quer.

Rossieli Soares

O secretário estadual da Educação de São Paulo, Rossieli Soares Foto: Tiago Queiroz

Muito se fala que professores têm que ser denunciados, que fazem doutrinação.

O que a gente precisa é investir muito na formação de professores. Temos 82% dos professores no Brasil oriundos de universidades privadas, então não é nem uma questão ideológica da universidade pública. A gente precisa apoiar o futuro professor para ele chegar mais preparado na sala de aula. A gente precisa apoiar o professor e não colocar a culpa nele. É culpa do que nós, sistema, estamos fazendo. Não temos metodologia suficiente, prática, o professor chega na sala de aula e o que ele teve de suporte para apoiá-lo? Quando está lá na formação tem que dizer que a vida de professor é assim, vai enfrentar isso, pode trabalhar no noturno, numa escola com tecnologia ou com muitos problemas de infraestrutura.

O senhor acabou de finalizar no MEC a Base de Formação Docente, que prevê

residência para professores iniciantes. Vai fazer isso em São Paulo?

Sim, a gente vai discutir com as universidades, com o governo, a gente precisa investir nesse futuro profissional, assim com nos atuais. Por que você, mãe, pai, não aceita ir ao médico que teve só teoria? Eu posso devorar livros sobre cirurgia, só vou ser um cirurgião se eu tiver prática. Tudo bem, cirurgia mata, mas qual o prejuízo que a gente está fazendo para a educação em não dar oportunidade do professor para ele ficar ao lado de um profissional experiente, para aprender a fazer procedimentos e facilitar a aprendizagem?

Dá pra fazer já no primeiro ano?

Não é fácil. No primeiro ano é muito difícil porque o orçamento já está definido, a matrícula já está feita, a organização da rede também. Vamos ter que discutir orçamento para isso, precisa ouvir as universidades e elas precisam escutar as discussões que nós vamos fazer com a rede.

Hoje existe o estágio, mas ele é burlado, ninguém faz direito.

Não dá pra fazer de conta que existe estágio. Em tese, existe há décadas no Brasil, mas qual o efeito disso? A pessoa dá uma assinatura lá e libera. Não pode existir isso, estamos falando do futuro das crianças. Quando a gente fala do conceito da residência pedagógica, é dar uma turma para o futuro professor pilotar, quando ele está lá no fim. Nos últimos semestres de uma licenciatura, o cara tem que estar dentro da escola. Assistir uma aula, ver como o aluno reage, como os outros colegas com experiência reagem.

O senhor é do Sul, morou anos em Amazonas, nunca viveu em São Paulo. O que diz sobre as críticas de quem não conhece a rede estadual?

Tenho muita tranquilidade em dizer que vou aprender muito, mas conheço a rede há dez anos, mesmo trabalhando em outro Estado. Todo mundo olha para São Paulo, quando São Paulo tem um problema e faz algo que dá certo, reverbera pelo Brasil. Não é porque sou ou não de São Paulo que vou dar certo, poderei dar certo ouvindo a rede e sendo técnico.

O grande problema aqui é que somos o Estado mais rico, mas nas últimas avaliações nacionais pioramos e estamos atrás de muitos Estados.

Posso dizer que, em quatro anos, vamos melhorar. Como secretário de educação de São Paulo não tenho direito de não ter a ambição de colocar São Paulo sempre no primeiro lugar. Não tem como não buscar um desenvolvimento ainda maior sem avançar com educação. Mas precisa jogar as claras e colocar foco na aprendizagem. Continuar com o que é bom e melhorar outras coisas. Temos um processo de política contínua, mas não tivemos continuidade na educação. No final das contas, o Ideb é 3,8. Temos que ter obsessão em dar qualidade ao que estamos fazendo com o professor. Há 19 mil professores com carga horária de 12 horas, é quase institucionalizar o bico. O ideal é fixar o professor na escola, muitos deles estão em três, quatro escolas, que qualidade de vida estamos dando para essa pessoa? Tem também salário, carreira, formação. Estamos falando do Estado mais importante da federação em todos os aspectos. Não existe

possibilidade de a gente não focar no que é essencial, que é aprendizagem, todo o resto só atrapalha.

E a reforma do ensino médio, outra bandeira sua no MEC, como vai ser em São Paulo?

A gente está perdendo milhões e milhões de jovens e os que estão ficando não estão aprendendo dentro da escola. Acho que isso está muito claro para a sociedade, que quer mudanças. A lei (da reforma do ensino médio) não impõe a regra de cima para baixo, a construção vai ser feita com os estudantes, com os professores, com a rede em São Paulo. A primeira questão é como será o currículo. É preciso entender que a nossa educação tem que estar ligada ao projeto de vida do jovem, precisa escutar o que o jovem quer. E aí a educação vem e apoia, o mundo inteiro está avançando nesse sentido.

Os alunos reclamam muito que não são escutados, houve ocupação de escolas em 2015 também por causa disso aqui no Estado.

Grande parte da minha vida, de tudo que aprendi, foi dentro de grêmios estudantis. É algo que pretendo fortalecer e muito. A discussão do ensino médio é muito importante com os professores, mas é muito importante com os alunos. Se a gente não conectar todos esses mundos não vai dar certo. Já em dez dias vamos pedir que todas as escolas criem a liderança de classe para já em fevereiro iniciar o processo da criação dos grêmios ou da eleição. Para a gente ter lideranças para discutir. O menino que participa de um grêmios desenvolve competências que a sala de aula não vai dar.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A tragédia do ensino médio

Em 2018, segundo a pesquisa, quase 4 em cada 10 jovens na faixa etária de 19 anos não concluíram o ensino médio na idade considerada para esse ciclo educacional

Recente estudo sobre a evolução do acesso ao sistema de ensino e sobre sua qualidade, promovido pelo movimento Todos pela Educação, uma entidade sem fins lucrativos integrada por pedagogos, gestores escolares e representantes da iniciativa privada, mostra como a crise educacional do País vem sacrificando o futuro das novas gerações.

Em 2018, segundo a pesquisa, quase 4 em cada 10 jovens na faixa etária de 19 anos não concluíram o ensino médio na idade considerada para esse ciclo educacional. E, do total de brasileiros nessa faixa etária, 62% já estão fora da escola e 55% pararam de estudar ainda no ensino fundamental. O estudo foi promovido com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Todos pela Educação definiu uma lista de cinco metas para o crescimento e modernização da educação brasileira até 2022 e, na pesquisa de 2018, constatou que o País continua longe de alcançá-las.

Uma das metas era fazer com que o Brasil tivesse, até o ano passado, mais de 90% dos jovens de 19 anos com o ensino médio completo. Em 2018, só 63,5% atingiram esse objetivo. E, como a qualidade desse ciclo educacional é ruim, entre os alunos que conseguem concluí-lo muitos apresentam conhecimento insuficiente em leitura, ciências e matemática, enfrentando problemas para ler palavras com mais de uma sílaba, identificar o assunto de um texto, reconhecer figuras geométricas e contar objetos. Na Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017, o ensino médio alcançou o nível 2 de proficiência, numa escala de 0 a 9 – quanto mais baixo é o número, pior é a avaliação.

Com excesso de matérias, currículo desconectado da realidade socioeconômica e conteúdos ultrapassados, o ensino médio é considerado o mais problemático de todos os ciclos do sistema educacional. E é justamente por isso que ele se destaca por altas taxas de abandono e de reprovação.

“Falta muito para avançarmos e há um desafio para a educação básica como um todo. Muitos jovens estão fora da escola ou não se formam por causa da qualidade do ensino. Se o aluno avança de etapa sem uma base sólida e chega ao ensino médio com déficit, ele é quase induzido a sair do sistema de ensino”, afirma o diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho.

O desinteresse dos estudantes pode ser visto já na primeira das três séries do ensino médio, onde 23% dos alunos abandonam as salas de aula. E é justamente por isso que a taxa de crescimento de concluintes das três séries não tem a velocidade necessária para atingir a meta prevista para 2022, lembram os técnicos do Todos pela Educação.

Entre 2012 e 2018, o número de concluintes na faixa etária de 19 anos cresceu apenas 1,9% por ano, em média, quando seria necessário que aumentasse 7,2% anualmente, para que a meta pudesse ser atingida. “O crescimento é muito lento. Ainda estamos muito distantes para dizer que o País está a caminho da universalização do ensino básico”, diz o gerente de políticas educacionais da entidade, Gabriel Corrêa.

Na realidade, os problemas estruturais do ensino médio são antigos e a saída é conhecida. Em vez de concessões a modismos pedagógicos e políticas demagógicas, é preciso reduzir o número de matérias, rever os currículos e tornar os gastos no setor mais produtivos, mediante programas de aprimoramento da formação de professores, por exemplo. E tudo isso exige maior articulação entre o governo federal e as áreas educacionais dos Estados e municípios.

Sem fortalecer o ensino de disciplinas essenciais e sem motivar os alunos do ensino médio a concluir esse ciclo educacional, o Brasil continuará incapaz de formar mão de obra tão produtiva quanto a de outras economias emergentes. Não conseguirá formar o capital humano de que necessita para voltar a crescer de modo sustentado. E perpetuará as condições do atraso, da desigualdade e da pobreza, impedindo que as novas gerações se emancipem intelectual, social e economicamente.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

200 escolas públicas do DF necessitam de algum tipo de reforma

Com a liberação de orçamento esta semana e medidas previstas no SOS DF, governo pretende sanar os problemas

A menos de um mês para o início do ano letivo na rede pública do Distrito Federal, a nova gestão do governo local tem desafios para resolver antes que os estudantes voltem às salas de aula. Considerada área sensível pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) — ao lado da saúde e da segurança pública —, a educação passa por problemas de infraestrutura e de renovação de contratos. O relatório final do Governo de Transição (2019-2022), revelado pelo Correio na primeira semana do ano, apontou, entre outros obstáculos, falta de orçamento para a realização de 432 obras e a existência de 200 unidades de ensino que precisam de manutenção ou de reformas críticas (veja quadro).

O número corresponde a quase 30% do total de escolas do DF. A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) confirmou a situação e informou que as instituições prioritárias foram escolhidas pelas Coordenações Regionais de Ensino. Das 200, 58 estão com reformas em andamento. Elas devem ficar prontas até a data de recomeço das aulas, em 11 de fevereiro. As obras nas outras 142 devem começar a partir desta semana. A previsão é de que as intervenções durem de um a quatro meses. A pasta não acredita que haverá prejuízos aos estudantes ou atraso no início das aulas.

A estimativa é de que os reparos custem R\$ 14,2 milhões aos cofres públicos. De acordo com a pasta, o valor deve ser empenhado a partir desta semana, quando está prevista a liberação do orçamento. Os serviços necessários vão de ajustes elétricos, hidráulicos, de gás e esgoto até pinturas e reformas em telhados. O valor médio para gasto em cada escola ficará em torno de R\$ 74 mil. A secretaria ainda apontou que há uma dívida de R\$ 6,7 milhões do governo com 11 empresas referentes a manutenções em 2018. O valor será relançado no sistema da Secretaria de Fazenda, para ser pago esta semana.

Carências

Fora os problemas estruturais, o relatório do governo de transição apontou defasagem de 23.857 vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos até novembro. Além disso, o documento aponta “recorrentes atrasos nos repasses às OSCs (Organizações da Sociedade Civil)”, partes que celebraram termos de colaboração com o GDF para atendimento de alunos da primeira fase da educação básica.

Apesar dos destaques aos problemas, o relatório não detalha onde estão ou quais são as instituições de ensino com dificuldades nem as empresas envolvidas, e o novo governo ainda não fez esse mapeamento. Entretanto, o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) indica problemas sérios em escolas de regiões como Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. “Algumas deveriam ser reconstruídas. Elas chegaram a ser fechadas no passado para serem demolidas, mas, até hoje, não fizeram nada”, afirma o diretor da entidade Samuel Fernandes.

Entre as que estão fechadas por problemas estruturais, o dirigente cita o Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 10 de Ceilândia, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic) do Gama e a Escola Classe (EC) nº 59 de Ceilândia. Outras ainda funcionam em condições precárias, segundo Samuel. É o caso da EC nº 425 de Samambaia e da EC nº 52 de Taguatinga. Esta última se trata de uma escola provisória ainda em atividade. O Correio apurou a existência de problemas nas telhas, que apresentam vazamentos e cujo material atrapalha a compreensão da fala dos professores em dias de chuva, e com as paredes, que não são feitas de concreto e têm diversos buracos.

Em visita à EC nº 59 de Ceilândia, sem atividades desde o ano passado, a reportagem confirmou a situação, encontrou portões trancados e mato ao redor de todo o terreno da instituição. Moradores da quadra afirmaram que furtos de materiais eram constantes antes de um vendedor da região conseguir alguém que soldasse os portões. A unidade, que deveria ser provisória, funcionou por mais de duas décadas. Após o fechamento para reconstrução, os alunos foram transferidos para salas do antigo polo da Universidade de Brasília (UnB) em Ceilândia.

Para a diretora da escola, Renata Olívia Campos, o prédio da EC 59 deveria ser

demolido. “A parte física era muito ruim. Havia vazamentos no teto e, às vezes, caía um pedaço dele. Não chegou a machucar ninguém, mas era uma escola provisória que estava erguida há 28 anos”, ressalta. Ela conta que a nova unidade, apesar de estruturalmente melhor, é “um pouco apertada” e distante para vários estudantes. “Desde quando nos mudamos, havia falta de ônibus. Os pais reclamam da distância e a Secretaria não conseguiu ônibus para todos. Há crianças que não conseguiram (transporte). As do Sol Nascente, por exemplo, não têm”, comenta.

SOS Educação

No âmbito das ações do programa SOS DF, também estão previstas medidas para sanar matérias urgentes da Educação. No pacote de projetos que integrarão o SOS Educação, há obras de infraestrutura, ações para modernização das escolas, contratação emergencial de novos profissionais e novas políticas de formação da equipe educacional. Contratos com empresas de transporte e o montante de recursos para gastos como alimentação e aluguel de imóveis ainda estão sob análise.

Um dos destaques em negociação é o retorno do Cartão Material Escolar. A proposta é de que o benefício seja oferecido por meio de parcerias firmadas com entidades governamentais do setor econômico, como o Banco Regional de Brasília (BRB). Cerca de R\$ 40 milhões do orçamento estão reservados para a compra dos materiais escolares — falta definir se ela ocorrerá por meio de licitação ou com a volta do auxílio.

Benefício suspenso

O Cartão Material Escolar foi cancelado pela Secretaria de Educação em janeiro de 2018, após decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) de março de 2017. A lei que instituiu o auxílio foi aprovada em 2015 pela Câmara Legislativa. A bolsa era voltada a estudantes entre 4 e 17 anos matriculados na rede pública e beneficiados pelo Bolsa Família. Em outubro de 2016, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou com um pedido na Justiça para cancelar o modelo então vigente do programa por entender que ele traria despesas adicionais ao governo.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Aprendizado com reflexão

Incluir as artes no eixo central das propostas pedagógicas ajuda na formação integral do estudante, com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais ou as chamadas competências do século 21

Cantigas e danças de roda, desenho livre, brincadeiras com massa de modelar e tantas outras fazem lembrar os primeiros passos na escola. Para além de despertar essas memórias, são atividades que ajudam as crianças a desenvolverem a noção de espaço, do próprio corpo, princípios matemáticos e da língua materna ou estrangeira, entre outros conhecimentos. Alguns especialistas sugerem, inclusive, que o ensino das artes deveria ter lugar de destaque não somente na educação básica, mas em toda a formação de um indivíduo, até mesmo no nível superior.

Disciplinas como matemática, química e física não perdem a relevância, mas a ideia é de que outras, como as artes, a filosofia e a sociologia também sirvam como base para levar o aluno à reflexão, culminando em uma formação completa, que garanta a inserção num mercado de trabalho 4.0. E é nesse contexto que a preparação holística dos estudantes ganha mais importância.

“Enquanto o crescimento da tecnologia nos traz o surgimento de profissões, outras vão

sendo substituídas, e o que vai restar para o ser humano é o que nós somos, é o que está dentro da gente, a nossa criatividade, a inovação, o pensamento crítico, essa complexidade que máquina alguma jamais vai conseguir substituir”, observa o diretor Executivo do Instituto Arte na Escola, Cláudio dos Anjos.

Momento de ação

Dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, de um universo de 557 mil docentes que trabalham dando aula de artes nos diferentes níveis da educação básica e na educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, apenas 6% são formados na área. Desses, 70% tem como habilitação as artes plásticas.

“É o pior percentual entre todos os componentes curriculares do país, ainda mais porque não existe uma formação multidisciplinar, que ofereça ao futuro professor as demais linguagens, obrigatórias dentro da sala de aula — a dança, as artes cênicas e a música”, afirma Cláudio dos Anjos. Na avaliação dele, o ideal seria haver um professor para cada especialidade.

Apesar das possíveis mudanças, devido à implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos próximos anos, esse é um cenário difícil de ser mudado, mas a movimentação para que isso ocorra deve começar logo. De acordo com o relatório Art for Art’s Sake: The Impact of Arts Education (A arte para o bem da arte: o impacto da educação das artes), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os países que não investirem em arte no ensino básico vão perder o trem da inovação. “Não que a arte seja o fator mais importante nesse processo e, sim, o desenvolvimento pleno do cidadão, mas, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a direção já está sendo apontada”, alerta o documento.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o eixo de política educacional tradicionalmente baseado em ciências exatas (Stem) vem, nos últimos tempos, se abrindo cada vez mais para o ensino de artes (Steam), com o “A” designando justamente a inclusão dessa disciplina. O projeto Turn On Arts, implementado naquele país, levou o índice de problemas comportamentais em 5% das piores escolas a cair em 86%.

É preciso ouvir o jovem

Para o coordenador do Serviço de Arte e Cultura de um colégio particular em Taguatinga, Guilherme Soares, o trabalho para mudar a cultura de que artes não é recreação e tem que estar no centro da proposta pedagógica dos colégios deve ser diário e constante. Na escola em que atua, apenas 125 dos quase 2 mil alunos participam das oficinas extra-curriculares que coordena (teatro, balé, capoeira, canto-coral, entre outras).

A estratégia que ele adota é a de ouvir as vontades de seus estudantes. “Aumentei a oferta das turmas de danças urbanas, que são as preferidas, e já estamos adquirindo instrumentos para montar uma jazz band, além da flexibilização nos horários das atividades”, conta. No entanto, Soares observa que, geralmente, são os filhos de quem se interessa por arte que se inscrevem. “Preciso mostrar para aqueles que não têm o hábito que é possível consumir arte, pois quem ganha é o espírito que se liberta,

transformando o indivíduo para a vida.”

A filosofia é compartilhada pelos participantes das atividades do Programa Educativo do CCBB Brasília, que sempre oferece programações ligadas às exposições em cartaz — neste mês, a mostra Classicismo, Realismo, Vanguarda, a pintura italiana no entreguerras. Clara Menezes, 9 anos, foi a todas as oficinas de tintas do programa e ficou encantada ao descobrir que é possível fazer tinta a partir de plantas e flores colhidas no jardim.

“A gente gasta muito dinheiro comprando tinta, sendo que podemos fazer as cores que quisermos. Além de mais barato, é educativo, pois aprendi, com a matemática das cores, que vermelho mais azul é igual a roxo. No lugar dos números, a gente usa cores, mas ainda é adição”, explica.

Os amigos Frederico Feitosa, 21, Lara Gomes, 17, Roberta Marques, 17, e Sofia Gomes, 12, chegaram cedo para aproveitar o maior número de atividades possíveis da tarde de sábado no CCBB. “A gente só não vem mais porque não temos carro, e moramos um pouco longe”, diz Sofia. “Arte, para mim, é muito importante, pois me ajuda na concentração e na criatividade e, por meio dela, consigo expressar meu amor pelas coisas, pois eu adoro desenhar”, declara Lara. Já Roberta conta que, quando estudava, não gostava muito da escola, mas nas aulas de educação artística era onde se sentia melhor. “Servia também como uma válvula de escape, já que a professora era sempre muito motivadora.”

Com atividades voltadas também para professores e educadores, a educadora de referência do Programa Educativo, Débora Passos, lembra que ali não é uma escola, mas um local para viver experiências significativas, transformadoras e com sentidos múltiplos. “O mais importante é a gente criar conexões e diálogos, não queremos um fazer por fazer, mas um fazer pensante, para estimularmos as transformações”, afirma.

Com a oficina de aquarela de pigmentos naturais, por exemplo, os educadores descobriram que é possível perceber e ressignificar melhor o mundo. A melhora na coordenação motora fina e a capacidade de comunicar em uma linguagem não verbal também são um dos pontos positivos destacado por Débora. “Toda essa experimentação vai virar memória, vai virar lembrança, fazendo um adulto diferente lá na frente”, conclui. É ou não é o indivíduo do futuro que se pretende formar hoje?

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Única ideologia que nos interessa é a ideologia da aprendizagem, diz Rossieli Questionado sobre Escola Sem Partido, novo secretário da Educação do Estado de São Paulo diz que não vai perder tempo com coisas que não são essenciais

Para o novo secretário da Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares, discussões em torno de projetos como o Escola sem Partido só atrapalham. “A única ideologia que deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem que ser a nossa obsessão”, disse ao Estado o ex-ministro, no governo de Michel Temer. “Vamos discutir o que interessa: os jovens e as crianças não estão aprendendo adequadamente dentro das nossas escolas.” A posição forte, nada política, é ainda contrária ao que disse o governador João Doria justamente ao anunciá-lo para o cargo. O chefe afirmou ser favorável à bandeira do presidente Jair Bolsonaro, que quer combater uma suposta doutrinação de professores nas escolas.

"A gente precisa apoiar o professor e não colocar a culpa nele", continua Rossieli, que quer implementar em São Paulo um modelo de estágios para docentes nos moldes de uma residência médica. Na semana passada, ele ainda se envolveu na polêmica dos livros didáticos ao negar qualquer responsabilidade nas mudanças publicadas em 2 de janeiro no Diário Oficial. Segundo revelou o Estado, o edital havia sido alterado e passava a permitir erros, publicidade e a não exigir referências bibliográficas. O governo Bolsonaro culpou a gestão Temer.

Como vai lidar com a questão do Escola sem Partido? O governador disse que defende o projeto. Vocês já conversaram novamente sobre isso?

Não voltamos a conversar sobre isso, nosso foco tem sido a discussão da aprendizagem. A gente perde tempo demais em coisas que não são essenciais, vou perder meu tempo com ideologia disso e daquilo, quando só 5% dos jovens saem do ensino médio com a aprendizado suficiente? A única ideologia que deve nos interessar é a ideologia da aprendizagem, essa tem de ser a nossa obsessão. Essa é nossa postura em São Paulo. Vamos discutir o que interessa: os jovens e as crianças não estão aprendendo adequadamente dentro das nossas escolas. Se algum professor abusar dentro da sala de aula para fazer campanha para um lado ou outro, tem procedimento para isso. A escola em primeiro lugar tem de ser capaz de resolver os seus problemas, seus conflitos. Se não, tem mecanismos para se tomar providência. Se a criança não aprender Português, não vai saber interpretar, não vai saber usar linguagem e vai ser refém de qualquer tipo de ideologização. Quando eu garanto a aprendizagem, eu to buscando dar o caminho, para que a criança, o jovem, tenha cada vez mais independência para escolher o rumo que quer.

Muito se fala que professores têm que ser denunciados, que fazem doutrinação.

O que a gente precisa é investir muito na formação de professores. Temos 82% dos professores no Brasil oriundos de universidades privadas, então não é nem uma questão ideológica da universidade pública. A gente precisa apoiar o futuro professor para ele chegar mais preparado na sala de aula. A gente precisa apoiar o professor e não colocar a culpa nele. É culpa do que nós, sistema, estamos fazendo. Não temos metodologia suficiente, prática, o professor chega na sala de aula e o que ele teve de suporte para apoiá-lo? Quando esta lá na formação tem que dizer que a vida de professor é assim, vai enfrentar isso, pode trabalhar no noturno, numa escola com tecnologia ou com muitos problemas de infraestrutura.

O senhor acabou de finalizar no MEC a Base de Formação Docente, que prevê residência para professores iniciantes. Vai fazer isso em São Paulo?

Sim, a gente vai discutir com as universidades, com o governo, a gente precisa investir nesse futuro profissional, assim com nos atuais. Por que você, mãe, pai, não aceita ir ao médico que teve só teoria? Eu posso devorar livros sobre cirurgia, só vou ser um cirurgião se eu tiver prática. Tudo bem, cirurgia mata, mas qual o prejuízo que a gente está fazendo para a educação em não dar oportunidade do professor para ele ficar ao lado de um profissional experiente, para aprender a fazer procedimentos e facilitar a aprendizagem?

Dá pra fazer já no primeiro ano?

Não é fácil. No primeiro ano é muito difícil porque o orçamento já está definido, a matrícula já está feita, a organização da rede também. Vamos ter que discutir orçamento para isso, precisa ouvir as universidades e elas precisam escutar as discussões que nós vamos fazer com a rede.

Hoje existe o estágio, mas ele é burlado, ninguém faz direito.

Não dá pra fazer de conta que existe estágio. Em tese, existe há décadas no Brasil, mas qual o efeito disso? A pessoa dá uma assinatura lá e libera. Não pode existir isso, estamos falando do futuro das crianças. Quando a gente fala do conceito da residência pedagógica, é dar uma turma para o futuro professor pilotar, quando ele está lá no fim. Nos últimos semestres de uma licenciatura, o cara tem que estar dentro da escola. Assistir uma aula, ver como o aluno reage, como os outros colegas com experiência reagem.

O senhor é do Sul, morou anos em Amazonas, nunca viveu em São Paulo. O que diz sobre as críticas de que não conhece a rede estadual?

Tenho muita tranquilidade em dizer que vou aprender muito, mas conheço a rede há dez anos, mesmo trabalhando em outro Estado. Todo mundo olha para São Paulo, quando São Paulo tem um problema e faz algo que dá certo, reverbera pelo Brasil. Não é porque sou ou não de São Paulo que vou dar certo, poderei dar certo ouvindo a rede e sendo técnico.

O grande problema aqui é que somos o Estado mais rico, mas nas últimas avaliações nacionais pioramos e estamos atrás de muitos Estados.

Posso dizer que, em quatro anos, vamos melhorar. Como secretário de educação de São Paulo não tenho direito de não ter a ambição de colocar São Paulo sempre no primeiro lugar. Não tem como não buscar um desenvolvimento ainda maior sem avançar com educação. Mas precisa jogar as claras e colocar foco na aprendizagem. Continuar com o que é bom e melhorar outras coisas. Temos um processo de política contínua, mas não tivemos continuidade na educação. No final das contas, o Ideb é 3,8. Temos que ter obsessão em dar qualidade ao que estamos fazendo com o professor. Há 19 mil professores com carga horária de 12 horas, é quase institucionalizar o bico. O ideal é fixar o professor na escola, muitos deles estão em três, quatro escolas, que qualidade de vida estamos dando para essa pessoa? Tem também salário, carreira, formação. Estamos falando do Estado mais importante da federação em todos os aspectos. Não existe possibilidade de a gente não focar no que é essencial, que é aprendizagem, todo o resto só atrapalha.

E a reforma do ensino médio, outra bandeira sua no MEC, como vai ser em São Paulo?

A gente está perdendo milhões e milhões de jovens e os que estão ficando não estão aprendendo dentro da escola. Acho que isso está muito claro para a sociedade, que quer mudanças. A lei (da reforma do ensino médio) não impõe a regra de cima para baixo, a construção vai ser feita com os estudantes, com os professores, com a rede em São Paulo. A primeira questão é como será o currículo. É preciso entender que a nossa

educação tem que estar ligada ao projeto de vida do jovem, precisa escutar o que o jovem quer. E aí a educação vem e apoia, o mundo inteiro está avançando nesse sentido.

Os alunos reclamam muito que não são escutados, houve ocupação de escolas em 2015 também por causa disso aqui no Estado.

Grande parte da minha vida, de tudo que aprendi, foi dentro de grêmios estudantis. É algo que pretendo fortalecer e muito. A discussão do ensino médio é muito importante com os professores, mas é muito importante com os alunos. Se a gente não conectar todos esses mundos não vai dar certo. Já em dez dias vamos pedir que todas as escolas criem a liderança de classe para já em fevereiro iniciar o processo da criação dos grêmios ou da eleição. Para a gente ter lideranças para discutir. O menino que participa de um grêmios desenvolve competências que a sala de aula não vai dar.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

5 dicas para organizar a rotina de estudos em cursos a distância

O estudo a distância permite flexibilidade de horário e local para aprender em ritmo próprio. Porém, envolve disciplina, organização e automotivação. Quem não desenvolve essas habilidades pode acabar desistindo do curso, dizem especialistas.

"Conseguir estabelecer uma rotina de estudos e ter uma agenda fixa com horários e metas a serem cumpridas é uma dificuldade. Sem essa rotina, o aluno se perde e se desestimula", afirma Marco Antonio Araujo Junior, que tem 15 anos de experiência em ensino a distância e é sócio do Meu Curso, que dá aulas preparatórias a distância na área de Direito.

Para buscar orientações de como administrar o tempo e organizar os estudos a distância, o UOL ouviu ainda Andrea Ramal, doutora em educação pela PUC-Rio, e Cláudia de Moraes, diretora de produtos da Younder, empresa que desenvolve plataformas de gerenciamento de aprendizagem digital e a distância.

Veja 5 dicas:

1. Tenha metas de estudo e organize um cronograma

O primeiro passo é estabelecer uma meta de estudos diária e semanal e definir dias e horários para se dedicar à tarefa. "Com isso estabelecido, o aluno pode compensar no decorrer da semana se não conseguir cumprir algum dia", diz Araujo Junior, do Meu Curso.

Outra dica dele é identificar em qual período o aluno rende mais e se organizar para estudar nesses horários. "A prática de estudar um pouco aqui, um pouco ali, sem muito planejamento, acaba não dando certo porque o aluno se perde e o rendimento fica prejudicado. Eventualmente, ele até pode assistir a um vídeo curto no almoço ou no transporte público, mas precisa saber que aquilo é algo esporádico."

2. Cuide do ambiente e da estrutura de estudo

Os estudantes devem organizar não só uma rotina de estudos, mas também o ambiente, diz a doutora em educação Andrea Ramal.

"Isso inclui preparar um lugar sossegado, limpo, confortável, silencioso, com boa

iluminação e materiais necessários para o estudo, como uma conexão boa à internet. Esses elementos fazem toda a diferença na capacidade de concentração e aprendizado", afirma.

3. Cumpra prazos

Cumprir com o cronograma de estudos é fundamental para terminar o curso no tempo proposto. Não importa a duração: sejam os superiores, mais longos, ou os livres, que têm carga horária menor, a responsabilidade necessária é a mesma, de acordo com Claudia de Moraes, da Younder.

"Cursos superiores exigem do aluno um compromisso maior com o cronograma de estudos, pois, normalmente, envolvem compromissos presenciais, como a realização de provas que estão vinculadas à conclusão dos estudos. Os cursos livres geralmente não exigem interação entre professor e aluno, dando maior liberdade e autonomia para o estudante, mas, por outro lado, demandam maior comprometimento do aluno", diz.

4. Reserve tempo para interação virtual

É importante interagir com o professor e com os outros alunos da turma, participando de fóruns de discussões das plataformas de aprendizagem ou outros meios. Para isso, é preciso desenvolver a competência do contato digital, o que também exige dedicação.

"No EAD, o contato físico é substituído pelo digital, tanto com professores quanto com colegas. O contato digital costuma ser mais rico que o presencial porque permite uma objetividade maior. Em geral, quando um aluno interage com um professor, é para tirar uma dúvida específica", afirma Araujo Junior.

Participar de eventos presenciais, sempre que possível, e usar a estrutura do polo EAD, quando houver, também contribuem para o aprendizado e para o networking.

5. Seja curioso e vá além do proposto pelo curso

Para aproveitar ao máximo o EAD, o estudante deve ir além dos conteúdos obrigatórios, buscando leituras complementares e diferentes conteúdos sobre o assunto. Compartilhar esse conhecimento com o grupo ainda ajuda no networking. Com essas dicas, o aluno estará desenvolvendo habilidades úteis para o estudo a distância e para a vida, segundo a doutora em educação.

"Autonomia, disciplina, maturidade, interatividade, planejamento, proatividade, capacidade de adaptação, comprometimento, flexibilidade e entrega de resultados são algumas características extremamente importantes para o melhor aproveitamento do curso a distância e muito valorizadas também no mercado de trabalho", diz Andrea.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MARCAS & NEGÓCIOS

MEDICINA - NOVA GRADUAÇÃO NO UNIEURO

O Centro Universitário Unieuro faz parte do Grupo Educacional Ceuma e, há 20 anos, marca a história desse empreendimento em Brasília. Nasceu em 1998, já bem avaliado pelo Ministério da Educação e, atualmente, é uma das instituições universitárias mais bem-conceituadas no Distrito Federal. O Unieuro oferece 19 cursos de graduação, além das opções na pós-graduação e no mestrado. São três unidades no Distrito Federal, localizadas na Asa Sul, na Asa Norte e em Águas Claras.

Após avaliação e aprovação do MEC, com nota máxima em todos os quesitos, agora o

Unieuro implanta seu curso de medicina, um sonho antigo que se torna realidade na região central do Brasil. O Unieuro, de imediato, oferecerá aos alunos ingressantes um dos melhores planos pedagógicos adotados em cursos superiores e dezenas de laboratórios didáticos especializados, como os de anatomia, o de habilidades cirúrgicas, o morfofuncional e o de simulação realística, todos com equipamentos de última geração.

Outro diferencial é que essa estrutura está toda concentrada em um prédio exclusivo para a medicina, que vai dispor de corpo docente formado por catedráticos qualificados no conhecimento científico, inclusive com larga vivência profissional nas muitas especialidades médicas, o que é fundamental para preparar os futuros médicos que têm pela frente os desafios de um país grandioso e complexo como o Brasil.

Já na concepção da graduação, a medicina deve se destacar pelos serviços que vai prestar à comunidade, desde o início do curso, além de estar integrada à rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). O reitor do Unieuro, professor Dr. Edson Zangrando Figueira, assegura que o curso é um avanço de peso para toda a instituição. “A medicina só vem agregar credibilidade e visibilidade aos demais cursos, já que o Unieuro vem se destacando entre as principais instituições de ensino superior (IES) do DF, com cursos de excelência em todas as áreas, e a medicina será mais um grande curso”, afirma.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Chicago e a política pública

Pena que outra revolução causada pela universidade não tenha tido tanto destaque

A Universidade de Chicago ficou famosa no Brasil pelas políticas liberais defendidas por alguns de seus professores. Pena que não tenha tido tanto destaque a revolução que provocou na análise econômica e na relevância da política pública para o desenvolvimento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2019/01/chicago-e-a-politica-publica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Um jabuti no MEC

Alguém pôs um jabuti no edital dos livros didáticos que o Ministério da Educação divulgou no dia 2 de janeiro (governo Bolsonaro). A medida tinha data de 28 de dezembro (governo Temer) e com isso estabeleceu-se um jogo de empurra para fixar a autoria da peça.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/01/a-colaboracao-esta-virando-jabuticaba.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Energia, dedicação e farol alto

A julgar pelas duas primeiras semanas, o governo Bolsonaro periga tomar gol antes de tocar na bola. Realmente, o número de desencontros e trapalhadas foi considerável.

Se funcionar bem como uma freada de arrumação, o governo terá realizado um trabalho

meritório. Freada de arrumação o que é? Arrumar as contas públicas, aí incluída a reforma da Previdência; atrair capital estrangeiro em quantidade para destravar a infraestrutura; controlar as falcatruas e safadezas na administração direta e nas estatais. Isso é pouco, pouquíssimo, à luz dos desafios que teremos de enfrentar no médio prazo – voltarei a este ponto abaixo –, mas no presente quadriênio temos de ser realistas, pois fomos atingidos em cheio pelo tsunami Dilma Rousseff. Isto posto, qualquer pequena perda de capital político precisa ser avaliada com seriedade, uma vez que o jogo ainda nem começou.

A trapalhada de maior tamanho foi, sem dúvida, o precipitado anúncio da transferência de nossa embaixada em Israel para Jerusalém. Nesse caso, o próprio presidente Bolsonaro e o excelentíssimo senhor ministro das Relações Exteriores parecem-me ter cometido um sério pecado, falando antes da hora e mostrando-se propensos a comprar uma briga que não nos pertence. E sinalizando duas possíveis orientações que se revelarão desastrosas caso sejam levadas à prática: um afastamento do conceito do Brasil como Estado laico – consta que a influência evangélica pesou na mencionada atitude – e um alinhamento político automático com os Estados Unidos, ainda por cima dentro do jeito Trump de governar, que, obviamente, suscita preocupações.

Outro episódio que merece referência foi a contratação pelo presidente do Banco do Brasil do sr. Antônio Mourão, filho do vice-presidente, Hamilton Mourão. O general vice-presidente reagiu com calma e sinceridade ao episódio, ressaltando a lisura do ato, a competência de seu filho para a função, o fato de ser concursado e de ter uma longa carreira no banco. Fato é, porém, que a contratação repercutiu negativamente numa parcela da opinião pública, que reagiu com argumentos também ponderáveis. Recorrendo a uma imagem surrada, à mulher de César não basta ser casta, ela precisa parecer casta. Nesse caso, a aparência é importante por várias razões. Primeiro, pelas circunstâncias da eleição.

Jair Bolsonaro foi eleito graças a um amplo movimento de opinião caracterizado, de um lado, pelo antipetismo e, do outro, por uma aguda exigência de reforma, de mudança de comportamentos e práticas. A questão do timing é também relevante. Entre os eleitores que foram às urnas com essa expectativa, muitos devem ter estranhado a mencionada contratação já na primeira quinzena do novo governo. Tudo isso desaparecerá da memória se o governo conseguir "entregar" as mudanças que se propôs efetivar. Mas isso, como assinei no início, não são favas contadas.

O general Hamilton Mourão foi também sincero e ponderado ao responder a críticas feitas ao desentrosamento da equipe de governo. Frisou que uma equipe não se organiza e age de forma coesa da noite para o dia. Isso é certo, sem dúvida. Permito-me, porém, repetir que, mesmo no modesto modelo de um governo de arrumação, a equipe ainda não deu sinais claros de como pretende proceder em várias frentes, nem mostrou uma percepção realista do tamanho dos interesses que lhe cumprirá arbitrar. Tome-se, por exemplo, a contraposição existente na área ambiental, com fazendeiros querendo ampliar a área desmatada e ambientalistas argumentando que o desmatamento já foi longe demais. No tocante à privatização, outro imperativo dos próximos anos, precisamos andar rápido, mas somos, infelizmente, um país de cabeça feita, nacional-estatizante até a medula.

Entre os pesquisadores acadêmicos sobram demonstrações de que o modelo nacional-

desenvolvimentista, cujo núcleo é uma máquina estatal atrelada a umas poucas megaempresas, cedo ou tarde acaba esbarrando na chamada armadilha do baixo crescimento. Pior ainda quando esse modelo reduz a diversificação estrutural da economia, concentrando fortemente a atividade econômica na exportação de commodities; nessa variante, além do baixo crescimento, a redução das desigualdades sociais se torna virtualmente impossível. Louve-se, portanto, a intenção anunciada pelo sr. Joaquim Levy, novo presidente do BNDES, qual seja, a de redirecionar as prioridades do banco no sentido da média empresa.

Esquemáticamente, podemos, portanto, afirmar, sem temor de erro, que a agenda da "arrumação" é um modelo de transição para outra, muito maior e mais decisiva, que consistirá em melhorar a produtividade, elevando acentuadamente a taxa global de investimento e diversificando a economia, para dessa forma atingir uma taxa menos medíocre de crescimento do PIB. Essa agenda que chamo de maior e mais decisiva mal apareceu na campanha eleitoral e nas duas primeiras semanas do governo Bolsonaro. Nesse plano, a reforma do sistema educacional configura-se como a questão sine qua non que precisa ser enfrentada com coragem e energia.

Sociólogo competente, o ministro Vélez Rodríguez seguramente deve ter uma percepção adequada das dimensões e determinantes da reforma necessária, mas ainda não se pronunciou a respeito. No nível superior, nosso país não tem uma universidade sequer entre as cem melhores do mundo. Há ilhas de excelência, sem dúvida, mas o panorama geral é bem conhecido. Altamente ideologizadas, as instituições de ensino superior são presa fácil para a luta política e para o grevismo. Muitos, talvez a maioria dos estudantes não responde com a esperada motivação ao privilégio do ensino gratuito, que é estendido a todos, quer suas famílias tenham ou não condições de pagar anuidades. No ensino básico o quadro é evidentemente pior, não cabendo analisá-lo neste espaço.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Entre dona Damares e os perigos da filhocracia

O presidente Jair Bolsonaro resolveu só o menor problema, ignorando ou desprezando outro muito mais grave, ao confirmar a demissão de Alexandre Carreiro, Alex para os amigos, da chefia da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Inspirado talvez por Pepino, o Breve, ele ocupou o cargo por apenas uma semana. Poucos dias bastaram para ele afastar antigos funcionários, abrir espaço para aliados e entrar em conflito com gente de confiança de seu superior imediato, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Sem conseguir um afastamento pacífico, o ministro anunciou a demissão de Carreiro.

Um dos motivos indicados foi sua deficiência em inglês, pecado considerado grave numa pessoa encarregada de cuidar de exportações e de atrair capitais. Carreiro recusou a decisão do superior e recorreu ao presidente da República. Este apoiou o ministro e endossou sua decisão. De fato, nada no currículo do efêmero presidente da Apex podia justificar sua nomeação para o posto. Assunto liquidado, portanto? Só para os mais distraídos. A questão mais séria, e até escandalosa, continua intacta. Essa questão se desdobra em várias perguntas. Quem indicou Alex Carreiro? Por que seu currículo inadequado e seu inglês insuficiente foram ignorados na hora da nomeação? Nada se combinou antes do início de sua atividade?

Parte importante do esclarecimento já saiu na imprensa, mas sem contribuição explícita de fontes oficiais. Alex Carreiro foi indicado por deputados do PSL e pelo senador eleito Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República e ex-chefe de Fabrício Queiroz, o das movimentações "atípicas" apontadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Flávio Bolsonaro e Alex Carreiro apareceram juntos, sorridentes e em pose amigável, numa foto divulgada nos últimos dias.

Falta saber por que o presidente Jair Bolsonaro, responsável pela nomeação de Carreiro, aceitou a indicação sem submeter o candidato a algum controle de sua experiência e de sua capacidade para a função. Nomeações com critérios técnicos foram uma das promessas mais alardeadas pelo presidente durante sua campanha e também depois da eleição. Essa promessa nunca foi estritamente cumprida, mas também nunca foi renegada.

Quanto ao ministro das Relações Exteriores, por que aceitou tão passivamente a nomeação de um funcionário para um posto em sua área de responsabilidade? Por que esperou os desmandos do presidente da Apex e seus atritos com servidores da agência para começar a agir? Se Carreiro fosse mais cauteloso e evitasse conflitos, teria continuado no posto mesmo sem qualificações?

O episódio evidencia mais uma vez a influência dos filhos do presidente na escolha de pessoas para postos importantes. Confirma também a irrelevância de critérios técnicos para as nomeações. Indicações com base meramente ideológica e até religiosa são as únicas explicações para a escolha de vários ministros.

Nenhum argumento profissional ou técnico justifica, apenas para citar alguns casos, a nomeação dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e da estranhíssima pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves.

A ministra e esses dois companheiros de governo poderiam formar um trio perfeitamente harmônico. Ela ensinou as cores adequadas a meninos e meninas, azul e rosa, e lamentou num vídeo recém-divulgado influência dos cientistas na formação do currículo de ciências das escolas. Mais que isso: lamentou haver-se permitido a inclusão da teoria evolucionista nos programas de ensino. Revelou absoluto despreparo para reconhecer as diferenças entre teorias, sujeitas a severos critérios de elaboração e de controle, e matérias de fé.

São manifestações muito parecidas com as de seus colegas. O ministro da Educação tem-se preocupado com a depuração do ensino, maculado, segundo ele, pela influência marxista e pela insistência em temas inadequados à moralidade, como as chamadas questões de gênero. Enganou-se quem esperava do responsável pela política educacional uma boa discussão sobre, por exemplo, como ingressar na chamada economia 4.0, assunto levado a sério em países bem mais competitivos, mas, muito provavelmente, menos virtuosos.

O ministro das Relações Exteriores chamou a atenção lamentando a decadência do Ocidente e apontando Deus – e logo depois Donald Trump – como única esperança de salvação. Há cerca de um século o historiador alemão Oswald Spengler escreveu sobre o drama ocidental e indicou a Alemanha para a missão salvadora, a mesma agora

atribuída pelo chanceler brasileiro aos Estados Unidos da era trumpiana.

Esse ministro rejeita os acordos de preservação ambiental e a cooperação a favor dos migrantes (embora mais pessoas saiam do Brasil do que nele ingressem). Condena o multilateralismo e elogiou o governo chinês por executar suas políticas sem levar em conta limitações externas. Mas, se desse um pouco mais de atenção aos fatos, lembraria a pregação do presidente da China, Xi Jinping, a favor da liberalização comercial e dos compromissos sob as normas multilaterais da Organização Mundial do Comércio, torpedeada por Trump.

Alguns técnicos de boa reputação foram escolhidos para a equipe econômica, mas também nessa área o critério ideológico foi muito importante. O sucesso mesmo parcial do governo dependerá da competência desse pessoal, se o presidente, seus filhos, os ministros políticos e os conselheiros teológicos do Executivo se absterem de atrapalhar.

Há nos mercados uma preciosa confiança na implementação dos ajustes e reformas. Mas será preciso mais que essa política para uma dinamização duradoura da economia. Um governo com a cara da ministra Damares Alves poderá proporcionar esse algo mais?

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Desassossego

A sociedade foi fraturada pela cizânia promovida a método de governo pelas hostes lulopetistas e as contas públicas foram carcomidas pela incúria e pelo populismo desbragado da presidente cassada Dilma Rousseff.

Não obstante o valoroso trabalho do ex-presidente Michel Temer e de sua equipe econômica, cujos resultados aí estão para os que não têm o hábito de brigar com a realidade, fato é que a primeira eleição presidencial após o impeachment de Dilma Rousseff conferiu ao eleito um capital político muito maior que o de seu antecessor para levar adiante as reformas de que o País precisa.

Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República com a missão de engajar os brasileiros em torno do projeto de resgate do País. Se seus desafios são imensos, o aval popular que recebeu das urnas para dar-lhes as soluções não foi menor.

Era esperada, pois, a chamada "lua de mel" entre o presidente e a sociedade, encerrando o clima de disputa eleitoral e trazendo a paz necessária para que o governo tivesse condições políticas para levar adiante projetos inarredáveis, alguns bastante impopulares, como é o caso da reforma da Previdência. O governo ainda não perdeu tais condições, mas poderá perder se não arrumar o prumo o mais rápido possível.

Ao contrário do que se poderia supor, há um pesado clima de desassossego instalado em Brasília. Esta intranquilidade não é causada pela oposição, desarticulada e perdida em seus propósitos, e tampouco pela imprensa, como alardeiam alguns membros do governo e pessoas muito próximas do presidente. Resulta de ações e inações que provêm do núcleo palaciano, que até agora tem dado a impressão de governar de improviso, como se não estivesse preparado para os problemas com os quais, sabidamente, teria de lidar.

Uma série de episódios embaraçosos, para dizer o mínimo, canaliza energias do presidente Jair Bolsonaro e de membros de seu governo para infindáveis explicações, e não para o trabalho que tem de ser feito. O que mais se vê são autoridades esclarecendo "mal-entendidos", desdizendo o que antes havia sido dito em português cristalino, desfazendo o que foi feito ao sabor da repercussão e por aí vai. Quase duas semanas após a posse, não há um fato positivo sequer na agenda governamental.

Até agora, o País não sabe qual a proposta de reforma da Previdência que o governo irá apresentar ao Congresso ou se haverá mudança nas alíquotas de IOF e IR. Mas sabe que "meninos vestem azul e meninas vestem rosa". Até agora, o País não sabe a origem da movimentação financeira "atípica" de Fabrício Queiroz, ex-assessor parlamentar do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), primogênito do presidente.

Mal começou o governo e o ministro- chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, vê-se às voltas com explicações sobre suspeitas notas fiscais sequenciais que teriam sido emitidas por uma empresa de um amigo para fins de reembolso quando o ministro ainda era deputado federal. O vice-presidente, Hamilton Mourão, teve de explicar a nomeação de seu filho como assessor especial do novo presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes.

Os ministros do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, e da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, tiveram de contornar uma disparatada declaração do presidente Bolsonaro em que manifestou disposição para ceder parte do território nacional para instalação de uma base militar americana. Um descabro. Sindicância aberta pelo Ministério da Educação irá apurar um imbróglio envolvendo o edital para compra de livros didáticos, que abriu brechas intoleráveis para erros no material escolar.

A crise na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) só não teve desfecho pior porque o novo escolhido para presidir o órgão foi o embaixador Mário Vilalva, um dos quadros mais competentes do Itamaraty. Tendo seu governo como epicentro de crises extemporâneas, cabe exclusivamente ao presidente Bolsonaro agir com presteza para resolvê-las. Melhor ainda, para evitá-las. Assim, poderá dedicar esforços à construção de um país melhor. Ele foi eleito para isso.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

Queimando a largada

A estreia do governo Jair Bolsonaro produziu menos decisões e metas do que recuos e confusões. A sociedade, o mercado e o próprio governo não sabem até agora qual será a proposta para a Previdência, nem mesmo as idades mínimas para homens e mulheres e o regime para as três Forças. Mas todo mundo descobriu que o presidente fala sem pensar e estar devidamente informado, os ministros são obrigados a desmenti-lo e está uma confusão. Dificuldades são comuns em qualquer começo, especialmente num governo que traz tantas mudanças, mas é além do razoável que a lista de equívocos e desmentidos cresça todo dia e seja maior do que a de projetos e metas.

Os ministros parecem falar muito, mas dizer pouco. E alguns parecem ter como função desmentir os erros do presidente. Mesmo a reunião do Conselho de Governo, que inclui o presidente, o vice e os 22 ministros, foi decepcionante. A expectativa era de que, no final, algum dos ministros (na falta de um porta-voz) desse uma luz sobre as prioridades

em cada área: Educação, Saúde... Mas tudo o que anunciaram foi um projeto – que não é meta de governo – para flexibilizar a posse de armas, o que, aliás, pode aumentar o já alto número de mortes por armas de fogo. Sem que o governo diga exatamente o que pretende, são inacreditáveis os erros da largada.

Bolsonaro fala em IOF, IR e idade mínima para a Previdência e é desmentido pelo primeiro e segundo escalões, gerando mal-estar entre as equipes política e econômica. Acena com Base Militar dos EUA em solo pátrio e deixa os militares em choque, tentando resumir tudo a um "auê". Bolsonaro também suspendeu a reforma agrária, depois suspendeu a suspensão; jogou no ar restrições ao acordo Boeing-Embraer e só depois foi discutir o assunto com os ministros; o chanceler postou no Twitter que o presidente da Apex tinha pedido demissão, mas ele foi trabalhar normalmente; um vídeo antigo da ministra da Família contra a Teoria da Evolução provocou crítica até do colega de Ciência e Tecnologia.

Enquanto isso, o filho do presidente, seu ex-assessor Fabrício Queiroz e a família deste se recusam a prestar esclarecimentos ao Ministério Público e o filho do vice-presidente triplica salário em banco público. Sem falar no chefe da Casa Civil, que não explica por que as notas dos gastos de seu gabinete de deputado vieram de uma única empresa, da qual era o único cliente. Nesta terceira semana, que o trem entre nos trilhos, Bolsonaro passe a falar com conhecimento do que está falando, os ministros comecem a anunciar seus planos e metas, cessem as confusões e o governo assuma alguma normalidade. Já está mais do que na hora.

Mães Dinah. Foi ao ar ontem na BBC World News o primeiro de três episódios sobre o Brasil de junho de 2013 a Jair Bolsonaro. Repórter, entrevistador e produtor executivo da série, intitulada "O que aconteceu com o Brasil", o jornalista Kennedy Alencar ouviu as expectativas de quatro ex-presidentes sobre Bolsonaro. As respostas:

Temer: "Ou você vive numa democracia, e democracia significa convivência harmônica do Executivo, Legislativo e Judiciário, ou você vai para uma ditadura. Eu acho que ele vai preservar a democracia".

Dilma: "Eu espero que seja possível a gente ter um governo de extrema- direita sem comprometer a democracia. Eu espero, mas nós estamos vivendo um momento que eu acho muito difícil internacionalmente para a democracia".

Lula: Vamos ver para onde Bolsonaro irá levar o País. A razão da vitória dele é sabida por quem conhece história: quando se nega a política, o que vem depois é sempre pior".

FHC: "Eu acho que ele simplifica tudo e pensa que a força resolve. Esse é o maior medo que eu tenho, é dele ser um incapaz de governar".

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

O 'jacobino' que chegou ao Planalto

Quem é o novo conselheiro pessoal de Jair Bolsonaro na área externa e o que pensa sobre a diplomacia do País e o novo governo

"Está decretada a nova Cruzada. Deus vult!" Foi assim, referindo- se ao movimento de libertação de Jerusalém dos infiéis e ao grito em latim dado pelo povo quando o papa Urbano II anunciou a Primeira Cruzada, em 1095, que o ativista, professor e analista

político Filipe Garcia Martins Pereira, recém-nomeado assessor especial para assuntos internacionais do presidente Jair Bolsonaro e cotado para ser porta-voz do governo, comemorou nas redes sociais a vitória no segundo turno das eleições, em 28 de outubro. "A nova era chegou. É tudo nosso! Deus vult!", acrescentou, no dia da posse, em 1.º de janeiro, recorrendo mais uma vez à saudação dos devotos medievais, que, em português, significa "Deus quer".

Ao ser questionado sobre as publicações, Martins, de 30 anos, afirmou que tudo não passou de uma brincadeira. Segundo ele, os posts não significavam que ele encara a missão do novo governo e a sua, em particular, como uma "guerra santa" do século 21, cujo objetivo seria libertar a República dos gentios da esquerda, que assumiram o poder após a redemocratização, nos anos 1980. Mas quem o conhece bem afirma que os posts estão em linha com o seu pensamento político e com o que costuma falar por aí. Bastaria, de qualquer forma, dar uma checada em suas páginas e perfis nas redes sociais para chegar à mesma conclusão.

As duas publicações revelam não só as suas motivações e a sua visão pessoal sobre a chegada de Bolsonaro ao poder. Traduzem, de forma emblemática, o estado de espírito e a ambição dos vencedores, que ele sabe captar e expressar como poucos e que deverão nortear também a sua atuação no governo. "O que está acontecendo no Brasil é uma revolução – a fucking revolution – e não há meios de parála", disse Martins pouco antes do segundo turno.

Pupilo aplicado. Recentemente, ele se aproximou do vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ), um dos filhos do presidente, responsável pela bem-sucedida campanha do pai nas redes. No clã dos Bolsonaro, porém, seu padrinho é Eduardo, outro filho do presidente, que acabou de se reeleger deputado federal (PSL-SP). Martins conta que conheceu Eduardo pela internet em 2014, quando o movimento que chama de "liberal-conservador" ainda ganhava força, e há alguns anos mantém uma relação muito próxima com ele.

Pupilo aplicado do pensador e escritor Olavo de Carvalho, o grande mentor intelectual de Bolsonaro e especialmente de Eduardo, Martins é hoje, talvez, seu principal "trombone" no País. Na campanha eleitoral, com o apoio de Olavo e de Eduardo, desempenhou um papel relevante no núcleo ideológico que cercou Bolsonaro e que agora exibiu suas garras, ao dividir com os liberais, os militares e o grupo do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o protagonismo no novo governo, arrematando os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, além de seu próprio cargo e outros postos de segundo e terceiro escalões.

Mundinho da direita. Apesar de ser bem articulado e ter as "costas quentes", sua ascensão meteórica ao poder surpreendeu muitos analistas, mesmo os que acompanham de perto a turma de Bolsonaro. Como é relativamente jovem e desconhecido fora do mundinho da direita na internet, questionase se tem estatura para ser conselheiro pessoal do presidente na área internacional, cargo ocupado nos governos Lula e Dilma pelo petista Marco Aurélio Garcia, morto em 2017.

Por estar dentro do Palácio do Planalto, perto de Bolsonaro, questiona-se também como será sua convivência com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e em que medida a ação de Martins poderá embolar a política externa do País. Mas ele diz que

não terá o mesmo papel exercido por Garcia, que era o grande formulador da política internacional dos governos do PT e deixava para o Itamaraty o papel de executor de suas diretrizes – algo que Martins considera "uma aberração".

Em princípio, sua função deverá ser mais a de auxiliar o presidente em sua agenda no exterior, na recepção a chefes de Estado e em mantê-lo informado sobre os fatos internacionais relevantes. Se isso se confirmar, a formulação da política externa caberá mesmo a Araújo, com quem ele parece compartilhar a mesma visão geopolítica.

Formado em relações internacionais na Universidade de Brasília, em 2015, Martins trabalhou por dois anos no departamento econômico da embaixada dos Estados Unidos em Brasília, acompanhando os trabalhos do Congresso e produzindo pesquisas, análises e relatórios sobre a conjuntura política e econômica do País. Trabalhou também na assessoria internacional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em consultorias privadas, além de dar aulas em cursos preparatórios para a carreira diplomática e a de oficial da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Pregação conservadora. Mais recentemente, ocupou a secretaria de Assuntos Internacionais do PSL e fez a sua pregação conservadora pelo Brasil afora, em debates, seminários e palestras. Foi editor-adjunto do site Senso Incomum, do também bolsonarista e olavista radical Flavio Azambuja Martins, mais conhecido pelo pseudônimo de Flavio Morgenstern, que defendeu, numa publicação polêmica no Twitter, a queima de livros do educador Paulo Freire em praça pública, para resolver o problema da educação no País. Depois, diante da repercussão negativa do comentário, disse que se tratava de uma ironia, que não deveria ser levada ao pé da letra.

Foram, porém, os seus propalados acertos em previsões eleitorais no exterior que fizeram a fama de Martins, em especial a da vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016. Contra a opinião da quase totalidade dos analistas que apostava em Hillary Clinton, ele cravou que Trump ganharia a eleição e acertou o vencedor em 48 dos 50 Estados americanos. Desde então, vem surfando nessa onda, apesar de ter errado outras previsões, segundo seus críticos, como na antecipação das eleições na Inglaterra, em 2017, quando apostou na vitória dos conservadores, que acabaram perdendo espaço para os trabalhistas.

"Revolucionário de Facebook". Como o novo chanceler brasileiro, Martins é avesso ao globalismo, que, em sua visão, submete o País a decisões de organizações multilaterais que muitas vezes não atendem ao interesse nacional. Além de defender uma reaproximação do Brasil com os Estados Unidos, Martins afirma ter "grande admiração" pelos governos de direita da Itália, Hungria, Polônia, Áustria, Grã-Bretanha, República Checa, Suíça e Israel. Ele apoia a participação do País na nova aliança conservadora global articulada pelo estrategista Steve Bannon, ex-assessor do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Por sua atuação agressiva nas redes sociais e suas ideias muitas vezes messiânicas, baseadas nos ensinamentos do "professor Olavo", Martins foi chamado de "Robespíralho", "revolucionário de Facebook" e "líder da direita jacobina". Também foi chamado de "Sorocabannon", por ter nascido em Sorocaba, no interior paulista, e pontificar sobre a estratégia política e eleitoral de Bolsonaro, como Bannon fazia com Trump.

Apesar do antipetismo e da oposição que exerce contra o socialismo e o comunismo, é nas fileiras da própria direita que ele costuma "causar". Na campanha, Martins foi protagonista de embates antológicos contra o que chama de "direita limpinha" e "conservadores de almanaque". "Os conservadores de "boa estirpe" talvez sejam ótimos para conquistar afagos dos colegas esquerdistas, mas só a direita xucra tem o desprendimento para ver sua imagem destruída em nome do que é certo", disse na véspera do segundo turno.

Com 58 mil seguidores no Facebook e 108 mil no Twitter, ele não hesita em lançar contra seus adversários na arena digital uma espécie de "fatwa" – o decreto emitido por líderes religiosos do Islã para os fiéis. "Faça piada com o que quiser", afirmou nas redes, diante da repercussão da fala da ministra Damares Alves contra a chamada "ideologia de gênero", usando como metáfora as cores que meninos e meninas deveriam vestir. "Só entenda, aí do alto de sua religiãozinha civil, que o esquisito é você e que há um exército de tias do zap e de tios do pavê com piadas o suficiente para lhe fazer chorar para o resto da vida, mesmo que você peça arrego e alegue "discurso de ódio"."

Tea Party. Durante a greve dos caminhoneiros, em 2018, Martins abraçou o movimento com armas virtuais e furor revolucionário, como o mestre Olavo. Encampou também o "Fora, Temer", reforçando a narrativa da esquerda à qual tanto se opõe. Ele enxergou na paralisação a chance de "mobilizar a massa", derrubar o governo, acabar com a corrupção e os privilégios dos políticos e promover o corte de gastos públicos e de impostos.

Numa tentativa bizarra de unir o espírito revolucionário às ideias conservadoras, Martins acreditou que a greve representava para o País uma espécie de Boston Tea Party, o movimento deflagrado em 1773 pelos colonos americanos contra o monopólio da Inglaterra na venda de chá, que acabou levando à independência dos Estados Unidos.

Só que, ao final, como já era previsível, o Tea Party de Martins, incensado por Olavo de Carvalho, deu ruim. Com a decisão do governo de subsidiar o diesel, a conta sobrou para os contribuintes, e com o tabelamento do frete, houve mais intervenção estatal na economia. O fracasso de sua aventura tresloucada deixou duras lições. Agora, elas poderão contribuir para Martins ser mais equilibrado em sua passagem pelo governo.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI UM JABUTI NO MEC

Alguém pôs um jabuti no edital dos livros didáticos que o Ministério da Educação divulgou no dia 2 de janeiro (governo Bolsonaro). A medida tinha data de 28 de dezembro (governo Temer) e com isso estabeleceu-se um jogo de empurra para fixar a autoria da peça. As novidades do edital eram de discutível natureza pedagógica, mas escondido na pirotecnia havia um jabuti. Ele revogava a proibição de publicidade nos livros das crianças. Assim, um garoto poderia estudar matemática num volume que anunciasse, por exemplo, as virtudes de uma operadora de telefonia. As mudanças relativas à violência contra mulheres envolviam uma questão pedagógica. A colocação dos livros didáticos no mercado publicitário é um pleito antigo de algumas editoras e nesse caso há dinheiro no lance. Tomara que a sindicância aprofunde a origem do jabuti.

[topo](#)

DIÁRIO DO PARÁ - PA - MAURO BONA

Ensino da língua alemã na UFPA

A UFPA foi uma das 11 instituições selecionadas pela **Capes** para o Programa de Assistente de Ensino de Língua Alemã, para projetos institucionais, voltado à promoção da internacionalização das universidades brasileiras. A proposta aprovada é coordenada pela professora Walkyria Magno e Silva, diretora do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA.

topo ↕

O DIA - RJ - EMPREGOS

Pré-vestibular Social

Link alternativo

A Fundação Cecierj está com 11.080 vagas abertas nas turmas do Pré-vestibular Social Extensivo 2019. As aulas são gratuitas e vão de março a dezembro, com material didático fornecido sem custo para o aluno. O curso será nos 50 polos de ensino situados em 36 municípios do estado. As inscrições vão até 14 de fevereiro e devem ser feitas pelo site www.cederj.edu.br/prevestibular.

Para se candidatar às vagas, é necessário estar cursando ou ter concluído o último ano do Ensino Médio. O objetivo é preparar os alunos para aprovação no Enem, em cursos de tecnólogos, em concursos públicos e no Vestibular Cederj, que oferta vagas de ensino a distância nas universidades públicas do estado do Rio. Em todos os polos haverá aulas presenciais de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História. Inglês e Espanhol serão a distância.

topo ↕

O POPULAR - GO - DIREITO E JUSTIÇA

Fundeb não pode ser usado para pagar honorários

Diferenças de complementação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) devidas a municípios não podem ser feitas para o pagamento de honorários advocatícios contratuais em precatórios expedidos pela União, decidiu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli na última sexta-feira.

topo ↕

BLOG DO GERALDO JOSÉ - TEMPO REAL

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO DA UNEB ESTÁ ENTRE 15 MELHORES DO BRASIL

O doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da UNEB está entre os 15 melhores do Brasil, de acordo o Índice Geral de Cursos (IGC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

O curso stricto sensu alcançou a nota 5, melhor desempenho possível no ranking, que avalia a qualidade da educação superior no país. De acordo com a vice-coordenadora do PPGEduC, professora Mary Valda Sales, o doutorado do PPGEduC atingiu inserção social, qualificação acadêmica e formativa máxima. "Essa conquista é resultado da soma de esforços dos gestores, colaboradores, corpo docente e discente em atender as normas, requisitos da **Capes**, no processo de formação dos doutores em educação", destacou a gestora.

O PPGEduC, criado em 1998, possui cursos de mestrado e doutorado e tem por finalidade a produção de conhecimentos na Área de Concentração Educação e

Contemporaneidade em quatro linhas de pesquisa: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural; Educação, Práxis Pedagógica e Formação do Educador; Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável; e Educação, Currículo e Processos Tecnológicos. Atualmente o programa possui 25 grupos de pesquisa em atividade.

Para o cálculo das notas são utilizadas médias das avaliações mais recentes atribuídas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, instituição vinculada ao MEC. As notas obtidas pelos cursos stricto sensu são utilizadas para compor o IGC.

O indicador, que varia de 1 a 5, inclui também as notas dos cursos de graduação, e é utilizado pelo MEC e pelo Inep para avaliar, anualmente, a qualidade geral das instituições de ensino superior no país.

topo ↕

CABRESTO SEM NÓ - TEMPO REAL

Pós-graduação: cuidado com as baiucas de fim de semana.

Para não ser enganado, ao ingressar em uma instituição de ensino, é importante verificar se o curso está regularizado, alerta reportagem publicada pela Gazeta do Povo:

A crescente procura por melhores níveis de escolaridade no Brasil nos últimos anos, embora seja uma boa notícia, trouxe um problema preocupante: as ofertas de cursos de pós-graduação stricto sensu irregulares. Somente em 2018, ao menos 84 denúncias do tipo foram encaminhadas ao Ministério Público pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – o maior número desde 1970.

Preocupada com a dimensão das denúncias e instada pelo Poder Judiciário, a fundação do governo, responsável por avaliar os programas de pós-graduação no país, decidiu lançar, no fim de 2018, uma campanha para conscientizar e alertar a população sobre o tema. “Todo aprendizado é válido. Mas mestrado e doutorado, para serem válidos, têm que ser reconhecidos pelo MEC. Não leve gato por lebre”, diz o slogan da ação.

Regulamentação

Para ser regularizada e gerar todos os efeitos legais para os estudantes – como progressão na carreira, aumento salarial e diploma, por exemplo – um curso de mestrado ou doutorado precisa passar por um processo que verifica se a proposta ofertada atende aos critérios mínimos de qualidade. “Ao ser aprovado pela **Capes**, recomendado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e homologado pelo Ministério da Educação, o curso passa a fazer parte do sistema de pós-graduação e é avaliado periodicamente”, explica Sergio Avellar, coordenador geral de Normas e Estudos da Diretoria de Avaliação da **Capes**.

Enquanto isso, os cursos fraudulentos nem mesmo estão cadastrados em qualquer base de dados do sistema de educação do governo, e não podem, dessa forma, emitir diploma válido. “São instituições que se aproveitam da falta de informação e boa vontade da população”, diz o coordenador. “Há pessoas que já estavam prestes a terminar um curso quando perguntaram: ‘cadê meu diploma?’”.

Justiça

A **Capes**, por sua vez, não tem autoridade para interditar esses cursos. As denúncias recebidas pela agência são reunidas e encaminhadas ao Ministério Público.

Nos casos em que o estudante já está prestes a concluir as aulas, cabe à Justiça decidir sobre a punição da instituição e indenização aos afetados. Em 2011, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou uma universidade catarinense ao ressarcimento dos gastos com o curso realizado por uma aluna que residia no estado gaúcho e assistia às aulas em Santa Catarina.

Segundo os autos, no ato da matrícula a estudante foi informada da irregularidade. A universidade, no entanto, teria garantido a ela que, até a conclusão do mestrado, o curso já estaria regularizado no sistema de pós-graduação do país – o que não aconteceu. Na realidade, a instituição nem chegou a encaminhar à **Capes** o pedido de reconhecimento. Em um caso semelhante em 2015, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça puniu uma instituição e determinou que a faculdade indenizasse uma estudante em R\$ 10 mil por não estar regularizada e estar impossibilitada de garantir os devidos direitos à aluna.

Denúncias

O primeiro passo para não ser enganado, explica Avellar, é verificar a credibilidade da instituição que está ofertando o curso em relação ao sistema educacional do país.

“Qualquer curso de pós-graduação que ele [o estudante] decida fazer, seja em uma universidade, em um centro universitário, faculdade ou instituto, que ele busque informações na página da **Capes**, www.capes.gov.br/cursosrecomendados”, diz. No portal é possível consultar uma lista dos cursos regulares em todo o Brasil, tanto de instituições públicas como privadas.

Caso o cidadão suspeite da veracidade da oferta de alguma instituição, poderá fazer uma denúncia por meio dos canais de comunicação, como o SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, um sistema online. “Você não precisa nem se identificar, pode ser uma denúncia anônima. O que pedimos é que as informações sejam detalhadas lá, para que a gente verifique a pertinência da denúncia”, conclui.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Gato por lebre: cursos de pós-graduação sem diploma têm feito novas vítimas
Para não ser enganado, ao ingressar em uma instituição de ensino, é importante verificar se o curso está regularizado

A crescente procura por melhores níveis de escolaridade no Brasil nos últimos anos, embora seja uma boa notícia, trouxe um problema preocupante: as ofertas de cursos de pós-graduação stricto sensu irregulares. Somente em 2018, ao menos 84 denúncias do tipo foram encaminhadas ao Ministério Público pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – o maior número desde 1970.

Preocupada com a dimensão das denúncias e instada pelo Poder Judiciário, a fundação do governo, responsável por avaliar os programas de pós-graduação no país, decidiu lançar, no fim de 2018, uma campanha para conscientizar e alertar a população sobre o tema. “Todo aprendizado é válido. Mas mestrado e doutorado, para serem válidos, têm que ser reconhecidos pelo MEC. Não leve gato por lebre”, diz o slogan da ação.

Regulamentação

Para ser regularizada e gerar todos os efeitos legais para os estudantes – como progressão na carreira, aumento salarial e diploma, por exemplo – um curso de mestrado ou doutorado precisa passar por um processo que verifica se a proposta ofertada atende aos critérios mínimos de qualidade. “Ao ser aprovado pela **Capes**,

recomendado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e homologado pelo Ministério da Educação, o curso passa a fazer parte do sistema de pós-graduação e é avaliado periodicamente”, explica Sergio Avellar, coordenador geral de Normas e Estudos da Diretoria de Avaliação da **Capes**.

Enquanto isso, os cursos fraudulentos nem mesmo estão cadastrados em qualquer base de dados do sistema de educação do governo, e não podem, dessa forma, emitir diploma válido. “São instituições que se aproveitam da falta de informação e boa vontade da população”, diz o coordenador. “Há pessoas que já estavam prestes a terminar um curso quando perguntaram: ‘cadê meu diploma?’”.

Justiça

A **Capes**, por sua vez, não tem autoridade para interditar esses cursos. As denúncias recebidas pela agência são reunidas e encaminhadas ao Ministério Público.

Nos casos em que o estudante já está prestes a concluir as aulas, cabe à Justiça decidir sobre a punição da instituição e indenização aos afetados. Em 2011, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou uma universidade catarinense ao ressarcimento dos gastos com o curso realizado por uma aluna que residia no estado gaúcho e assistia às aulas em Santa Catarina.

Segundo os autos, no ato da matrícula a estudante foi informada da irregularidade. A universidade, no entanto, teria garantido a ela que, até a conclusão do mestrado, o curso já estaria regularizado no sistema de pós-graduação do país – o que não aconteceu. Na realidade, a instituição nem chegou a encaminhar à **Capes** o pedido de reconhecimento.

Em um caso semelhante em 2015, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça puniu uma instituição e determinou que a faculdade indenizasse uma estudante em R\$ 10 mil por não estar regularizada e estar impossibilitada de garantir os devidos direitos à aluna.

Denúncias

O primeiro passo para não ser enganado, explica Avellar, é verificar a credibilidade da instituição que está ofertando o curso em relação ao sistema educacional do país. “Qualquer curso de pós-graduação que ele [o estudante] decida fazer, seja em uma universidade, em um centro universitário, faculdade ou instituto, que ele busque informações na página da **Capes**, www.capes.gov.br/cursosrecomendados”, diz. No portal é possível consultar uma lista dos cursos regulares em todo o Brasil, tanto de instituições públicas como privadas.

Caso o cidadão suspeite da veracidade da oferta de alguma instituição, poderá fazer uma denúncia por meio dos canais de comunicação, como o SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, um sistema online. “Você não precisa nem se identificar, pode ser uma denúncia anônima. O que pedimos é que as informações sejam detalhadas lá, para que a gente verifique a pertinência da denúncia”, conclui.

topo ↕

OLHAR DIRETO - TEMPO REAL

Proprietário de clínica de reabilitação nega acusação de cárcere privado e questiona Estado sobre fechamentos

O assistente social Anderson Michel Mendonça, 32, proprietário da comunidade terapêutica ‘Valor da Vida’ negou que tenha acontecido cárcere privado de um homem

de 33 anos no local. O suposto crime foi denunciado pela esposa dele, na última quinta-feira (10) (veja AQUI). Segundo o proprietário, foi a mãe do paciente que pediu a internação.

A esposa da suposta vítima afirmou que cinco homens entraram na casa dela e levaram seu marido a força em um Fiesta branco. Ela relata ainda que seu marido é ex-usuário de álcool e seria a mãe da vítima quem teria ordenado o serviço, sendo que esta já é a segunda vez que isto acontece.

Segundo Anderson, no entanto, não houve cárcere privado. “Não tem como ter cárcere privado, porque assim que a Polícia Civil chegou dentro da comunidade o rapaz falou que queria ficar, ele disse aos policiais, tem mais de vinte testemunhas”.

O assistente social relatou ao Olhar Direto, ainda, que a prisão do gerente não foi feita em flagrante, mas que houve somente a detenção do mesmo na delegacia, três horas depois, e que ele teria ido até a delegacia apenas para acompanhar o paciente.

“Quem pediu a internação [do rapaz] foi a mãe. Como a gente já conhecia o rapaz, a empresa terceirizada foi lá e pegou o menino e ele veio numa boa”, disse Anderson. “Em nenhum momento a gente impediu ele de ir embora. Aqui Não tem muro, não tem tranca, é um lugar todo aberto, com campo de futebol, tem médico e psiquiatra”.

Questionamento

O assistente social questionou, ainda, a ação do estado, que fechou quatro clínicas de reabilitação de Várzea Grande em 2018, e anunciou que fará uma fiscalização nas de Cuiabá. “As clínicas foram fechadas, não sei os motivos, e nos jornais apareceu que os pacientes foram encaminhados para outras cidades, para a CAPES, albergues... Eu, como assistente social curioso, tem 12 anos que trabalho na área, me vesti como se fosse um usuário, e fui dar uma volta no Zero, no Fiotão e no 31 de março. Lá encontrei mais de 50 pessoas que estavam nessas clínicas e hoje estão morando na rua”, afirmou.

Segundo Anderson, no entanto, o que essas comunidades fazem é ‘tampar o buraco’ do Estado. “Se as comunidades terapêuticas existem, é porque o SUS não está fazendo a parte dele. O SUS deveria dar gratuitamente tratamento a esses dependentes químicos. Ele fala que tem o CAPES, mas não é pra tratar depende químico (...) Não existe no estado de Mato Grosso nenhum leito pra nenhum depende químico. O que as comunidades terapêuticas estão fazendo é o trabalho do SUS”, denuncia.

“Na 31 de março, do lado do aeroporto, tem um esgoto. Eu fui lá, e tinham três dependentes químicos morando ali. Dois estavam em uma clínica que foi fechada. Eles estavam morando dentro do esgoto. Ai eu pergunto, os direitos humanos foram lá? Eles estão sendo amparados pelo estado neste momento? Será que eles estavam piores na clínica do que dentro do esgoto?”, finaliza.

topo ↕

SÓ FATOS - TEMPO REAL

Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação

Em seu discurso de posse no dia 2 de janeiro, em meio a críticas ao globalismo, ao pensamento gramsciano, ao marxismo cultural e à ideologia de gênero — o quarteto eleito como alvo preferencial dos ataques da ala ideológica do governo Jair Bolsonaro —, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, explicou que a “inspiração

liberal-conservadora” de suas propostas educacionais, que pregam a recuperação dos valores culturais tradicionais e religiosos, vinha de “dois grandes educadores”: Antonio Paim e Olavo de Carvalho.

A ascendência do “guru da Virginia” — como Olavo de Carvalho passou a ser chamado pelos bolsonaristas — sobre o novo governo instalado em Brasília se tornou bem conhecida. Além de opinar a favor da escolha de Véléz Rodríguez para o Ministério da Educação, Carvalho também atuou pela nomeação do embaixador Ernesto Araújo para o Itamaraty. Menos alardeada, a influência das ideias de Paim é igualmente importante em setores do novo governo, e a figura do filósofo baiano é tão ou mais reverenciada que a de Carvalho.

Autor de obras como “Histórias das ideias filosóficas no Brasil” e “Evolução histórica do liberalismo”, Paim é também tratado como um mestre pelos liberais-conservadores que passaram a orbitar em torno da Esplanada dos Ministérios. “Paim mostrou que a luta pelo sistema democrático-representativo e pluralista produz resultados humanamente mais aceitáveis que os sistemas cooptativos do antigo Leste Europeu, de Cuba, da Venezuela bolivariana e da China comunista”, disse o cientista político Paulo Kramer, que fez parte da equipe de transição do governo Bolsonaro e foi coautor de um livro com Paim e Véléz Rodríguez sobre o “novo patrimonialismo brasileiro”, publicado em 2015.

Para o cientista político Christian Lynch, professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, “Paim é autor de uma obra ciclópica e muito respeitável sobre a história das ideias filosóficas no Brasil, que é um clássico da área”. “A preocupação central em seus textos sobre o pensamento político brasileiro tem sido compreender as raízes do iliberalismo no Brasil, que ele acredita radicar numa incompreensão da questão da representação política”, acrescentou Lynch. “Nos últimos 20 anos, o prestígio do socialismo ou da social-democracia foi relegando alguns intelectuais a um lugar marginal na academia e na mídia, como se fossem dinossauros em extinção. Com o retorno do conservadorismo, depois de 30 anos, esses autores voltaram à voga.”

Prestes a completar 92 anos, Paim, nascido em Jacobina, no interior da Bahia, vive hoje numa casa de repouso particular para idosos, repleta de jardins e com um lago, no Jardim Bonfiglioli, bairro de São Paulo, às margens da Rodovia Raposo Tavares. ÉPOCA o encontrou lá em dois domingos, dia que ele reserva para ouvir música clássica, num quarto em que mantém uma TV, um computador e uma estante com seus livros e fotos de suas duas filhas. Paim precisa recorrer a um andador para se locomover, mas, em meio a alguns resmungos contra a velhice (uma m..., resume), ele se mantém bem-humorado, com uma conversa afiada e atualizado sobre tudo que ocorre com o governo Bolsonaro.

Sua ligação mais direta com o novo governo é, claro, com Véléz Rodríguez, com quem falou, por telefone, para desejar sucesso no governo. O ministro da Educação foi seu aluno quando chegou ao Brasil na década de 70, com uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para estudar pensamento brasileiro num curso ministrado por Paim na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro. Paim rememora, com prazer, como conheceu Véléz Rodríguez, colombiano de nascimento, depois naturalizado brasileiro. “No primeiro dia de aula, ele falou em América Latina. Eu disse a ele: Você ganhou uma bolsa para estudar pensamento brasileiro. Não me venha com conversa de América Latina, que isso não existe aqui’. Ele, ainda um garoto, não

respondeu nada e ficou em pânico”, contou Paim, aos risos.

O mestre disse que depois o “discípulo” se mostrou de grande valor e fez uma pesquisa primorosa sobre o caudilho gaúcho Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), prócer do começo da República brasileira. Castilhos ajudou na difusão do positivismo, doutrina filosófica importada da França com grande penetração entre os militares brasileiros e inspiração do lema “Ordem e Progresso”, inscrito na bandeira nacional. A pesquisa redundou depois no livro *Castilhismo, uma filosofia da República*, de Vélez Rodríguez. A obra bebe no pensamento de Paim. Para o filósofo, “o positivismo era um troço primitivo”, a República foi instalada no Brasil por meio de “um golpe de Estado” articulado por uma minoria e a derrubada da monarquia em 1889 foi “um retrocesso brutal que abortou a construção no país de instituições representativas democráticas” no modelo liberal inglês — para Paim, o ápice da civilização política.

Paim e Vélez Rodríguez também comungam a mesma ojeriza às ideias socialistas e ao que eles chamam de doutrinação marxista nas universidades brasileiras. Para o filósofo baiano, o “Brasil é o único país do mundo, além da França, onde o comunismo parece que não acabou”. Ele diz ainda que “um marxismo vagabundo” prolifera nos campi nacionais. “A USP é hostil ao pensamento brasileiro. A **Capés (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão do Ministério da Educação responsável pela supervisão dos cursos de pós-graduação) está na mão dos comunistas, dos marxistas. O MEC só dá passagem e bolsa para quem está na chave gramsciana. Se você não estudar Gramsci, você perde o emprego. É exatamente isso”, afirmou Paim, que considera Gramsci um “totalitário”. Ele manifesta a esperança de que o novo ministro “vai liquidar isso”. “Não tem cabimento dar ao Estado o poder de dar pontuação às instituições culturais”, afirmou Paim, referindo-se ao método usado pela **Capés** para avaliar a pós-graduação.

Mestre e discípulo têm uma velha pinimba com a **Capés**. Em 2009, Vélez Rodríguez publicou um artigo na imprensa em que acusou os “burocratas da **Capés** no setor de filosofia” de agir de forma persecutória, entre 1979 e 1999, para extinguir os cursos de graduação e pós-graduação em filosofia brasileira, um nicho de atuação de filósofos conservadores, considerados minoritários na academia brasileira.

Segundo Vélez Rodríguez, “uma guilhotina ideológica” ceifou esses cursos por eles serem considerados de direita. A ação teria sido comandada por antigos ativistas marxista-leninistas, seguidores do filósofo e padre jesuíta Henrique Claudio de Lima Vaz. Vaz era mentor, na década de 60, da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), uma corrente política de esquerda em que militaram, no passado, José Serra e Herbert de Souza, o Betinho, entre outros. Quase uma década depois de sua publicação, o artigo de Vélez Rodríguez continua a reverberar no mundinho acadêmico. Após sua nomeação para o Ministério da Educação, circulou um manifesto de professores de filosofia, assinado inclusive por Marilena Chauí, que rebate “as insídias” contra o padre Vaz.

A rixa de Paim e Vélez Rodríguez com os seguidores do padre Vaz dura décadas. Paim diz que foi “boicotado” por antigos militantes da AP, quando eles assumiram o Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro no final da década de 70. Uma reforma foi feita na pós-graduação, e o curso de filosofia brasileira, de Paim, foi retirado do currículo. Quando textos do jurista e filósofo Miguel Reale — mestre de Paim e pai

do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff — foram retirados de uma antologia distribuída aos alunos, Paim publicou uma “denúncia” em forma de artigo no Jornal do Brasil.

A polêmica gerou meses de controvérsia na imprensa nacional e depois virou o livro “Liberdade acadêmica e opção totalitária”. “Excluíram o Miguel Reale porque ele tinha sido integralista, o que é um absurdo. Eu tinha arrumado bolsas para os marxistas, em pleno governo militar, porque achava um absurdo a discriminação a eles, mas a convivência é difícil. Você não deve dar cargo de poder a eles, porque eles vão liquidar os outros. É da alma deles”, disse Paim.

Raul Landim, ex-diretor do Departamento de Filosofia da PUC, tem uma versão diferente. Disse que a exclusão do curso de filosofia brasileira estava relacionada a uma modernização do departamento para adequá-lo à realidade de outros cursos de filosofia no mundo. Da mesma forma, a antologia de textos distribuída aos alunos passou a incluir apenas filósofos considerados clássicos.

“Fui da AP, mas não sou marxista, como também não era o padre Vaz. Estávamos preocupados em melhorar a competência dos alunos, mas o Paim transformou tudo em questão ideológica”, disse a ÉPOCA Landim, hoje professor aposentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na última terça-feira 8. A querela não terminou bem para ele. Seis meses depois, Landim e outros professores perderam seu emprego na PUC. Ele acha que a polêmica teve um efeito indireto em sua saída.

Apesar desse passado, Paim avalia que Vélez Rodríguez deve agir com prudência em sua faxina ideológica no Ministério da Educação. “Não pode generalizar. O Ministério da Educação tem muito funcionário decente. Não pode achar que tudo é marxista, tudo não presta, como os procuradores fizeram com a classe política. Não é bem assim”, afirmou. Perguntado sobre o Escola sem Partido, Paim disse que os professores devem adotar a mesma postura que ele tinha na sala de aula.

“Em meu tempo de professor, eu dava um curso sobre Kant (Immanuel Kant, filósofo alemão do final do século XVIII, considerado um dos pilares da filosofia moderna). Eu transmitia a eles como ler “A crítica da razão pura”, mas não fazia doutrinação. Se eu fizesse isso, dizia a eles que podiam me criticar e me botar para fora”, afirmou. Paim disse que o curso de filosofia serve para ter conhecimento de todos os principais pensadores, inclusive Marx. Mas ressalva que Marx deve ser lido à luz da “complexidade do idealismo alemão”. Fora desse contexto, alertou, “marxismo vira bestialógico”.

Antes de virar um conservador e um anticomunista ferrenho, como ele próprio admite, Paim fez um caminho sinuoso. Foi ele próprio um comunista de carteirinha. Na juventude dos seus 20 e poucos anos, estudante no Rio de Janeiro, entrou no Partido Comunista do Brasil, o Partidão, entusiasmado com a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Achava que os soviéticos encarnavam a liberdade, que não existia na ditadura de Getúlio Vargas.

Virou secretário de redação da Tribuna Popular, o jornal do partido, em que militava, entre outros, o poeta Carlos Drummond de Andrade. Durante o governo de Gaspar Dutra (1946-1951), num enfrentamento de jornalistas e gráficos que resistiram a bala a uma ação da polícia para fechar o jornal, levou um tiro que o deixou com um buraco na

cabeça e foi condenado a sete anos de prisão. Foi enviado para uma casa de detenção, onde, segundo Paim, o diretor queria matá-lo. Paim contou que numa ocasião em que o diretor tentou pegá-lo com as mãos pelas grades da cadeia, reagiu e quase quebrou o braço do agente. Como punição, foi mandado para um cubículo numa solitária, onde ficou em condições degradantes. “O anticomunismo brasileiro era de um primarismo brutal. Uma pessoa com um mínimo de caráter ou enfrenta aquele negócio, ou se avacalha. Aí, eu virei comuna mesmo”, afirmou.

Depois de uma inspeção feita por uma Comissão da Câmara dos Deputados, Paim foi reconhecido como preso político e enviado para uma penitenciária onde, em condições melhores, cumpriu pena de dois anos e dois meses de prisão. Solto, virou dirigente do Partido Comunista. Em 1953, foi enviado para a União Soviética para estudar teoria leninista, na Universidade Lomonosov, em Moscou. Aprendeu a ler O capital, de Marx, em russo para traduzi-lo para o português. Paim disse que transformou-se em um “bolchevique sem alma, sem amigo, sem família, sem p... nenhuma, integrante de uma casta devotada à causa”.

Na Universidade Lomonosov, Paim, porém, apaixonou-se pela russa Margarita Anatolia Rodanov — que fazia a tradução simultânea para os brasileiros. Seus colegas comunistas não gostaram daquele namoro, porque achavam que atrapalhava as relações do Partido Comunista brasileiro com o soviético. Terminado o curso, Paim voltou para o Brasil, mas ficou poucos meses aqui antes de resolver voltar para a União Soviética para casar com Margarita.

“O amor foi um processo de humanização para mim”, declarou numa ocasião Paim, que disse ter sido salvo do comunismo pela paixão. Ele foi gradualmente afrouxando os laços com o partido. A ruptura final veio com a divulgação dos crimes de Stálin com o relatório Krushev, de 1956, quando Paim ainda morava na União Soviética. “Fui eu que lutei para distribuir o relatório para o Partido Comunista brasileiro. Não dava para ficar no partido depois daquilo. Da minha geração, ninguém ficou”, contou Paim. O processo de desencanto daquela geração com o stalinismo é contado no livro “O retrato”, de outro ex-comunista baiano, Osvaldo Peralva, que foi jornalista da Folha de S. Paulo. A reedição de 2015 de “O retrato” tem prefácio assinado por Paim. “A leitura de ‘O retrato’ pode contribuir para que pessoas de bom senso revejam esse tipo de opção”, escreveu o filósofo na apresentação. Paim

Depois de conseguir a autorização do regime soviético para que Margarita saísse da Rússia, Paim voltou para o Brasil com a mulher. Instalaram-se em Copacabana, no Rio de Janeiro, tiveram uma filha. Mas o casamento com Margarita, que traduziu Machado de Assis e fez um dicionário russo-português, durou pouco. Por volta de 1962, quando o Brasil já vivia o acirramento dos ânimos anticomunistas que culminaria no golpe militar contra o governo João Goulart em 1964, a russa resolveu voltar, com a filha, para a União Soviética, onde a mãe era uma dignitária do regime. Paim confessou ter ficado “desarvorado”. “Eu era muito agarrado a minha filha. Era um potocozinho”, disse Paim, que nunca mais a viu. Não é o único momento que usa da suavidade baiana para se referir a suas ligações com antigos camaradas e a Rússia soviética. “O povo russo é uma gente muito simpática, bonita, alegre. Sinto saudades deles, do período em vivi lá”, contou. Recentemente, disse ter descoberto a existência de duas netas na Rússia. Uma delas, volta e meia, lhe escreve e-mails em português — e torna a desaparecer.

O processo de saída do marxismo, disse Paim, foi igualmente penoso. “Uma coisa é sair do Partido Comunista, outra é sair do marxismo”, explicou. Ele fez a opção deliberada de “passar anos estudando para aprender” e conseguir o rompimento com a antiga ideologia. “O Fernando Henrique não fez isso e continuou se arrastando”, disse. Passou a estudar Kant com um engenheiro alemão, especialista na obra do filósofo. Com ele, disse Paim, fez “terapia kantiana” para se libertar do marxismo. A transição para o liberalismo conservador, brincou, foi igualmente “gradual, lenta e segura”. Por um tempo, flertou com a social-democracia. Contou que só virou liberal mesmo em meados da década de 70, depois de ter estudado como o liberalismo inglês se reformou, ao longo do século XIX, para tornar suas instituições políticas mais representativas.

Paim se disse animado com a perspectiva de dar maior consistência programática às várias propostas liberais que ganharam força nos últimos anos no Brasil. Disse ter o lido o programa do PSL, o partido de Bolsonaro, e o achou “muito bom”. Considera que o novo presidente “tem uma proposta liberal, sem dúvidas”, e que ele pode liquidar o PT, outro porta-voz do que ele chama de “marxismo vagabundo”. Mas mantém um certo ceticismo em relação aos resultados que podem ser alcançados pelo novo governo. “O Brasil elegeu um governo militar-liberal. Tem mais milico lá do que no tempo do Castello Branco. É um arranjo complicado. Você não pode dizer isso a priori, mas pode não dar certo. Depende muito da relação com o Congresso”, disse.

Em relação ao Brasil, Paim disse ter menos ilusões ainda. “Se não houver um cataclismo que mude sua base social, o Brasil jamais será um país desenvolvido”, afirmou. Adepto de uma filosofia que faz uma leitura culturalista das sociedades, ele acha que o obstáculo está relacionado a valores morais desenvolvidos nos tempos do período colonial, quando a Inquisição impediu que o país acompanhasse a Revolução Industrial. “No Nordeste, havia um dito: ‘Não herdou, não roubou, emergiu’. Isso mostra que o ódio ao lucro e à riqueza é um troço arraigado, profundo, no Brasil. A moral social é muito ruim. O grande obstáculo que impede a sociedade liberal no Brasil é a Igreja Católica. A Igreja Católica é hoje uma espécie de Partido Comunista”, disse Paim. Segundo ele, o máximo que o Brasil poderá aspirar em termos de participação da riqueza mundial será como país agroexportador, graças ao sucesso do agronegócio. “E PT Saudações”, completa ele, peremptório.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ciência contribui para o sucesso do basquete feminino de Santo André

Restam 19s6 segundos para o fim do jogo, o placar está empatado: 67 a 67. O destino do Santo André/APABA na decisão do Campeonato Paulista Feminino de Basquete adulto está nas mãos de Simone Lima. O público no ginásio Pedro Dell’Antonia, no ABC, fica apreensivo. A experiente pivô olha fixamente para o aro e converte os dois lances livres, o time andreense supera o Vera Cruz, de Campinas, na segunda partida da série final e depois é campeão ao vencer o terceiro confronto. A história desta conquista em dezembro do ano passado transcende o esporte. A ciência foi uma peça importante no quebra-cabeça do título.

Há seis meses, o Santo André, por intermédio do técnico Bruno Guidorizzi, da secretária de esportes adjunta Laís Elena e da diretora técnica do basquete feminino, Arilza Coraça, abriram as portas para a ciência. O clube permitiu que uma ex-atleta da equipe, Luciane Moscaleski, que encerrou sua carreira no final de 2017, e atualmente é candidata ao mestrado no Programa de Pós-graduação em Neurociência e Cognição da

Universidade Federal do ABC (UFABC), investigasse a estratégia utilizada em arremessos pelas atletas do time adulto em um estudo na área de Neurociência e Cognição.

A pesquisa envolve três instituições: a Escola de Educação Física e Esporte da USP (EEFE-USP), com o professor Alexandre Moreira, o Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra do Instituto Santos Dumont de Macaíba-RN, com o professor Edgard Morya, além da UFABC, representada pelo professor Alexandre Okano, do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC). Há ainda parceria com a Brain Support, empresa que faz estudos neurocientíficos.

Os dados obtidos no protocolo inicial estão em análise, mas os resultados preliminares já apontam para um ganho esportivo. Simone Lima é o exemplo. A pivô de 39 anos viu o aproveitamento no lance livre subir de 56% (14/25) para 68,75% (11/16), com um impressionante desempenho de 81,81% (9/11) na série final contra o Vera Cruz, ao colocar em prática o que aprendeu após os testes com os óculos de “eye tracking”, que permite medir a posição e o comportamento do movimento ocular.

“Queremos entender melhor o fenômeno quiet eye (fixar o olhar) e estabelecer uma comparação entre a estratégia visual de arremessos bem-sucedidos e malsucedidos em diversos níveis de habilidades e verificar os efeitos da estimulação cerebral sobre a estratégia visual, o desempenho no arremesso e o nível de atenção”, diz Luciane.

O “quiet eye” é caracterizado pela fixação do olhar de rastreamento em um local ou objeto específico no espaço antes do desfecho final de uma tarefa de pontaria. Com as orientações corretas, as atletas podem perceber as informações mais cedo e adquirir uma transmissão de comandos de maior qualidade para o sistema motor.

“Faço análise dos jogos e, nos últimos lances livres (na decisão), a cada acerto eu olhava para o professor Okano que estava na arquibancada e era uma satisfação por ver o trabalho saindo do papel e sendo executado”, relembra Luciane, que, além de trabalhar na análise de partidas e adversários, atua como auxiliar na preparação física.

Este tipo de treinamento no basquete tem sido estudado por Joan Vickers, uma pesquisadora canadense, desde 1995. Em 2001, ela comprovou que esta atividade era eficaz em atletas da liga universitária do Canadá. Na pesquisa científica internacional, outros esportes, como golfe, beisebol e futebol, também são utilizados.

No Brasil, não existem publicações científicas com este tipo de pesquisa em basquete de nível profissional. Em Bauru, o professor Sérgio Tosi realiza trabalho com atletas de base, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

“As informações do padrão de olhar podem ser utilizadas pelos técnicos para melhorar o desempenho num aspecto importante para o atleta, que é a fase de aquisição da informação sensorial, seguida pela execução da ação que foi planejada no momento anterior”, diz Luciane.

O segundo protocolo, que vai começar este ano, envolverá a Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC). Trata-se de um método avançado de neuromodulação aplicado para modificar a excitabilidade cerebral de forma segura. “Espero trazer mais

conhecimento científico aplicado ao esporte, e a neuromodulação pode ajudar a melhorar a atenção e percepção.”

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Briga nos bastidores aumentou influência de Olavo de Carvalho no MEC
Olavo de Carvalho indicou o ministro e outros integrantes da nova gestão do MEC
"Esse Olavo de Carvalho deve ser muito bom". A frase irônica é de um aliado do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao comentar a influência do escritor radicado nos EUA na nova equipe do Ministério da Educação (MEC).

Por mais que a proximidade de Olavo com a campanha de Bolsonaro fosse conhecida, sua influência ainda causa espanto e certa contrariedade entre colaboradores do presidente na área educacional. O escritor indicou o ministro Ricardo Vélez Rodríguez e ganhou ainda mais força na pasta após uma briga nos bastidores da transição.

Apesar de o cargo de ministro da Educação ser considerado estratégico para o país, o nome do escolhido só foi anunciado no fim de novembro, quando a equipe de Bolsonaro já trabalhava havia semanas na transição com o governo Michel Temer (MDB).

"A mim surpreendeu muito [a influência de Olavo]. Não que eu desmereça o pensamento do Olavo de Carvalho, tenho todo respeito por ele, mas chegou um cara [Vélez] ligado a ele que não participou do grupo da transição. Isso chamou muito a atenção", diz, reservadamente, o apoiador que trabalhou na equipe de Bolsonaro.

Briga às vésperas da posse e desconvites

Em 28 de dezembro, às vésperas da posse, a ruptura entre Vélez e o cientista político Antônio Flávio Testa consolidou a força dos seguidores de Olavo na nova equipe do MEC. Testa, que foi professor na UnB (Universidade de Brasília) e é vinculado à FGV (Fundação Getúlio Vargas), atuava como consultor de Bolsonaro na área de educação desde abril, na pré-campanha, e estava escalado para ser o secretário-executivo do MEC, cargo abaixo apenas do de ministro.

Naquele dia, Vélez desconvidou Testa e todos os indicados pelo cientista político para trabalhar na secretaria-executiva, órgão considerado o coração do ministério. Com isto, pôde terminar a montagem da equipe que assumiu a pasta, recheada de indicados por Olavo.

Ao se integrar à equipe de transição, Vélez teria deixado de lado ao menos parte dos planos para a educação elaborados por civis e militares das equipes de Bolsonaro durante a campanha eleitoral e a transição.

"Os planos do Bolsonaro [para a educação] foram muito bem feitos. A partir do momento em que foi nomeado ministro esse cidadão jogou os planos por água abaixo", afirma o ex-integrante da transição, crítico da forma como Vélez montou a equipe.

Divergências em torno de indicações para o ministério aumentaram o atrito entre Vélez e Testa. O cientista político teria passado por constrangimentos ao ser desautorizado pelo ministro após selar a permanência de ao menos um funcionário do MEC que já trabalhava na gestão Temer.

De acordo com ele, os membros dos grupos da campanha e da transição não eram próximos de Olavo, o que é corroborado pelo consultor em educação Stavros Xanthopoulos, diretor de relações internacionais da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância). Ele também trabalhou no plano de educação durante a campanha eleitoral e chegou a ser cotado para comandar o MEC.

"Nada da nossa planificação foi relacionada com o Olavo. A prioridade era como a gente trataria a educação no amplo sentido. Não sei o quanto [do plano] foi adiante", declara Xanthopoulos.

A escolha do nome para comandar o MEC virou uma novela no período da transição. Além do próprio Stavros, outros nomes foram cogitados, como o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos. A opção por Mozart chegou a ser dada como certa em 21 de novembro, mas foi reprovada por evangélicos ligados a Bolsonaro, o que abriu caminho para a confirmação de Vêlez no dia seguinte.

Um dos reflexos da influência de Olavo seria a adoção, por parte do ministro, de um tom mais radical do ponto de vista ideológico.

No discurso de posse, Vêlez criticou aquilo que seriam marcas do campo da esquerda na política, como o marxismo cultural, que prometeu combater, e o pensamento gramsciano.

Com isto, Vêlez não estaria dando a devida importância à multiplicidade de obrigações e necessidades da pasta, o que poderia se agravar com a nomeação de ex-alunos dele e do escritor com pouca experiência em gestão.

"Enquanto não ficar clara a missão [do MEC], se cria uma dúvida grande sobre o projeto, sobre o que vai ser priorizado e como será feito. Cabe ao ministro explicar qual é a sua missão específica. Não é aquilo que ele falou no discurso, que veio para acabar com o marxismo, com Gramsci, com o lulopetismo, porque isso já acabou. São argumentos obsoletos. Precisa saber qual é o próximo passo. Os líderes têm que mostrar ao que vieram e como vão fazer as coisas acontecerem", analisa o integrante da equipe de transição.

Xanthopoulos é mais otimista, mas com ressalvas. Acredita que pontos dos planos elaborados anteriormente pelas equipes que auxiliaram Bolsonaro apareceram no discurso de posse de Vêlez e avalia que o ministro tem sólida formação. Apesar disso, admite não conhecê-lo o suficiente para avaliar a capacidade de Vêlez.

"Não o conhecia. Vi o ministro por 20 minutos no dia seguinte à nomeação. Parece uma pessoa extremamente bem informada, tem sólida formação acadêmica, é inteligente e tem uma experiência boa acadêmica. Fora isso, não tenho como comentar e dar opinião."

Vêlez não tem dado entrevistas. O UOL procurou o MEC para que o ministro pudesse informar as ações planejadas pela pasta e dizer se descartou ou aproveitou os planos feitos na campanha eleitoral e na transição. A pasta evitou responder as questões. "O MEC vai informar os programas, projetos e ações à medida que eles forem ocorrendo.

Já o plano de ações está em alinhamento com a Presidência da República, que centraliza essas questões de todo o governo", diz em nota a assessoria de imprensa do ministério.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Toffoli vê prejuízo a crianças em pagamento de honorários com verba da educação

Ao suspender todas as decisões do país que autorizavam pagamento de honorários advocatícios com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, afirmou ver 'chapada inconstitucionalidade' na destinação da verba para outros fins que não políticas públicas voltadas ao ensino. O ministro acolheu, nesta sexta-feira, 11, liminarmente, pedido da Procuradoria-Geral da República, que alertou para o desvio de finalidade dos recursos.

O ministro enfatizou que 'uma educação de baixa qualidade é uma das causas do retardo no desenvolvimento do país, desenvolvimento esse que apenas pode ser almejado com a formação de cidadãos aptos ao exercício de seus direitos e à efetiva colaboração para o engrandecimento da nação'.

Toffoli ainda lembrou que a Corte já decidiu, em outras oportunidades, contra o uso do Fundeb para o pagamento de honorários advocatícios. E, reforçou. "Trata-se de situação de chapada inconstitucionalidade, potencialmente lesiva à educação pública em inúmeros municípios, carentes de recursos para implementar políticas nessa área e que pode redundar em prejuízos irreparáveis à educação de milhares de crianças e adolescentes por este país afora, em situação - repita-se - virtualmente irreversível".

Em seu pedido ao presidente do Supremo, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou que segundo a lei, o dinheiro do Fundeb deve ser 'integralmente aplicado na manutenção e no desenvolvimento da educação básica brasileira' - ainda assim, na contramão das normas, várias decisões judiciais têm permitido o pagamento de honorários a escritórios de advocacia simplesmente para aplicarem sentença proferida em 2015, em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal.

Raquel pontua que, embora tenha o Ministério Público Federal iniciado o cumprimento de sentença, diversos municípios passaram a ajuizar execuções individuais com base na sentença - alguns deles, contratando escritórios de advocacia.

Além de contratos sem licitação, o MPF identificou que os honorários têm sido descontados dos precatórios do Fundeb recebidos pelo município.

A procuradora-geral relata que o cálculo inicial do montante do fundo é de R\$ 90 bilhões. Ela narra ainda que alguns contratos preveem a destinação de até 20% do valor recebido pelo município para os advogados.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Edital do livro didático derruba assessor do MEC

Chefe de gabinete do FNDE é exonerado por ter autorizado alterações no texto que permitia a compra de material para a rede pública de ensino contendo erros e omitindo referências aos afro-brasileiros e à condição da mulher

O chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, foi exonerado ontem pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Responsável por autorizar as alterações que causaram polêmica no edital do

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o funcionário assinou o aviso das mudanças no documento, publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro. À época, ele era presidente interino do FNDE.

Funcionários do setor começaram a ser ouvidos na última quinta-feira. Ontem, um servidor do MEC assinou documento no qual afirma que as mudanças no documento foram decorrência de “erro operacional” da área que coordena dentro da pasta, segundo informou o jornal O Estado de S. Paulo. Estêvão Perpétuo Martins é coordenador de Habilitação e Registros do FNDE e responsável por atualizar editais.

O documento assinado por ele, ao qual o Estado teve acesso, explica que, em 26 de dezembro, a Secretaria de Educação Básica do MEC solicitou ao FNDE que fizesse ajustes técnicos no material digital audiovisual. De acordo com o servidor, as mudanças não deveriam alterar os itens relacionados a temas como diversidade, gênero e publicidade ou temas afeitos. Contudo, foi o que ocorreu.

Martins alega que os ajustes foram feitos em uma versão antiga do documento, de agosto, embora ele tenha sido modificado em outubro. A última atualização do edital foi produzida ainda no governo de Michel Temer e modificada cinco vezes ao longo do ano. Em seu documento, Martins afirma que identificou o erro no material, mas não falou nada porque “não haveria a possibilidade de aprovação de obras que contemplassem violência contra a mulher ou discriminação étnico-racial”.

O coordenador ressalta ainda que, mesmo com o erro, nada afetaria a escolha das obras, uma vez que o prazo para a inscrição dos livros havia sido encerrado em 30 de novembro passado. Contudo, os livros ainda estavam em período de avaliação e mudanças no edital poderiam alterar a seleção deles. Além de Martins, outros servidores começam a ser ouvidos pelo MEC. Na última quinta-feira, o ministério anunciou que abriria sindicância para apurar a questão, mas esclareceu que só se pronunciará ao fim das investigações.

Em nova nota divulgada ontem, o órgão afirmou que as exonerações no FNDE se relacionam à “reorganização administrativa que o MEC pretende fazer com a chegada da nova gestão”, e ressaltou não ter relação com o erro na publicação da retificação do PNLD 2020. “Sobre o caso, foram adotadas providências internas para instauração de sindicância, que deve ter documento publicado em breve.”

Controvérsia

Os itens retirados do texto causaram polêmica entre integrantes da sociedade civil, intelectuais e editoras. O novo conteúdo permitia, a partir de 2020, a compra de obras para escolas da rede pública, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, com erros e propaganda. Também suprimia a presença obrigatória de alguns assuntos, como a cultura quilombola, a história dos afro-brasileiros e africanos e a violência contra a mulher. O documento foi enviado em 28 de dezembro e publicado cinco dias depois. Quando as mudanças vazaram para a imprensa, o MEC cancelou a versão mais recente do edital, devido a “erros que foram detectados no documento”.

No material, era vetado “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder”, “com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda de não violência contra a

mulher”. À época, a pasta reforçou o “compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira”. Além disso, desmentiu “qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

“Foram adotadas providências internas para instauração de sindicância, que deve ter documento publicado em breve”

Nota do Ministério da Educação sobre a polêmica do material didático

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Oposição ao governo Bolsonaro está no Planalto

Entre um tuíte e outro, acabou com os ministérios do Trabalho e da Cultura, mudou radicalmente a política externa, tentou detonar a reforma agrária e o livro didático, depois voltou atrás, e resolveu parar a comitiva presidencial para comer um cachorro-quente num trailer.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-kotscho/2019/01/oposicao-ao-governo-bolsonaro-esta-no-planalto.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? SIM

Direito dos jovens

Educação sexual em escolas não é opção, é obrigação a partir do 8º ano do ensino fundamental, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017). Muito se ganha com a inclusão desse componente na formação escolar, e não apenas por seus aspectos pedagógicos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/a-educacao-sexual-deve-ser-tratada-em-sala-de-aula-sim.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? NÃO

A responsabilidade é dos pais

Existem inúmeros riscos de inoculação de falsas doutrinas, tais como a famigerada ideologia de gênero, além dos reducionismos biológicos. A educação sexual escolar, muitas vezes, corresponde a eufemismo, encobrindo certa agenda --a qual, em última análise, visa à engenharia social desestabilizadora dos valores cristãos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/a-educacao-sexual-deve-ser-tratada-em-sala-de-aula-nao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

A verdade em fluxo

O pacto da transição, em torno da Anistia, turva até hoje a imagem da ditadura

O general Aléssio Ribeiro Souto, coordenador do plano de educação na campanha de Bolsonaro, exige dos professores a exposição da "verdade" sobre o "regime de 1964".

A confusão sobre a alteração do edital de aquisição de livros didáticos pelo MEC segue envolta em mistério. A versão modificada, depois anulada, tornava desnecessárias as referências bibliográficas

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2019/01/a-verdade-em-fluxo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Criança é protagonista do aprendizado em nova base curricular infantil
Documento deve começar a ser aplicado até o fim do ano em todo o país
São Paulo

Até o final deste ano, pré-escolas e creches de todo o país vão precisar ter seus currículos ou propostas pedagógicas adaptados em acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que apresenta uma maneira mais moderna de tratar a criança, agora como protagonista em seu processo de aprendizado e tendo o brincar como maior ferramenta de construção de conhecimento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/crianca-e-protagonista-do-aprendizado-em-nova-base-curricular-infantil.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Servidor do MEC atribui mudança em edital de livro didático a erro operacional
Em documento, responsável por alterações alegou falha na quinta versão do texto
Brasília

Após a divulgação da mudança feita pelo MEC (Ministério da Educação) em edital de livros didáticos, o que abriria margem para erros e retiraria compromissos ligados aos direitos humanos, um servidor da pasta assinou documento argumentando que o problema não passou de um erro operacional.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/servidor-do-mec-atribui-mudanca-em-edital-de-livro-didatico-a-erro-operacional.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares
Rogério Lot era comissionado em cargo de chefia em órgão ligado à pasta da Educação
Brasília

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez exonerou nesta sexta-feira (11) Rogério Fernando Lot, responsável por assinar no início da gestão Bolsonaro uma nova versão do edital de compra de livros didáticos que deixava de exigir das editoras obras com referências bibliográficas e compromissos com a agenda da não violência contra as mulheres e a

promoção das culturas quilombolas e povos do campo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/ministro-exonera-assessor-que-assinou-alteracoes-em-edital-de-livros-escolares.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Em biografia, autor mostra fascínio de fundador do Mackenzie pelo Brasil
Universidade presbiteriana que leva seu nome, em SP, completa 150 anos em 2020
São Paulo

José Bonifácio (1763-1838) entrou para a história como patrono da Independência do Brasil. Menos conhecido é seu papel na criação de uma das instituições privadas mais importantes do país, palco de um dos embates estudantis mais marcantes da ditadura militar e hoje casa de 38,6 mil universitários.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/em-biografia-autor-mostra-fascinio-de-fundador-do-mackenzie-pelo-brasil.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Ministros classe A e B

E-MAIL: JOAODOMINGOS56@GMAIL.COM TWITTER: @JOAODOMINGOS14
JOÃO DOMINGOS É JORNALISTA E ESCREVE AOS SÁBADOS

O governo de Jair Bolsonaro teve tantos recuos desde seu início que boa parte dos meios de comunicação foi às contas. A conclusão é de média de um recuo por dia. Tal situação refletiria falta de planejamento, improvisação, divergências entre ministros das áreas política e econômica, pouco diálogo entre os integrantes do primeiro escalão e o presidente da República. Quem sabe, até a existência de ministérios classe A e classe B.

Os passos atrás vão da economia à diplomacia, da assinatura de um decreto que aumentaria o IOF, anunciado pelo próprio presidente, à inexistência desse ato. Na verdade, Bolsonaro assinara a sanção do projeto de lei que prorrogou os subsídios para empresas instaladas nas áreas da Sudene e da Sudam, com veto para a extensão do benefício às companhias do Centro-Oeste.

Bateção de cabeça no início de governo não é um privilégio de Bolsonaro. Já foi registrado antes, no de Lula, principalmente, e por certo ocorrerá noutros governos que virão. A máquina é gigante, o voluntarismo se faz presente e as promessas feitas na campanha são cobradas.

Se os recuos podem passar a impressão de que o governo vive à base do improvisado, eles não podem ser considerados o fim do mundo. Muitas vezes podem vir para o bem. E não há como negar que também passam a ideia de humildade. Se houve erro, que seja consertado a tempo. Portanto, Bolsonaro não precisa perder o sono porque seu governo acumula uma alta média de recuos.

Os riscos para o governo de Bolsonaro são outros. Nota-se uma clara diferença no grau de conhecimento de seus ministros em relação às áreas em que atuam. Daí, a impressão

de que foram divididos em classes diferentes. Uns já teriam chegado ao generalato, caso da turma da economia e da infraestrutura; outros ainda estariam tentando se firmar como oficiais em início de carreira. Entre os últimos estaria, por exemplo, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. Cada vídeo com a participação dela é um desastre anunciado. No último, ela diz que os evangélicos erraram ao permitir que a teoria evolucionista entrasse nas salas de aula. Logo, seu colega da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, a rebateu: “Não se deve misturar ciência com religião”. Não se deve mesmo. Além do mais, há um sério risco de a ministra começar a ser encarada como folclore. Se isso ocorrer, suas ações serão praticamente anuladas, o que seria uma pena num ministério tão sensível.

Na área das Relações Exteriores, não se pode dizer que o ministro Ernesto Araújo é o ó do borogodó. Seu discurso é confuso. E já começa a ser peitado dentro do Itamaraty, como no caso da demissão de Alex Carreiro da presidência da Apex.

Já o ministro da Educação, Vélz Rodríguez, deveria pôr as mãos para os céus pela liberdade de imprensa que vigora no País. Foi essa liberdade que permitiu a divulgação da notícia de que o novo edital do MEC para a compra de livros didáticos flexibilizava os erros de impressão e digitação e acabava com a exigência da publicação de bibliografia para as citações, além de outras medidas. Caso os problemas não tivessem sido identificados, o prejuízo para o Tesouro seria de R\$ 1 bilhão, que é o custo de 150 milhões de livros. Para os alunos, seria irreparável. (A regra dos erros deveria ser endurecida. Já caiu em minhas mãos um exemplar de Helena, de Machado de Assis, feito para o MEC. Os erros eram tantos, mas tantos, que parágrafos inteiros foram suprimidos).

Problemas de Bolsonaro não são os recuos, mas auxiliares que podem entrar para o folclore

Haddad e Bolsonaro. O petista Fernando Haddad tem tudo para liderar a oposição no País. Chamar Bolsonaro de “Bozo”, como ele tem feito, não o engrandece. Assim como Bolsonaro não deveria chamar Haddad de “marmita de Curitiba”. O bom combate não comporta o desrespeito.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Livros didáticos

Servidor diz que houve ‘erro operacional’ em edital

BRASÍLIA

Um servidor do Ministério da Educação (MEC) assinou anteontem documento no qual diz que as alterações no edital dos livros didáticos de 2020 ocorreram por um “erro operacional” de sua área. Estevão Perpétuo Martins, coordenador de Habilitação e Registro do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), e outros funcionários foram chamados para esclarecer à cúpula da pasta a nova versão do edital, que deixava de exigir referências bibliográficas nas obras, entre outras mudanças. Após ter sido divulgada pela imprensa esta semana, a nova versão foi anulada.

No documento, ao qual o Estado teve acesso, Martins afirma que em 26 de dezembro a Secretaria de Educação Básica do MEC solicitou ao FNDE, órgão da pasta, ajustes técnicos em itens referentes ao material digital audiovisual. As mudanças, segundo ele, não alterariam itens relativos a diversidade, gênero, publicidade ou temas afeitos.

Segundo o documento, houve um “erro operacional de versionamento”.

A aparente identificação do equívoco ocorreu um dia após o MEC chamar Martins para uma conversa informal, já que a sindicância anunciada pela pasta ainda não foi formalizada. O documento assinado pelo coordenador diz que a equipe técnica do MEC e o FNDE encontraram o erro e, a pedido do ministro Ricardo Vélez Rodriguez, iniciaram atos de anulação da última versão do edital. “Passando a vigor o texto anterior, sem prejuízos ao erário, à política pública ou aos estudantes e professores beneficiários do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)”, afirma o texto.

Ele diz que as mudanças solicitadas foram realizadas em uma versão antiga do edital, feita em agosto e alterada em outubro. O texto anterior era menos exigente com relação às questões de qualidade do material didático, entre outros pontos.

O “aviso de alteração” do edital assinado pelo então presidente substituto do FNDE, Rogério Fernando Lot, não deixava claro quais eram as mudanças no edital, segundo o Estado apurou. O texto mencionava, por exemplo, “alteração no anexo III” – parte em que estavam a exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade, além dos itens sobre valorização de quilombolas e não violência contra mulher.

Para saber quais eram as mudanças, Lot teria de acessar o link e comparar item por item do Anexo nas duas versões.

Mudanças em editais do PNLD são de responsabilidade da Coordenação de Habilitação e Registro (Coher), à qual compete elaborar editais de convocação para avaliação e seleção de obras, bem como termos de referência para comprar livros. Apesar de dizer ter identificado o erro, Martins argumenta que “não haveria a possibilidade de aprovação de obras que contemplassem violência contra a mulher ou discriminação étnico-racial”.

No documento, Martins diz ainda que o erro não teria impacto, pois o prazo para inscrição das obras foi até 30 de novembro. Mas os livros ainda estavam em fase de avaliação – o que significa que mudanças no edital poderiam beneficiar editoras que não cumprissem todos os itens.

Martins é servidor concursado do FNDE há cerca de dez anos e assumiu o cargo no Coher em janeiro de 2018. Ele não foi exonerado. Procurado, Martins não quis falar com o Estado. Exoneração. Ontem, Lot e outros nove comissionados foram exonerados por Vélez. Em nota, a pasta nega que as exonerações tenham relação com a polêmica do edital e diz que ocorreram pela “organização administrativa que o MEC pretende fazer com a chegada da nova gestão”.

Ministro da Educação de Michel Temer, Rossieli Soares nega que as mudanças tenham sido na sua gestão.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Alteração em livros didáticos foi erro operacional, afirma relatório

BRASÍLIA - Um relatório interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) atribuiu a um "erro operacional de versionamento" as mudanças feitas em edital para compra de livros didáticos que permitiam erros e ausência de referências

bibliográficas nas obras e retiravam temas relacionados à diversidade.

O documento é assinado por Estevão Perpétuo Martins, coordenador de Habilitação e Registro do órgão. Ele relatou o uso equivocado da terceira versão do edital, de agosto, quando o FNDE recebeu instruções do Ministério da Educação (MEC) em 26 de dezembro para fazer alterações que se restringiam a questões técnicas referentes a material digital audiovisual.

A publicação foi feita em 2 de janeiro, já no governo Bolsonaro, e causou polêmica por extinguir conteúdos sobre combate à violência contra a mulher e permitir publicidade nos livros, entre outros pontos. "Conforme se observa, não houve demanda, neste momento, nem do MEC nem do FNDE, para alteração de itens relativos a diversidade, gênero, publicidade ou temas afeitos. Ocorre que houve um erro operacional de versionamento quando da publicação da quinta retificação. Nesta, foi utilizado o texto consolidado da terceira versão" explica o relatório.

O documento não aponta o servidor responsável pelo erro, mas Martins, que assina em primeiro lugar o texto, teria admitido internamente o equívoco à equipe do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que determinou abertura de sindicância para apurar o caso e revogou as alterações. Mesmo assim, o servidor não está entre os dez exonerados de cargos comissionados no FNDE ontem. Lauri Cericato, que também assina o documento, foi demitido. Ele era coordenador-geral dos Programas do Livro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Toffoli suspende honorários com verbas do Fundeb

Decisões judiciais permitiam que dinheiro destinado à educação fosse usado para pagar advogados que atuam por prefeituras

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu ontem decisões judiciais que autorizavam escritórios de advocacia a receberem, a título de honorários, recursos que deveriam ser destinados à educação básica. A Justiça reconheceu que a União deixou de repassar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) parte da verba de vida. A partir dessa decisão, municípios passaram a contratar escritórios de advocacia para liberar o dinheiro. Como honorários, as bancas recebem entre 20% e 30% do valor que deveria ser repassado integralmente às prefeituras. Ao todo, 3.800 municípios, em 19 estados, têm direito a receber R\$ 90 bilhões, quantia referente à diferença que a União deixou de repassar ao antigo Fundef.

O dinheiro passado às bancas de advogados poderia variar de R\$ 18 bilhões a R\$ 27 bilhões. Agora, o dinheiro deverá ser destinado integralmente à educação básica. Toffoli tomou a decisão a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Em ação apresentada em dezembro ao STF, Dodge afirmou que o dinheiro deve ser usado exclusivamente em educação básica, e não para custear honorários. No pedido, a procuradora-geral não especifica quantas decisões em todo o país autorizaram os escritórios a receber honorários referentes a parte do dinheiro do Fundeb. Em outubro de 2018, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o dinheiro equivalente à diferença do Fundeb não pode custear honorários advocatícios.

topo ↕

ÉPOCA - RJ - BRASIL

O ANTICOMUNISTA

Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez

Em seu discurso de posse no dia 2 de janeiro, em meio a críticas ao globalismo, ao pensamento gramsciano, ao marxismo cultural e à ideologia de gênero — o quarteto eleito como alvo preferencial dos ataques da ala ideológica do governo Jair Bolsonaro —, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, explicou que a “inspiração liberalconservadora” de suas propostas educacionais, que pregam a recuperação dos valores culturais tradicionais e religiosos, vinha de “dois grandes educadores”: Antonio Paim e Olavo de Carvalho.

A ascendência do “guru da Virginia” — como Olavo de Carvalho passou a ser chamado pelos bolsonaristas — sobre o novo governo instalado em Brasília se tornou bem conhecida. Além de opinar a favor da escolha de Vélez Rodríguez para o Ministério da Educação, Carvalho também atuou pela nomeação do embaixador Ernesto Araújo para o Itamaraty. Menos alardeada, a influência das ideias de Paim é igualmente importante em setores do novo governo, e a figura do filósofo baiano é tão ou mais reverenciada que a de Carvalho.

Autor de obras como Histórias das ideias filosóficas no Brasil e Evolução histórica do liberalismo, Paim é também tratado como um mestre pelos liberais-conservadores que passaram a orbitar em torno da Esplanada dos Ministérios. “Paim mostrou que a luta pelo sistema democrático-representativo e pluralista produz resultados humanamente mais aceitáveis que os sistemas cooptativos do antigo Leste Europeu, de Cuba, da Venezuela bolivariana e da China comunista”, disse o cientista político Paulo Kramer, que fez parte da equipe de transição do governo Bolsonaro e foi coautor de um livro com Paim e Vélez Rodríguez sobre o “novo patrimonialismo brasileiro”, publicado em 2015.

Para o cientista político Christian Lynch, professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, “Paim é autor de uma obra ciclópica e muito respeitável sobre a história das ideias filosóficas no Brasil, que é um clássico da área”. “A preocupação central em seus textos sobre o pensamento político brasileiro tem sido compreender as raízes do iliberalismo no Brasil, que ele acredita radicar numa incompreensão da questão da representação política”, acrescentou Lynch. “Nos últimos 20 anos, o prestígio do socialismo ou da social-democracia foi relegando alguns intelectuais a um lugar marginal na academia e na mídia, como se fossem dinossauros em extinção. Com o retorno do conservadorismo, depois de 30 anos, esses autores voltaram à voga.”

Prestes a completar 92 anos, Paim, nascido em Jacobina, no interior da Bahia, vive hoje numa casa de repouso particular para idosos, repleta de jardins e com um lago, no Jardim Bonfiglioli, bairro de São Paulo, às margens da Rodovia Raposo Tavares. ÉPOCA o encontrou lá em dois domingos, dia que ele reserva para ouvir música clássica, num quarto em que mantém uma TV, um computador e uma estante com seus livros e fotos de suas duas filhas. Paim precisa recorrer a um andador para se locomover, mas, em meio a alguns resmungos contra a velhice (uma m..., resume), ele se mantém bem-humorado, com uma conversa afiada e atualizado sobre tudo que ocorre com o governo Bolsonaro.

Sua ligação mais direta com o novo governo é, claro, com Vélez Rodríguez, com quem falou, por telefone, para desejar sucesso no governo. O ministro da Educação foi seu

aluno quando chegou ao Brasil na década de 70, com uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para estudar pensamento brasileiro num curso ministrado por Paim na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro. Paim rememora, com prazer, como conheceu Vélez Rodríguez, colombiano de nascimento, depois naturalizado brasileiro. “No primeiro dia de aula, ele falou em América Latina. Eu disse a ele: Você ganhou uma bolsa para estudar pensamento brasileiro. Não me venha com conversa de América Latina, que isso não existe aqui’. Ele, ainda um garoto, não respondeu nada e ficou em pânico”, contou Paim, aos risos.

O mestre disse que depois o “discípulo” se mostrou de grande valor e fez uma pesquisa primorosa sobre o caudilho gaúcho Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), prócer do começo da República brasileira. Castilhos ajudou na difusão do positivismo, doutrina filosófica importada da França com grande penetração entre os militares brasileiros e inspiração do lema “Ordem e Progresso”, inscrito na bandeira nacional. A pesquisa redundou depois no livro Castilhismo, uma filosofia da República, de Vélez Rodríguez. A obra bebe no pensamento de Paim. Para o filósofo, “o positivismo era um troço primitivo”, a República foi instalada no Brasil por meio de “um golpe de Estado” articulado por uma minoria e a derrubada da monarquia em 1889 foi “um retrocesso brutal que abortou a construção no país de instituições representativas democráticas” no modelo liberal inglês — para Paim, o ápice da civilização política.

Paim e Vélez Rodríguez também comungam a mesma ojeriza às ideias socialistas e ao que eles chamam de doutrinação marxista nas universidades brasileiras. Para o filósofo baiano, o “Brasil é o único país do mundo, além da França, onde o comunismo parece que não acabou”. Ele diz ainda que “um marxismo vagabundo” prolifera nos campi nacionais. “A USP é hostil ao pensamento brasileiro. A **Capes(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão do Ministério da Educação responsável pela supervisão dos cursos de pós-graduação) está na mão dos comunistas, dos marxistas. O MEC só dá passagem e bolsa para quem está na chave gramsciana. Se você não estudar Gramsci, você perde o emprego. É exatamente isso”, afirmou Paim, que considera Gramsci um “totalitário” (para conhecer outro ponto de vista, leia o artigo de Marco Aurélio Nogueira na página 46). Ele manifesta a esperança de que o novo ministro “vai liquidar isso”. “Não tem cabimento dar ao Estado o poder de dar pontuação às instituições culturais”, afirmou Paim, referindo-se ao método usado pela **Capes** para avaliar a pós-graduação.

Mestre e discípulo têm uma velha pinimba com a **Capes**. Em 2009, Vélez Rodríguez publicou um artigo na imprensa em que acusou os “burocratas da **Capes** no setor de filosofia” de agir de forma persecutória, entre 1979 e 1999, para extinguir os cursos de graduação e pós-graduação em filosofia brasileira, um nicho de atuação de filósofos conservadores, considerados minoritários na academia brasileira.

Segundo Vélez Rodríguez, “uma guilhotina ideológica” ceifou esses cursos por eles serem considerados de direita. A ação teria sido comandada por antigos ativistas marxista-leninistas, seguidores do filósofo e padre jesuíta Henrique Claudio de Lima Vaz. Vaz era mentor, na década de 60, da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), uma corrente política de esquerda em que militaram, no passado, José Serra e Herbert de Souza, o Betinho, entre outros. Quase uma década depois de sua publicação, o artigo de Vélez Rodríguez continua a reverberar no mundinho acadêmico. Após sua nomeação para o Ministério da Educação, circulou um manifesto de

professores de filosofia, assinado inclusive por Marilena Chauí, que rebate “as insídias” contra o padre Vaz.

A rixa de Paim e Vélez Rodríguez com os seguidores do padre Vaz dura décadas. Paim diz que foi “boicotado” por antigos militantes da AP, quando eles assumiram o Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro no final da década de 70. Uma reforma foi feita na pós-graduação, e o curso de filosofia brasileira, de Paim, foi retirado do currículo. Quando textos do jurista e filósofo Miguel Reale — mestre de Paim e pai do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff — foram retirados de uma antologia distribuída aos alunos, Paim publicou uma “denúncia” em forma de artigo no Jornal do Brasil.

A polêmica gerou meses de controvérsia na imprensa nacional e depois virou o livro *Liberdade acadêmica e opção totalitária*. “Excluíram o Miguel Reale porque ele tinha sido integralista, o que é um absurdo. Eu tinha arrumado bolsas para os marxistas, em pleno governo militar, porque achava um absurdo a discriminação a eles, mas a convivência é difícil. Você não deve dar cargo de poder a eles, porque eles vão liquidar os outros. É da alma deles”, disse Paim.

Raul Landim, ex-diretor do Departamento de Filosofia da PUC, tem uma versão diferente. Disse que a exclusão do curso de filosofia brasileira estava relacionada a uma modernização do departamento para adequá-lo à realidade de outros cursos de filosofia no mundo. Da mesma forma, a antologia de textos distribuída aos alunos passou a incluir apenas filósofos considerados clássicos.

“Fui da AP, mas não sou marxista, como também não era o padre Vaz. Estávamos preocupados em melhorar a competência dos alunos, mas o Paim transformou tudo em questão ideológica”, disse a ÉPOCA Landim, hoje professor aposentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na última terça-feira 8. A querela não terminou bem para ele. Seis meses depois, Landim e outros professores perderam seu emprego na PUC. Ele acha que a polêmica teve um efeito indireto em sua saída.

Apesar desse passado, Paim avalia que Vélez Rodríguez deve agir com prudência em sua faxina ideológica no Ministério da Educação. “Não pode generalizar. O Ministério da Educação tem muito funcionário decente. Não pode achar que tudo é marxista, tudo não presta, como os procuradores fizeram com a classe política. Não é bem assim”, afirmou. Perguntado sobre o *Escola sem Partido*, Paim disse que os professores devem adotar a mesma postura que ele tinha na sala de aula.

“Em meu tempo de professor, eu dava um curso sobre Kant (Immanuel Kant, filósofo alemão do final do século XVIII, considerado um dos pilares da filosofia moderna). Eu transmitia a eles como ler *A crítica da razão pura*, mas não fazia doutrinação. Se eu fizesse isso, dizia a eles que podiam me criticar e me botar para fora”, afirmou. Paim disse que o curso de filosofia serve para ter conhecimento de todos os principais pensadores, inclusive Marx. Mas ressalva que Marx deve ser lido à luz da “complexidade do idealismo alemão”. Fora desse contexto, alertou, “marxismo vira bestialógico”.

Antes de virar um conservador e um anticomunista ferrenho, como ele próprio admite, Paim fez um caminho sinuoso. Foi ele próprio um comunista de carteirinha. Na

juventude dos seus 20 e poucos anos, estudante no Rio de Janeiro, entrou no Partido Comunista do Brasil, o Partidão, entusiasmado com a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Achava que os soviéticos encarnavam a liberdade, que não existia na ditadura de Getúlio Vargas. Virou secretário de redação da Tribuna

Popular, o jornal do partido, em que militava, entre outros, o poeta Carlos Drummond de Andrade. Durante o governo de Gaspar Dutra (1946-1951), num enfrentamento de jornalistas e gráficos que resistiram a bala a uma ação da polícia para fechar o jornal, levou um tiro que o deixou com um buraco na cabeça e foi condenado a sete anos de prisão. Foi enviado para uma casa de detenção, onde, segundo Paim, o diretor queria matá-lo. Paim contou que numa ocasião em que o diretor tentou pegá-lo com as mãos pelas grades da cadeia, reagiu e quase quebrou o braço do agente. Como punição, foi mandado para um cubículo numa solitária, onde ficou em condições degradantes. “O anticomunismo brasileiro era de um primarismo brutal. Uma pessoa com um mínimo de caráter ou enfrenta aquele negócio, ou se avacalha. Aí, eu virei comuna mesmo”, afirmou.

Depois de uma inspeção feita por uma Comissão da Câmara dos Deputados, Paim foi reconhecido como preso político e enviado para uma penitenciária onde, em condições melhores, cumpriu pena de dois anos e dois meses de prisão. Solto, virou dirigente do Partido Comunista. Em 1953, foi enviado para a União Soviética para estudar teoria leninista, na Universidade Lomonosov, em Moscou. Aprendeu a ler O capital, de Marx, em russo para traduzi-lo para o português. Paim disse que transformou-se em um “bolchevique sem alma, sem amigo, sem família, sem p... nenhuma, integrante de uma casta devotada à causa”.

Na Universidade Lomonosov, Paim, porém, apaixonou-se pela russa Margarita Anatolia Rodanov — que fazia a tradução simultânea para os brasileiros. Seus colegas comunistas não gostaram daquele namoro, porque achavam que atrapalhava as relações do Partido Comunista brasileiro com o soviético. Terminado o curso, Paim voltou para o Brasil, mas ficou poucos meses aqui antes de resolver voltar para a União Soviética para casar com Margarita.

“O amor foi um processo de humanização para mim”, declarou numa ocasião Paim, que disse ter sido salvo do comunismo pela paixão. Ele foi gradualmente afrouxando os laços com o partido. A ruptura final veio com a divulgação dos crimes de Stálin com o relatório Krushev, de 1956, quando Paim ainda morava na União Soviética. “Fui eu que lutei para distribuir o relatório para o Partido Comunista brasileiro. Não dava para ficar no partido depois daquilo. Da minha geração, ninguém ficou”, contou Paim. O processo de desencanto daquela geração com o stalinismo é contado no livro O retrato, de outro ex-comunista baiano, Osvaldo Peralva, que foi jornalista da Folha de S. Paulo. A reedição de 2015 de O retrato tem prefácio assinado por Paim. “A leitura de O retrato pode contribuir para que pessoas de bom senso revejam esse tipo de opção”, escreveu o filósofo na apresentação.

Depois de conseguir a autorização do regime soviético para que Margarita saísse da Rússia, Paim voltou para o Brasil com a mulher. Instalaram-se em Copacabana, no Rio de Janeiro, tiveram uma filha. Mas o casamento com Margarita, que traduziu Machado de Assis e fez um dicionário russo-português, Para Paim, o programa do PSL, o partido de Bolsonaro, é muito bom, e o presidente tem uma proposta liberal que pode liquidar o

PT, um porta-voz do que ele chama de “marxismo vagabundo” durou pouco. Por volta de 1962, quando o Brasil já vivia o acirramento dos ânimos anticomunistas que culminaria no golpe militar contra o governo João Goulart em 1964, a russa resolveu voltar, com a filha, para a União Soviética, onde a mãe era uma dignitária do regime. Paim confessou ter ficado “desarvorado”. “Eu era muito agarrado a minha filha. Era um potocozinho”, disse Paim, que nunca mais a viu. Não é o único momento que usa da suavidade baiana para se referir a suas ligações com antigos camaradas e a Rússia soviética. “O povo russo é uma gente muito simpática, bonita, alegre. Sinto saudades deles, do período em vivi lá”, contou. Recentemente, disse ter descoberto a existência de duas netas na Rússia. Uma delas, volta e meia, lhe escreve e-mails em português — e torna a desaparecer.

O processo de saída do marxismo, disse Paim, foi igualmente penoso. “Uma coisa é sair do Partido Comunista, outra é sair do marxismo”, explicou. Ele fez a opção deliberada de “passar anos estudando para aprender” e conseguir o rompimento com a antiga ideologia. “O Fernando Henrique não fez isso e continuou se arrastando”, disse. Passou a estudar Kant com um engenheiro alemão, especialista na obra do filósofo. Com ele, disse Paim, fez “terapia kantiana” para se libertar do marxismo. A transição para o liberalismo conservador, brincou, foi igualmente “gradual, lenta e segura”. Por um tempo, flertou com a social-democracia. Contou que só virou liberal mesmo em meados da década de 70, depois de ter estudado como o liberalismo inglês se reformou, ao longo do século XIX, para tornar suas instituições políticas mais representativas.

Paim se disse animado com a perspectiva de dar maior consistência programática às várias propostas liberais que ganharam força nos últimos anos no Brasil. Disse ter o lido o programa do PSL, o partido de Bolsonaro, e o achou “muito bom”. Considera que o novo presidente “tem uma proposta liberal, sem dúvidas”, e que ele pode liquidar o PT, outro porta-voz do que ele chama de “marxismo vagabundo”. Mas mantém um certo ceticismo em relação aos resultados que podem ser alcançados pelo novo governo. “O Brasil elegeu um governo militar-liberal. Tem mais milico lá do que no tempo do Castello Branco. É um arranjo complicado. Você não pode dizer isso a priori, mas pode não dar certo. Depende muito da relação com o Congresso”, disse.

Em relação ao Brasil, Paim disse ter menos ilusões ainda. “Se não houver um cataclismo que mude sua base social, o Brasil jamais será um país desenvolvido”, afirmou. Adepto de uma filosofia que faz uma leitura culturalista das sociedades, ele acha que o obstáculo está relacionado a valores morais desenvolvidos nos tempos do período colonial, quando a Inquisição impediu que o país acompanhasse a Revolução Industrial. “No Nordeste, havia um dito: ‘Não herdou, não roubou, emerdou’. Isso mostra que o ódio ao lucro e à riqueza é um troço arraigado, profundo, no Brasil. A moral social é muito ruim. O grande obstáculo que impede a sociedade liberal no Brasil é a Igreja Católica. A Igreja Católica é hoje uma espécie de Partido Comunista”, disse Paim. Segundo ele, o máximo que o Brasil poderá aspirar em termos de participação da riqueza mundial será como país agroexportador, graças ao sucesso do agronegócio. “E PT Saudações”, completa ele, peremptório.

topo ↕

VEJA - SP - RADAR

Quem é você

A equipe do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, trabalha desde a transição para identificar as inclinações ideológicas de reitores das universidades federais. O grupo quer mapear os antibolsonaristas e os eventuais apoiadores do governo.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Ministro exonera 10 por edital alterado

CONGRESSO EM FOCO - Dois dias após o recuo no edital que abria possibilidade de compra de livros com erros de revisão, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, exonou, nesta sexta-feira (11), o chefe de gabinete do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros nove servidores ligados ao gabinete. Rogério Fernando Lot, o agora ex-chefe do FNDE, foi o responsável por assinar a retificação no edital do Ministério da Educação (MEC) publicado no dia 2 de janeiro. O novo edital foi publicado com trechos suprimidos de outra versão publicada anteriormente. Os trechos retirados exigiam livros sem erros de revisão ou impressão, compromisso com ações de não violência contra a mulher e com a promoção das culturas quilombolas e de povos do campo. As exonerações de Rogério Fernando Lot - que era presidente substituto do FNDE - e outros nove funcionários comissionados do FNDE foram publicadas no diário Oficial da União (DOU) de ontem. Na última quinta (10), o MEC abriu uma sindicância para investigar as alterações no edital. Durante a semana, após as alterações no edital serem reveladas pela imprensa, o ministro Vélez Rodriguez e o presidente Jair Bolsonaro (PSL) culparam a gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB) pelas alterações. O ex-ministro Rossieli Soares, entretanto, rebateu as acusações, afirmando que todas as alterações publicadas após o dia 1º de janeiro são de responsabilidade do novo governo. Desde o início de dezembro, as equipes de Temer e de Bolsonaro trabalhavam juntas na transição de governo.

topo ↕

CORREIO DO ESTADO - MS - GERAL

Inscrições para o ProUni abrem dia 29

As inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas, serão abertas no próximo dia 29 de janeiro e vão se estender até as 23h59 do dia 1º de fevereiro.

O processo seletivo é para o primeiro semestre de 2019 e tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Ter realizado a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter diploma de ensino superior são outros requisitos para participar do programa. As inscrições devem ser feitas pelo site do programa do Ministério da Educação (MEC).

Para ter bolsa integral do ProUni, o candidato deve ter renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. As parciais (50%) são voltadas para quem tem renda familiar per capita de até três salários mínimos.

O programa foi criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ocorre uma vez por semestre e, de acordo com o MEC, foram ofertadas 242.987 bolsas, no primeiro semestre, e 174.289, no segundo semestre, no ano passado.

O MEC informa que, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de

2018, mais de 2,4 milhões de estudantes já foram atendidos pelo programa, dos quais 69% foram com bolsas integrais. O número de bolsas disponíveis para o primeiro semestre deste ano ainda será divulgado.

Ao se inscrever no ProUni, o estudante deve informar o número de inscrição na edição de 2018 do Enem e a senha cadastrada no exame, e-mail e telefone atualizados, além de seus dados cadastrais e referentes ao seu grupo familiar. Também deve indicar, em ordem de preferência, opções de instituição, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa.

Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 4 e 18 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade o tenha, entre os dias 4 e 12 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 18 a 25 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 4 e 15 de fevereiro, para a primeira chamada, e 18 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

Espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 11 e 12 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

Notas

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

[topo](#)

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

A verdade em fluxo

O general Aléssio Ribeiro Souto, coordenador do plano de educação na campanha de Bolsonaro, exige dos professores a exposição da “verdade” sobre o “regime de 1964”. A confusão sobre a alteração do edital de aquisição de livros didáticos pelo MEC segue envolta em mistério. A versão modificada, depois anulada, tornava desnecessárias as referências bibliográficas. Manuais escolares sem suporte em bibliografia seriam veículos ideais para a demanda de revisionismo histórico. Por essa via, seria mais fácil presentear o cliente (no caso, o governo) com a “verdade” que ele deseja.

Nunca, em toda a trajetória da imprensa, um jornal publicou tantas mentiras quanto o Pravda, órgão do Partido Comunista da URSS. A palavra russa significa “verdade” – e não uma mera verdade factual, mas a verdade dos justos e retos. O totalitarismo estabiliza a verdade do poder como narrativa única, intocável. Nas sociedades abertas, porém, a verdade histórica está sujeita à disputa política e nem sempre se obtém um

consenso básico sobre eventos traumáticos do passado.

A França carece de museus relevantes sobre o regime de Vichy, que colaborou com os nazistas, pois parcela significativa de suas elites aderiu ao colaboracionismo. A Espanha não conseguiu acertar as contas com a Guerra Civil porque, na transição à democracia, conservadores e comunistas uniram-se num pacto tácito de esquecimento. Os primeiros tentavam apagar suas origens franquistas, enquanto os segundos queriam ocultar seus próprios crimes contra anarquistas e trotskistas. Na Hungria, meses atrás, o governo nacional-populista de Viktor Orbán removeu dos arredores do Parlamento a estátua de Imre Nagy, o líder comunista que se insurgiu contra a URSS na revolução democrática de 1956 e foi executado em 1958.

O gesto serve para eliminar os lugares da memória ligados à era comunista, restaurando cenários de uma Budapeste anterior à Segunda Guerra Mundial, e também como agrado a Vladimir Putin, aliado de Orbán, que almeja sanitizar a história da “Grande Rússia”. Há, por outro lado, sociedades que aprenderam a lidar com os fantasmas do passado. A Alemanha expõe sem disfarces o horror do nazismo no museu público Topographie des Terrors. No Chile e na Argentina, a investigação judicial dos crimes contra a humanidade cometidos pelas ditaduras implantadas na década de 1970 gerou uma narrativa histórica quase universalmente compartilhada. O Brasil não teve a mesma sorte: o pacto da transição, organizado em torno da Lei de Anistia (1979), turva até hoje a imagem da ditadura militar.

Na barganha da Lei de Anistia, impediu-se o escrutínio judicial dos crimes da ditadura. Na outra ponta, concedeu-se à esquerda o privilégio de elevar os líderes da luta armada ao estatuto officioso de heróis nacionais. A impunidade foi paga com a moeda da mentira estatal. Assim, os chefes militares e os torturadores não foram alcançados pelo braço da lei e, em troca, a Comissão de Anistia prestou homenagens a figuras como Marighella e Lamarca. A demanda bolsonarista de reabilitação escolar da ditadura é um fruto tardio do intercâmbio fraudulento que propiciou a transição.

O general Aléssio quer que os professores instaurem uma novilíngua orwelliana. No lugar da ditadura que cassou as liberdades públicas e os direitos políticos, surgiria uma “guerra” entre “dois lados”: militares patriotas e terroristas comunistas. E, no lugar de assassinatos sob tortura, emergiriam centenas de “mortes em confronto”. O revisionismo bolsonarista pretende ir muito além do constrangido esquecimento francês ou espanhol. Sua meta é celebrar a ditadura, tal como a Comissão de Anistia celebrou os ícones da luta armada. No projeto bolsonarista, as reformas econômicas não passam de detalhes. O governo almeja reescrever a história do Brasil para reformar as mentes.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Exoneração após novo edital

Responsável por mudanças em livros didáticos, como inclusão de publicidade e exclusão de bibliografia, é demitido pelo MEC, que nega, entretanto, que o motivo seja esse

GOVERNO

RIO - O ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou ontem o chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, que foi responsável por autorizar as polêmicas

alterações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Mas, segundo o ministério, a saída de Lot não tem ligação com o caso. Lot, então presidente interino do FNDE, assinou o aviso de alteração de edital publicado no Diário Oficial da União de 2 de janeiro, que retirava a proibição de publicidade nas obras didáticas. No texto novo, o órgão excluiu também o trecho que exigia que as obras estivessem “isentas de erros” e tinham que “incluir revisões bibliográficas”. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não foram mais incluídos no edital.

Depois da polêmica, o Ministério da Educação suspendeu as mudanças e as atribuiu à “gestão anterior”, o que foi negado pelo último ministro da educação do governo Temer, Rossieli Soares Silva. Vélez Rodríguez mandou abrir sindicância para apurar a responsabilidade no caso. A exoneração de Lot e de outras nove pessoas que ocupavam cargos comissionados no FNDE foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Em nota oficial, o Ministério da Educação afirmou que as exonerações foram parte da “reorganização administrativa” da nova gestão “e não têm relação com o erro na publicação da retificação do PNLD 2020”. O ministério afirma ainda que os resultados da sindicância interna aberta para apurar o caso serão divulgados em breve.

IRONIA PELO TWITTER

O presidente Jair Bolsonaro voltou ao Twitter ontem para ironizar a cobertura da imprensa em relação à nomeação de Victor Nagem para a Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras. “Peço desculpas à grande parte da imprensa por não estar indicando inimigos para postos em meu governo!”, escreveu o presidente, que anunciou Nagem para o cargo na quinta-feira. Em 2016, Bolsonaro gravou vídeo em que pede votos para Nagem, então candidato a vereador em Curitiba, e o classificou como “amigo particular”: “É um homem, um cidadão que conheço há quase 30 anos. Um homem de respeito, que vai estar à disposição de vocês na Câmara lutando pelos valores familiares. E quem sabe no futuro tendo mais uma opção para nos acompanhar até Brasília”, afirmou o atual presidente na ocasião.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Municípios avaliam impactos de piso salarial para 2019

O Ministério da Educação (MEC) anunciou piso salarial do magistério de R\$ 2.557,74 para este ano. De acordo com a pasta, o reajuste de 4,17% já está valendo desde 1º de janeiro e tem o valor correspondente ao vencimento inicial dos professores do magistério público, da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal e jornada de 40 horas semanais.

Com o aumento no piso, que estava em R\$ 2.455,35, os municípios roraimenses estão realizando estudos para saber o impacto nas folhas de pagamento. Em algumas localidades, os recursos destinados para manutenção da educação básica não estão sendo suficientes para cobrir as necessidades.

A informação foi dada pelo secretário-executivo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Kennedy Leite, ao afirmar que o reajuste de 4,17% pode gerar impacto considerável aos municípios, principalmente porque os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tiveram queda no ano passado.

“Todos os municípios sofreram uma queda com grande diferença de recursos que

impactou no atraso de algumas folhas de pagamento. Outros estão usando praticamente 100% do Fundeb para isso porque havia uma previsão de repasse, mas não foi no seu total”, revelou. O secretário justificou que por causa do aumento superior ao que foi estimado, alguns municípios do Estado podem ter dificuldades em honrar os salários dos professores.

De acordo com ele, os prefeitos estão buscando recursos de outra forma para completar a folha de pagamento e também fazer outros investimentos na educação, como reformas e materiais. “Não sobram recursos para a manutenção da educação como um todo. Sem considerar que os recursos próprios dos municípios já são gastos, a maioria deles, em outras atividades, como transporte escolar”, prosseguiu.

Em janeiro e fevereiro, os repasses para os municípios são considerados mais positivos, conforme justificou o secretário da Undime, devido ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que tem aumento com as vendas de fim de ano. A partir de março, esses valores caem em média de 40% a 50% e dificultam mais o compromisso de pagar aos servidores.

“Pela primeira vez na história de Roraima, os valores do Fundeb não foram repassados no seu total. No Estado, não há a complementação da União para os municípios porque o valor por aluno é considerado alto, mas se considerar o preço do combustível e de tudo que é muito mais caro, esses recursos acabam não dando para suprir as necessidades da educação nas redes municipais”, destacou.

REDUÇÃO – Por se tratar de uma lei federal, os gestores municipais são obrigados a fazer adaptações para conseguirem manter as folhas de pagamento. De acordo com o presidente da Associação dos Municípios de Roraima, prefeito de Alto Alegre, Pedro Henrique Machado, os prefeitos estão planejando reduzir custos.

“Temos que tomar algumas medidas, como contratar o mínimo de servidores. Temos que fazer um seletivo mais enxuto possível porque tem de otimizar recursos e tê-los para investir em serviços para as escolas. Além disso, usar o máximo do efetivo que temos porque muitos municípios têm professores efetivos”, garantiu.

Machado disse ainda que a previsão de entrega sobre os resultados dos impactos causados nos custos municipais pode variar conforme cada gestão, mas destaca que o prazo deve ser o mais breve possível. (A.P.L)

topo 

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Servidor do MEC fala em erro operacional e assume mudança em edital

Um servidor do Ministério da Educação (MEC) assinou nesta quinta-feira (10), documento em que afirma que as alterações no edital dos livros didáticos de 2020 ocorreram por "erro operacional" da área que coordenada dentro da pasta. Estêvão Perpétuo Martins é coordenador de Habilitação e Registro do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Martins e outros funcionários foram chamados para esclarecer o problema à cúpula do MEC na quinta-feira, um dia após a imprensa noticiar que uma nova versão do edital não exigia obras com referências bibliográficas e deixava de impedir publicidade e erros de revisão e impressão.

O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso ao documento assinado por Martins, em que ele explica que, no dia 26 de dezembro, a Secretaria de Educação Básica do MEC solicitou ao FNDE que fizesse ajustes técnicos ao material digital audiovisual. As mudanças não alterariam itens relativos a diversidade, gênero, publicidade ou temas afeitos, o que ocorreu. Segundo o documento, "erro operacional de versionamento" da versão modificada do edital.

Martins alega que as mudanças solicitadas foram feitas em cima de uma versão antiga do edital, datada de agosto e modificada em outubro. O texto anterior era menos exigente em relação às questões de qualidade do material didático e com menos referências aos quilombolas e à defesa da mulher.

As alterações em editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são de responsabilidade da Coordenação de Habilitação e Registros (Coher) do FNDE, à qual compete elaborar editais de convocação para avaliação e seleção de obras, bem como termos de referência para aquisição de livros. Apesar de afirmar ter identificado o erro, o documento argumenta que "não haveria a possibilidade de aprovação de obras que contemplassem violência contra a mulher ou discriminação étnico-racial".

No documento, o coordenador também declara que o erro não teria impacto, uma vez que o prazo para inscrição das obras teria sido encerrado em 30 de novembro. No entanto, os livros ainda estavam em período de avaliação - o que significa que as mudanças no edital poderiam beneficiar editoras que não cumprissem todos os itens, como obras que estivessem sem referência bibliográfica, por exemplo.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Uespi abrirá vagas para 5 graduações

O ano iniciou e o Núcleo de Educação à Distância (NEAD) da Uespi continua suas atividades e realizará em 2019 atividades, tais como: ofertas de vagas para novos alunos e colaboradores, atualização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), eventos, dentre outros assuntos voltados para EaD. Destes assuntos mencionados, o início se dará pela oferta de vagas para cursos de graduação. Serão abertas vagas para cinco cursos de licenciatura, sendo eles: Letras Português, Inglês, Espanhol, História e Matemática. Todos estes fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que atua em 35 municípios piauienses. Até então, o NEAD sempre utilizou o método de ingresso de alunos para cursos de graduação através de vestibular, sendo assim, o lançamento do edital está previsto para o primeiro semestre, com ingresso no segundo. Mas a direção do Núcleo aguarda definições para, quem sabe, poder fazer esta oferta com ingresso ainda em 2019.1 para que os candidatos possam iniciar as aulas o quanto antes. "Estamos buscando um mecanismo para antecipar o ingresso dos novos alunos. Os meios são burocráticos, podendo não ser viável momentaneamente, mas estamos nos esforçando para conseguir, o que, até então, seria garantido somente para o segundo semestre", explica o diretor-geral do NEAD, Franklin Oliveira. A previsão é que a oferta dos cursos do NEAD via UAB chegue a quatro novos polos, totalizando, ao fim da seleção, 39 municípios assistidos. As novas cidades contempladas são Alegrete do Piauí, Pedro II, Altos e Redenção do Gurgueia.

topo ↕

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

FCC lança curso de Direito e dupla certificação em Educação Física

QUALIDADE A Faculdade Conhecimento e Ciência amplia sua oferta de cursos e inova sua matriz curricular possibilitando dupla diplomação

Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) começa 2019 com muitas novidades. Além dos cursos de Educação Física (bacharelado) e Gestão Desportiva e de Lazer, a instituição passa, neste ano, a ofertar graduação em Direito. O novo curso é reflexo do crescimento da instituição, que tem como compromisso contribuir com a formação acadêmica e profissional da região. De acordo com o diretor geral da FCC, professor Fabrício Nascimento, o curso foi desenvolvido com foco na carreira jurídica, sem deixar de lado a formação do futuro advogado, com conteúdos atuais e também voltados para o desenvolvimento da Região Amazônica, entre eles, direito digital, ambiental, agrário, internacional, indígena, entre outros da formação básica. O empreendedorismo também faz parte da grade curricular do curso para que o aluno possa gerenciar a sua carreira, além de escritórios jurídicos. “É uma grade curricular atualizada, com disciplinas voltadas para a formação do profissional na prática com o aperfeiçoamento da comunicação oral e gestão de carreira”, pontua o diretor geral. “A filosofia da FCC é fazer com que as pessoas cresçam, mostrar que todo mundo é capaz de evoluir. Ficamos muito contentes em poder oferecer mais esse curso, que foi muito bem planejado e, inclusive, recebeu nota 4 na avaliação do MEC (Ministério da Educação)”, destaca professor Fabrício.

VESTIBULAR 2019

Com o melhor custo-benefício do mercado, a FCC está com inscrições abertas para o seu processo seletivo. O Vestibular 2019 da instituição é agendado, com provas presenciais, que estão sendo realizadas diariamente, até o dia 31 deste mês. As aulas começam em 4 de fevereiro. Além do processo seletivo, é possível utilizar a nota do Enem, a partir de 412 pontos, para ingressar na faculdade. Alunos que desejam fazer a segunda graduação também não precisam passar pelo processo seletivo. A diretora administrativa financeira da faculdade, Rosa Figueiredo, afirma, ainda, a possibilidade do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). “Além de todas essas possibilidades, a FCC possui preços diferenciados para alunos que estudaram na rede pública”, informa.

CURSOS

A FCC oferta os cursos de Educação Física e Gestão Desportiva e de Lazer, este último, o único na Região Norte. Entre os diferenciais estão as grades curriculares otimizadas, que permitem que o estudante de bacharelado em Educação Física tenha a possibilidade, durante o curso, de se graduar também em Gestão Desportiva e de Lazer, agregando dois diplomas na formação ao final do curso. Outro ponto de destaque é que todos os cursos da faculdade são 100% presenciais, ministrados por profissionais altamente qualificados e titulação de mestrado e doutorado. Aulas práticas desde a primeira semana de aula também fazem parte da metodologia diferenciada aplicada pela FCC, que conta uma unidade prática, totalmente equipada. A iniciação científica e pesquisas são um dos pilares da instituição, que possui a sua própria revista científica Health Research Journal, possibilitando a publicação de artigos dos alunos. Além de um grande acervo físico, a FCC também possui uma biblioteca on line, com cerca de 10 mil títulos a disposição dos alunos 24 horas por dia a partir de qualquer dispositivo móvel ou computador.

PÓS-GRADUAÇÕES

A FCC também dispõe de diversos cursos de pós-graduação nas áreas de Gestão, Saúde, Educação, além do Direito. As aulas ocorrem um final de semana por mês, o que

CLIPPING



permite conciliar o estudo com o trabalho. A instituição se destaca pelo convênio internacional com a Faculdade Lusófona, de Portugal, para mestrado e doutorado. Alguns cursos de pós-graduação da FCC creditam até 50% para o mestrado na instituição parceira.

AFCC possui o melhor custo-benefício do mercado e o vestibular pode ser agendado
Fabrício Nascimento,

diretor-geral da FCC, e Rosa Figueiredo, diretora administrativo financeira da faculdade, destacam a excelência do ensino da instituição. Com salas amplas e estrutura completa, a FCC também possui laboratórios modernos na área de saúde, de informática, academia, quadra esportiva, Tribunal do Júri, além de biblioteca com vasto acervo.

VALORES PROCESSO SELETIVO 2019.1

Direito

R\$850,50*

Educação Física

R\$654,44*

Educação Física

R\$545,37*

(Transferência)

Gestão Desportiva e de Lazer

R\$302,74*

Educação Física + Gestão Desportiva e de Lazer

R\$838,44

VALORES PROCESSO SELETIVO 2019.1 (Escola Pública)

Direito

R\$668,25*

Educação Física

R\$436,30*

Gestão Desportiva e de Lazer

R\$264,89*

Educação Física+ Gestão Desportiva e de Lazer

R\$670,75*

*Valores para pagamento até o dia 5 de cada mês.

Travessa Padre Eutíquio, nº 17 30 Batista Campos -Belém(PA) Telefones :(9 1) 30 89-1000/ 98346-5610 Facebook: Faculdade FCC Instagram :@ faculdade fcc

www.faculdade.fcc.edu.br

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

**Caiado garante que irá quitar dívida com instituições de ensino
BOLSA UNIVERSITÁRIA Reunião entre governador e sindicato de faculdades
está marcada para a manhã da próxima segunda-feira, quando acordo deve ser
fechado**

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), garantiu ontem, em entrevista coletiva, que o débito de R\$ 76 milhões do Programa Bolsa Universitária (PBU) por parte do Estado para as universidades e faculdades de Goiás será quitado e que o programa terá continuidade. Em negociação com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (Semesg), a expectativa do novo governo é que uma reunião entre os representantes das instituições de ensino, que está prevista para acontecer na segunda-feira (14), garanta um acordo para retomada das matrículas já na próxima semana.

O presidente da Semesg, Jorge de Jesus Bernardo, confirmou que a reunião está marcada para a manhã do dia 14 e, com o encontro, a expectativa é que as matrículas sejam reabertas no mesmo dia. "Eu acredito que esse seja um acordo do interesse de todos, tanto do Semesg, quanto das universidades e dos alunos. Todos saem ganhando", afirmou. Segundo ele, Caiado fez o compromisso com o sindicato de "quitar a dívida de 2018 o mais rápido possível", com pagamentos até o dia 10 de cada mês. "Eu espero que em segunda-feira a gente já retome as matrículas", disse.

Em entrevista, o democrata afirmou que o governo anterior usou o PBU para "fins eleitorais" e "não cumpriu aquilo que era de responsabilidade do Estado, que é educar os jovens". Durante a declaração, Caiado mostrou os documentos que comprovam o débito de R\$ 76,3 milhões com as universidades e faculdades de Goiás. O valor corresponde aos repasses de 2018. De acordo com Jorge, há uma quantia pendente referente ao ano de 2017 também, contudo, o sindicato está interessado, primeiramente, no acerto do débito do ano passado.

"Isso aí é a comprovação de como o Estado era governado", disse Caiado, afirmando que "agora é outro Estado, um Estado que tem governador". "O professor Jorge tem da minha parte o compromisso que ele terá o pagamento devido do mês de janeiro e nós vamos buscar sim o parcelamento dessa dívida", declarou o governador. "Não posso dizer agora de que maneira vou pagá-la, mas assumirei 100% desses quase R\$ 76 milhões".

AUDITORIA

Caiado explicou que os repasses mensais girarão em torno de R\$ 10 a 11 milhões. "Esse é mais ou menos o valor por mês". Também foi adiantado que, desde de a posse do novo governo, todos os contratos e todas as secretarias estão sendo submetidas a um sistema de auditoria. "O Estado de Goiás não terá jamais a marca de um Estado caloteiro e nem irresponsável.

A nossa marca será exatamente fornecer tratamento digno ao cidadão e também pagar a todos aqueles que prestaram serviço ao aoverno e à população goiana", finalizou. Tanto o governador quanto o presidente do Semesg afirmam que os estudantes podem ficar tranquilos à respeito da continuidade do PBU.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Funcionário assume "erro operacional" em edital

O coordenador de Habilitação e Registro do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) assinou na quinta-feira, 10, documento no qual diz que as alterações no edital dos livros didáticos de 2020 ocorreram por um "erro operacional" de sua área. Estevão Perpetuo Martins e outros funcionários foram chamados para esclarecer ao Ministério da Educação (MEC), um dia após a imprensa noticiar a nova versão do edital, que deixava de exigir das editoras obras com referências bibliográficas, entre outras modificações.

No documento, ao qual a reportagem teve acesso, Martins afirma que em 26 de dezembro a Secretaria de Educação Básica do MEC solicitou ao FNDE, órgão da pasta, ajustes técnicos em itens referentes ao material digital audiovisual. As mudanças, segundo ele, não alterariam itens relativos a diversidade, gênero, publicidade ou temas afetivos. Segundo o documento, houve um "erro operacional de versionamento".

A aparente identificação do equívoco ocorreu um dia após o MEC chamar Martins para uma conversa informal, já que a sindicância anunciada pela pasta ainda não foi publicada no Diário Oficial da União. O documento assinado pelo coordenador diz que a equipe técnica do MEC e o FNDE encontraram o erro e, a pedido do ministro Ricardo Vélez Rodriguez, iniciaram atos de anulação da última versão do edital. "Passando a vigor o texto anterior, sem prejuízos ao erário, à política pública ou aos estudantes e professores beneficiários do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)", afirma o texto.

Ele diz que as mudanças solicitadas foram realizadas em uma versão antiga do edital, feita em agosto e alterada em outubro. O texto anterior era menos exigente com relação às questões de qualidade do material didático, entre outros pontos. (Agência Estado)

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Servidores protestam em frente à secretaria EDUCAÇÃO

Aproximadamente 50 servidores da rede estadual de educação protestaram, na manhã de ontem, na porta da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc). A categoria reclama do atraso no pagamento da folha de dezembro e questiona o destino do dinheiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em nota, a pasta informou que no horário do protesto a secretária de Educação de

Goiás, Fátima Gavioli, estava em reunião com as áreas de Planejamento e Finanças do governo estadual e que os manifestantes foram recebidos pela chefe de gabinete, Helena Bezerra.

À TV Anhanguera, a secretária de Educação disse ontem que uma auditoria está sendo realizada para verificar o motivo do pagamento não ter sido empenhado no mês anterior.

O grupo de servidores também criticou o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que pediu nesta quinta-feira (10), numa medida emergencial, para que os prefeitos intercedam junto aos donos de supermercados e farmácias das cidades para que os servidores públicos do Estado possam realizar compras e pagar assim que o pagamento de dezembro for realizado. O governador, no entanto, ainda não deu uma data para que isso ocorra.

topo ↕

O POVO - CE - FAROL

MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou ontem o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia. As exonerações ocorreram um dia após o MEC iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi quem assinou a retificação no edital publicado no Diário Oficial do dia 2 de janeiro. Entre os exonerados estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico. Funcionários do FNDE estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo MEC ainda não foi formalmente aberta.

Segundo a edição do edital ? posteriormente anulado pelo governo ? não seria mais necessário que os materiais didáticos tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão.

topo ↕

GMC ONLINE - TEMPO REAL

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UEM É O 3º MELHOR DO BRASIL

O site da Revista Exame, vinculada à Editora Abril, destacou o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como o terceiro melhor do Brasil. A análise levou em consideração os indicadores de qualidade do MEC (Ministério da Educação).

Em primeiro e segundo lugares estão dois centros universitários privados com fins lucrativos, respectivamente, de Santa Catarina (nota 4,6834) e Pernambuco (nota 4,4737), o que classifica a UEM como a primeira entre as universidades públicas (nota 4,1184).

O ranking divulgado pela Exame é resultado dos dados de qualidade divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), considerando as notas do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que avalia os cursos de graduação.

O Inep divulgou, em dezembro, o Índice Geral de Cursos (IGC) referente ao ano de 2017. A UEM obteve pontuação 3,58, o que a classifica na faixa 4, conceito que mantém desde 2007.

A avaliação considerou os cursos de bacharelado e licenciaturas em Ciências Exatas e dos cursos superiores de tecnologia em Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial. Entre eles, as graduações de Arquitetura e Urbanismo.

IGC

O IGC é resultante dos conceitos do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e do CPC (Conceito Preliminar de Cursos), além de outros fatores. O MEC compõe três grupos de cursos, que são avaliados anualmente. O mesmo grupo é avaliado a cada três anos. Nessa avaliação, o IGC é calculado por instituição e considera a média do CPC dos cursos avaliados da instituição, no triênio de referência, ponderada pelo número de matrículas, além da média dos conceitos da avaliação trienal da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, dos programas de pós-graduação stricto sensu.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

As melhores faculdades e universidades particulares do Brasil

FGV do RJ teve a melhor avaliação entre as instituições de ensino superior privadas com ou sem fins lucrativos, segundo indicador oficial do MEC

São Paulo – A FGV do Rio de Janeiro (Escola Brasileira de Economia e Finanças) é a instituição privada de ensino superior que teve a melhor avaliação do Ministério da Educação (MEC), segundo os últimos indicadores de qualidade oficiais divulgados. A FGV de São Paulo ficou em segundo lugar, entre as instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

Os resultados do ciclo avaliativo de 2017 foram em dezembro e a nota do IGC (Índice Geral de Cursos) varia de 1 a 5. Instituições com IGC 4 e 5 são consideradas excelentes e aquelas que não chegam a ter IGC faixa 3 não atingem os níveis satisfatórios exigidos pelo MEC.

O IGC é o principal indicador de qualidade calculado pelo MEC e divulgado anualmente.

Para chegar índice, o MEC leva em conta três aspectos: a nota da graduação, nota da pós-graduação e distribuição dos alunos.

A nota da graduação é a média do indicador de qualidade dos cursos de graduação da instituição, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) dos últimos três anos, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos considerados.

A nota da pós-graduação (quando oferecida a modalidade strictu sensu) é calculada a partir da média dos conceitos da avaliação **CAPES** dos programas de pós-graduação stricto sensu na última avaliação também trienal e ponderada pelo número de matrículas nos programas.

Também entra no cálculo do IGC, a distribuição de estudantes entre cursos de graduação, pós-graduação (quando há programas stricto sensu).

Os dados do CPC divulgados dia 18 de dezembro, pelo MEC, são da edição 217 e referem-se aos cursos Ciências Exatas. Licenciaturas e áreas afins, como Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Química, Pedagogia, Geografia, Sistema de Informação, entre outros.

Para entrar no cálculo, a instituição precisa ter pelo menos um curso com estudantes concluintes inscritos no Enade no triênio de referência. Também é necessário que tenha sido possível calcular o CPC do curso.

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e também os CPC dos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um período de três anos.

Dessa forma o IGC desta lista compreende a análise de todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade de 2015, 2016 e 2017.

Confira, as 320 melhores instituições particulares, ou seja, aquelas que conseguiram IGC faixa 4 e 5. No ranking abaixo estão só as instituições privadas com ou sem fins lucrativos:

<https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-particulares-do-brasil/>

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ex-alunos de Vélez e Olavo e ala ligada a militares dominam o novo MEC

A equipe que assumiu o MEC (Ministério da Educação) com o início do governo Jair Bolsonaro (PSL) revela o domínio de dois grupos na pasta: um ligado ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez e ao escritor Olavo de Carvalho, incluindo ex-alunos de ambos, e outro indicado por militares, com ligações com o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

"Os alunos do ministro e o pessoal da Aeronáutica estão mandando no MEC", diz um integrante da equipe que trabalhou na transição do governo Michel Temer (MDB) para a administração Bolsonaro, no fim de 2018.

Os grupos não estão necessariamente em oposição. O próprio ministro tem relações com militares. Ele é professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que forma oficiais de alta patente.

A ênfase ideológica no discurso do ministro, que fala em combater, por exemplo, o que ele chama de marxismo cultural, levou especialistas em educação e integrantes da equipe de transição a chamar os membros do grupo de Vélez de "inquisidores", em referência à inquisição espanhola, movimento da Igreja Católica de combate a hereges, que se valeu de processos, perseguições e torturas entre os séculos 15 e 19.

A influência de Olavo de Carvalho na pasta inclui o próprio ministro, indicado pelo escritor. Colombiano naturalizado brasileiro, Vélez fez sua carreira acadêmica na área de filosofia e atuou como professor em pelo menos 14 instituições de ensino. Ele

colocou ex-orientandos no comando de três das sete secretarias da pasta. Discípulos de Olavo ocupam outras posições, como a chefia de gabinete, a secretaria de Alfabetização e a direção de Avaliação da Educação Básica, órgão do Inep responsável pelo Enem.

Balão Mágico nas raízes de Londrina (PR)

Uma parte do grupo tem raízes em Londrina (PR), cidade onde o ministro trabalhava - ele foi professor da UEL (Universidade Estadual de Londrina) e da Faculdade Arthur Thomas, na mesma cidade. São ligados a Londrina o chefe de gabinete Tiago Tondinelli e o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim. Ambos se formaram na UEL.

Tondinelli é advogado, tem mestrado em letras, doutorado em filosofia e fez o curso online de filosofia de Olavo de Carvalho. Elogiado pelo escritor, Nadalim também se formou em direito, mas fez mestrado em educação e especialização em filosofia. Ele dá aulas de filosofia, música e violão, além de trabalhar em um método de alfabetização aplicado na escola de sua família em Londrina, a Mundo do Balão Mágico.

Outro seguidor de Olavo, mas sem relação com a cidade paranaense, é o diretor de Avaliação da Educação Básica, Murilo Resende Ferreira. Ele é doutor em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e professor na Escola Superior Associada de Goiânia.

Conexões de Juiz de Fora (MG)

A outra parte do grupo tem conexões com a UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), onde Vélez também trabalhou. O secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Alexandro Ferreira de Souza, foi orientado pelo ministro durante a graduação em filosofia. Depois, fez mestrado e doutorado em Ciência da Religião na mesma universidade.

O secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antônio Barroso Faria, fez a mesma trajetória acadêmica do colega, mas foi orientado por Vélez no mestrado e no doutorado. Ele é professor na UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais), no campus de Ubá.

Bernardo Goytacazes de Araújo, secretário de Modalidades Especializadas de Educação, também se graduou em filosofia na UFJF. Foi orientado pelo ministro em um curso de especialização em ética e filosofia política feito na mesma universidade. Sua experiência em gestão aconteceu na Prefeitura de Três Rios (RJ), em que ocupou o cargo de secretário.

"O novo governo tem uma fragilidade monumental quanto a quadros na educação. O ministro fez escolhas de foro pessoal, bem íntimo, nomeando pessoas que ele conheceu. Não vejo consistência", diz uma pessoa ligada ao ministério que pediu para não ser identificada. "Se o corpo técnico do MEC se impor e ensinar para essas pessoas sem experiência o que precisa ser feito, a nova equipe poder ter futuro", avalia.

Vínculos com as Forças Armadas

No grupo indicado por militares, destacam-se o secretário executivo Luiz Antonio Tozi e o designado para comandar a **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**.

Este grupo chega com experiência de gestão. Ribeiro Correia é professor e reitor do ITA, tem graduação em engenharia civil, com mestrado em engenharia de infraestrutura aeronáutica e doutorado em engenharia de transportes.

Tozi também fez trajetória acadêmica nas engenharias - naval, oceânica, infraestrutura aeronáutica e mecânica - e pós-graduação no ITA. Vinha atuando como diretor da Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos (SP).

Ele estava cotado para ser secretário de Educação Básica, mas foi deslocado às vésperas da posse, quando o cientista político Antônio Flávio Testa, que ocuparia a secretaria executiva, foi desconvidado pelo ministro Vélez.

O general Oswaldo de Jesus Ferreira foi nomeado para comandar a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), estatal que cuida da hotelaria dos hospitais universitários.

A equipe nomeada por Vélez também tem duas figuras ligadas à FGV-Rio: o economista Carlos Alberto Decotelli da Silva, que comanda o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação); e o engenheiro Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues, à frente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

A nova secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, era diretora da Fatec (Faculdade de Tecnologia) de São Carlos (SP). E o secretário Educação Superior, o matemático Mauro Rabelo, é o único remanescente da equipe do governo Temer.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação Paim é visto como um mestre pelos liberais-conservadores que passaram a orbitar em torno da Esplanada dos Ministérios

Em seu discurso de posse no dia 2 de janeiro, em meio a críticas ao globalismo, ao pensamento gramsciano, ao marxismo cultural e à ideologia de gênero — o quarteto eleito como alvo preferencial dos ataques da ala ideológica do governo Jair Bolsonaro —, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, explicou que a “inspiração liberal-conservadora” de suas propostas educacionais, que pregam a recuperação dos valores culturais tradicionais e religiosos, vinha de “dois grandes educadores”: Antonio Paim e Olavo de Carvalho.

A ascendência do “guru da Virginia” — como Olavo de Carvalho passou a ser chamado pelos bolsonaristas — sobre o novo governo instalado em Brasília se tornou bem conhecida. Além de opinar a favor da escolha de Vélez Rodríguez para o Ministério da Educação, Carvalho também atuou pela nomeação do embaixador Ernesto Araújo para o Itamaraty. Menos alardeada, a influência das ideias de Paim é igualmente importante em setores do novo governo, e a figura do filósofo baiano é tão ou mais reverenciada que a de Carvalho.

Autor de obras como "Histórias das ideias filosóficas no Brasil" e "Evolução histórica do liberalismo", Paim é também tratado como um mestre pelos liberais-conservadores que passaram a orbitar em torno da Esplanada dos Ministérios. “Paim mostrou que a

luta pelo sistema democrático-representativo e pluralista produz resultados humanamente mais aceitáveis que os sistemas cooptativos do antigo Leste Europeu, de Cuba, da Venezuela bolivariana e da China comunista”, disse o cientista político Paulo Kramer, que fez parte da equipe de transição do governo Bolsonaro e foi coautor de um livro com Paim e Vélez Rodríguez sobre o “novo patrimonialismo brasileiro”, publicado em 2015.

Para o cientista político Christian Lynch, professor da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro, “Paim é autor de uma obra ciclópica e muito respeitável sobre a história das ideias filosóficas no Brasil, que é um clássico da área”. “A preocupação central em seus textos sobre o pensamento político brasileiro tem sido compreender as raízes do iliberalismo no Brasil, que ele acredita radicar numa incompreensão da questão da representação política”, acrescentou Lynch. “Nos últimos 20 anos, o prestígio do socialismo ou da social-democracia foi relegando alguns intelectuais a um lugar marginal na academia e na mídia, como se fossem dinossauros em extinção. Com o retorno do conservadorismo, depois de 30 anos, esses autores voltaram à voga.”

Prestes a completar 92 anos, Paim, nascido em Jacobina, no interior da Bahia, vive hoje numa casa de repouso particular para idosos, repleta de jardins e com um lago, no Jardim Bonfiglioli, bairro de São Paulo, às margens da Rodovia Raposo Tavares. ÉPOCA o encontrou lá em dois domingos, dia que ele reserva para ouvir música clássica, num quarto em que mantém uma TV, um computador e uma estante com seus livros e fotos de suas duas filhas. Paim precisa recorrer a um andador para se locomover, mas, em meio a alguns resmungos contra a velhice (uma m..., resume), ele se mantém bem-humorado, com uma conversa afiada e atualizado sobre tudo que ocorre com o governo Bolsonaro.

O ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, na posse de seu cargo, cumprimenta seu antecessor Rossieli Soares Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil

O ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, na posse de seu cargo, cumprimenta seu antecessor Rossieli Soares Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil
Sua ligação mais direta com o novo governo é, claro, com Vélez Rodríguez, com quem falou, por telefone, para desejar sucesso no governo. O ministro da Educação foi seu aluno quando chegou ao Brasil na década de 70, com uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para estudar pensamento brasileiro num curso ministrado por Paim na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro. Paim rememora, com prazer, como conheceu Vélez Rodríguez, colombiano de nascimento, depois naturalizado brasileiro. “No primeiro dia de aula, ele falou em América Latina. Eu disse a ele: Você ganhou uma bolsa para estudar pensamento brasileiro. Não me venha com conversa de América Latina, que isso não existe aqui’. Ele, ainda um garoto, não respondeu nada e ficou em pânico”, contou Paim, aos risos.

O mestre disse que depois o “discípulo” se mostrou de grande valor e fez uma pesquisa primorosa sobre o caudilho gaúcho Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), prócer do começo da República brasileira. Castilhos ajudou na difusão do positivismo, doutrina filosófica importada da França com grande penetração entre os militares brasileiros e inspiração do lema “Ordem e Progresso”, inscrito na bandeira nacional. A pesquisa redundou depois no livro Castilhismo, uma filosofia da República, de Vélez Rodríguez. A obra bebe no pensamento de Paim. Para o filósofo, “o positivismo era um troço primitivo”, a República foi instalada no Brasil por meio de “um golpe de Estado”

articulado por uma minoria e a derrubada da monarquia em 1889 foi “um retrocesso brutal que abortou a construção no país de instituições representativas democráticas” no modelo liberal inglês — para Paim, o ápice da civilização política.

Paim e Vélez Rodriguez também comungam a mesma ojeriza às ideias socialistas e ao que eles chamam de doutrinação marxista nas universidades brasileiras. Para o filósofo baiano, o “Brasil é o único país do mundo, além da França, onde o comunismo parece que não acabou”. Ele diz ainda que “um marxismo vagabundo” prolifera nos campi nacionais. “A USP é hostil ao pensamento brasileiro. A **Capes**(**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, órgão do Ministério da Educação responsável pela supervisão dos cursos de pós-graduação) está na mão dos comunistas, dos marxistas. O MEC só dá passagem e bolsa para quem está na chave gramsciana. Se você não estudar Gramsci, você perde o emprego. É exatamente isso”, afirmou Paim, que considera Gramsci um “totalitário”. Ele manifesta a esperança de que o novo ministro “vai liquidar isso”. “Não tem cabimento dar ao Estado o poder de dar pontuação às instituições culturais”, afirmou Paim, referindo-se ao método usado pela **Capes** para avaliar a pós-graduação.

Mestre e discípulo têm uma velha pinimba com a **Capes**. Em 2009, Vélez Rodríguez publicou um artigo na imprensa em que acusou os “burocratas da **Capes** no setor de filosofia” de agir de forma persecutória, entre 1979 e 1999, para extinguir os cursos de graduação e pós-graduação em filosofia brasileira, um nicho de atuação de filósofos conservadores, considerados minoritários na academia brasileira.

Segundo Vélez Rodríguez, “uma guilhotina ideológica” ceifou esses cursos por eles serem considerados de direita. A ação teria sido comandada por antigos ativistas marxista-leninistas, seguidores do filósofo e padre jesuíta Henrique Claudio de Lima Vaz. Vaz era mentor, na década de 60, da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), uma corrente política de esquerda em que militaram, no passado, José Serra e Herbert de Souza, o Betinho, entre outros. Quase uma década depois de sua publicação, o artigo de Vélez Rodríguez continua a reverberar no mundinho acadêmico. Após sua nomeação para o Ministério da Educação, circulou um manifesto de professores de filosofia, assinado inclusive por Marilena Chauí, que rebate “as insídias” contra o padre Vaz.

A rixa de Paim e Vélez Rodríguez com os seguidores do padre Vaz dura décadas. Paim diz que foi “boicotado” por antigos militantes da AP, quando eles assumiram o Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro no final da década de 70. Uma reforma foi feita na pós-graduação, e o curso de filosofia brasileira, de Paim, foi retirado do currículo. Quando textos do jurista e filósofo Miguel Reale — mestre de Paim e pai do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff — foram retirados de uma antologia distribuída aos alunos, Paim publicou uma “denúncia” em forma de artigo no Jornal do Brasil.

A polêmica gerou meses de controvérsia na imprensa nacional e depois virou o livro “Liberdade acadêmica e opção totalitária”. “Excluíram o Miguel Reale porque ele tinha sido integralista, o que é um absurdo. Eu tinha arrumado bolsas para os marxistas, em pleno governo militar, porque achava um absurdo a discriminação a eles, mas a convivência é difícil. Você não deve dar cargo de poder a eles, porque eles vão liquidar os outros. É da alma deles”, disse Paim.

Raul Landim, ex-diretor do Departamento de Filosofia da PUC, tem uma versão diferente. Disse que a exclusão do curso de filosofia brasileira estava relacionada a uma modernização do departamento para adequá-lo à realidade de outros cursos de filosofia no mundo. Da mesma forma, a antologia de textos distribuída aos alunos passou a incluir apenas filósofos considerados clássicos.

“Fui da AP, mas não sou marxista, como também não era o padre Vaz. Estávamos preocupados em melhorar a competência dos alunos, mas o Paim transformou tudo em questão ideológica”, disse a ÉPOCA Landim, hoje professor aposentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na última terça-feira 8. A querela não terminou bem para ele. Seis meses depois, Landim e outros professores perderam seu emprego na PUC. Ele acha que a polêmica teve um efeito indireto em sua saída.

Apesar desse passado, Paim avalia que Vélez Rodríguez deve agir com prudência em sua faxina ideológica no Ministério da Educação. “Não pode generalizar. O Ministério da Educação tem muito funcionário decente. Não pode achar que tudo é marxista, tudo não presta, como os procuradores fizeram com a classe política. Não é bem assim”, afirmou. Perguntado sobre o Escola sem Partido, Paim disse que os professores devem adotar a mesma postura que ele tinha na sala de aula.

“Em meu tempo de professor, eu dava um curso sobre Kant (Immanuel Kant, filósofo alemão do final do século XVIII, considerado um dos pilares da filosofia moderna). Eu transmitia a eles como ler “A crítica da razão pura”, mas não fazia doutrinação. Se eu fizesse isso, dizia a eles que podiam me criticar e me botar para fora”, afirmou. Paim disse que o curso de filosofia serve para ter conhecimento de todos os principais pensadores, inclusive Marx. Mas ressalva que Marx deve ser lido à luz da “complexidade do idealismo alemão”. Fora desse contexto, alertou, “marxismo vira bestialógico”.

Antes de virar um conservador e um anticomunista ferrenho, como ele próprio admite, Paim fez um caminho sinuoso. Foi ele próprio um comunista de carteirinha. Na juventude dos seus 20 e poucos anos, estudante no Rio de Janeiro, entrou no Partido Comunista do Brasil, o Partidão, entusiasmado com a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Achava que os soviéticos encarnavam a liberdade, que não existia na ditadura de Getulio Vargas.

Virou secretário de redação da Tribuna Popular, o jornal do partido, em que militava, entre outros, o poeta Carlos Drummond de Andrade. Durante o governo de Gaspar Dutra (1946-1951), num enfrentamento de jornalistas e gráficos que resistiram a bala a uma ação da polícia para fechar o jornal, levou um tiro que o deixou com um buraco na cabeça e foi condenado a sete anos de prisão. Foi enviado para uma casa de detenção, onde, segundo Paim, o diretor queria matá-lo. Paim contou que numa ocasião em que o diretor tentou pegá-lo com as mãos pelas grades da cadeia, reagiu e quase quebrou o braço do agente. Como punição, foi mandado para um cubículo numa solitária, onde ficou em condições degradantes. “O anticomunismo brasileiro era de um primarismo brutal. Uma pessoa com um mínimo de caráter ou enfrenta aquele negócio, ou se avacalha. Aí, eu virei comuna mesmo”, afirmou.

Depois de uma inspeção feita por uma Comissão da Câmara dos Deputados, Paim foi

reconhecido como preso político e enviado para uma penitenciária onde, em condições melhores, cumpriu pena de dois anos e dois meses de prisão. Solto, virou dirigente do Partido Comunista. Em 1953, foi enviado para a União Soviética para estudar teoria leninista, na Universidade Lomonosov, em Moscou. Aprendeu a ler O capital, de Marx, em russo para traduzi-lo para o português. Paim disse que transformou-se em um “bolchevique sem alma, sem amigo, sem família, sem p... nenhuma, integrante de uma casta devotada à causa”.

Na Universidade Lomonosov, Paim, porém, apaixonou-se pela russa Margarita Anatolia Rodanov — que fazia a tradução simultânea para os brasileiros. Seus colegas comunistas não gostaram daquele namoro, porque achavam que atrapalhava as relações do Partido Comunista brasileiro com o soviético. Terminado o curso, Paim voltou para o Brasil, mas ficou poucos meses aqui antes de resolver voltar para a União Soviética para casar com Margarita.

“O amor foi um processo de humanização para mim”, declarou numa ocasião Paim, que disse ter sido salvo do comunismo pela paixão. Ele foi gradualmente afrouxando os laços com o partido. A ruptura final veio com a divulgação dos crimes de Stálin com o relatório Krushev, de 1956, quando Paim ainda morava na União Soviética. “Fui eu que lutei para distribuir o relatório para o Partido Comunista brasileiro. Não dava para ficar no partido depois daquilo. Da minha geração, ninguém ficou”, contou Paim. O processo de desencanto daquela geração com o stalinismo é contado no livro “O retrato”, de outro ex-comunista baiano, Osvaldo Peralva, que foi jornalista da Folha de S. Paulo. A reedição de 2015 de “O retrato” tem prefácio assinado por Paim. “A leitura de O retrato pode contribuir para que pessoas de bom senso revejam esse tipo de opção”, escreveu o filósofo na apresentação.

Depois de conseguir a autorização do regime soviético para que Margarita saísse da Rússia, Paim voltou para o Brasil com a mulher. Instalaram-se em Copacabana, no Rio de Janeiro, tiveram uma filha. Mas o casamento com Margarita, que traduziu Machado de Assis e fez um dicionário russo-português, durou pouco. Por volta de 1962, quando o Brasil já vivia o acirramento dos ânimos anticomunistas que culminaria no golpe militar contra o governo João Goulart em 1964, a russa resolveu voltar, com a filha, para a União Soviética, onde a mãe era uma dignitária do regime. Paim confessou ter ficado “desarvorado”. “Eu era muito agarrado a minha filha. Era um potocozinho”, disse Paim, que nunca mais a viu. Não é o único momento que usa da suavidade baiana para se referir a suas ligações com antigos camaradas e a Rússia soviética. “O povo russo é uma gente muito simpática, bonita, alegre. Sinto saudades deles, do período em vivi lá”, contou. Recentemente, disse ter descoberto a existência de duas netas na Rússia. Uma delas, volta e meia, lhe escreve e-mails em português — e torna a desaparecer.

O processo de saída do marxismo, disse Paim, foi igualmente penoso. “Uma coisa é sair do Partido Comunista, outra é sair do marxismo”, explicou. Ele fez a opção deliberada de “passar anos estudando para aprender” e conseguir o rompimento com a antiga ideologia. “O Fernando Henrique não fez isso e continuou se arrastando”, disse. Passou a estudar Kant com um engenheiro alemão, especialista na obra do filósofo. Com ele, disse Paim, fez “terapia kantiana” para se libertar do marxismo. A transição para o liberalismo conservador, brincou, foi igualmente “gradual, lenta e segura”. Por um tempo, flertou com a social-democracia. Contou que só virou liberal mesmo em meados da década de 70, depois de ter estudado como o liberalismo inglês se reformou, ao

longo do século XIX, para tornar suas instituições políticas mais representativas.

Paim se disse animado com a perspectiva de dar maior consistência programática às várias propostas liberais que ganharam força nos últimos anos no Brasil. Disse ter o lido o programa do PSL, o partido de Bolsonaro, e o achou “muito bom”. Considera que o novo presidente “tem uma proposta liberal, sem dúvidas”, e que ele pode liquidar o PT, outro porta-voz do que ele chama de “marxismo vagabundo”. Mas mantém um certo ceticismo em relação aos resultados que podem ser alcançados pelo novo governo. “O Brasil elegeu um governo militar-liberal. Tem mais milico lá do que no tempo do Castelo Branco. É um arranjo complicado. Você não pode dizer isso a priori, mas pode não dar certo. Depende muito da relação com o Congresso”, disse.

Em relação ao Brasil, Paim disse ter menos ilusões ainda. “Se não houver um cataclismo que mude sua base social, o Brasil jamais será um país desenvolvido”, afirmou. Adepto de uma filosofia que faz uma leitura culturalista das sociedades, ele acha que o obstáculo está relacionado a valores morais desenvolvidos nos tempos do período colonial, quando a Inquisição impediu que o país acompanhasse a Revolução Industrial. “No Nordeste, havia um dito: ‘Não herdou, não roubou, emerdou’. Isso mostra que o ódio ao lucro e à riqueza é um troço arraigado, profundo, no Brasil. A moral social é muito ruim. O grande obstáculo que impede a sociedade liberal no Brasil é a Igreja Católica. A Igreja Católica é hoje uma espécie de Partido Comunista”, disse Paim. Segundo ele, o máximo que o Brasil poderá aspirar em termos de participação da riqueza mundial será como país agroexportador, graças ao sucesso do agronegócio. “E PT Saudações”, completa ele, peremptório.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ulbra demite cerca de 200 professores

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) acompanha o grande número de demissões de professores de todos os campi da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). A instituição ainda não forneceu o número total, mas as evidências apontam para cerca de 200 desligamentos de docentes. Na segunda-feira, a direção do Sinpro/RS se reunirá com a Aelbra, mantenedora da instituição, para esclarecimentos e discussão sobre as demissões, e garantia do pagamento de verbas rescisórias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – uma vez que, além dos sistemáticos atrasos salariais, a instituição não tem recolhido regularmente o FGTS de seus empregados. “O elevado número de demissões preocupa o Sindicato, assim como o efetivo pagamento das verbas rescisórias, pois a instituição tem atrasado muito a integralização deste direito”, afirma Marcos Fuhr, diretor do sindicato. “Este processo é um novo desdobramento da profunda crise pela qual a universidade passa, ao longo dos últimos 10 anos”, avalia. Na Ulbra, trabalham 1.332 professores na Educação Superior e 287, na Educação Básica.

A TARDE - BA - NACIONAL

MEC abre inquérito para investigar edital

A TARDE SP

O Ministério da Educação informou ontem que vai abrir sindicância para investigar o edital que liberaria a compra de livros didáticos com erros de revisão que não abordassem assuntos de diversidade étnica, violência contra mulher e para não conter propagandas. A abertura do inquérito foi solicitada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez. A decisão sobre a mudança no edital havia sido publicada na quarta-feira, 9,

mas em menos de 24 horas, após questionamentos da população, voltaram atrás com a decisão. O documento havia sido editado para não ter como exigência, como de costume, assuntos sobre a diversidade cultural do país e assuntos relacionados à violência contra a mulher. Foi retirada do edital a exigência de os livros estarem isentos de erros de revisão e/ou impressão, a obrigatoriedade de incluir referências bibliográficas, estar isento de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais, exceto quando enquadrar-se nos casos A abertura do inquérito foi solicitada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez referidos no Parecer CEB nº 15 de 04/07/2000, de retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país" e o compromisso de respeito a mulher. Porém, a mudança no edital já havia sido publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro.

Com a abertura do inquérito, a publicação foi anulada até que a situação seja resolvida e um novo documento seja assinado. Ricardo Vélez Rodríguez disse que a mudança foi feita na gestão anterior, ainda durante o governo do presidente Michel Temer e que não tinha conhecimento disso. A previsão é que o MEC se posicione ao final da investigação para informar, de fato, o que aconteceu. Porém, o ex-ministro Rossieli Soares, responsável pela pasta até o final do ano passado, disse que não houve mudança no documento na sua gestão. Em nota, o atual ministro reafirmou "o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira" e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam da correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital". Além disso, o ministro resolveu anular o edital até que seja revisto e o problema seja solucionado. "O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNL 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC", publicou. Anteriormente, especulou-se que a mudança foi feita no governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que negou a movimentação e alteração no documento. O documento tinha orientações para compra de livros para alunos do 6º e 9º ano do ensino fundamental de instituições federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal que serão usados a partir do ano que vem.

Ministro Ricardo Vélez Rodríguez disse que a mudança foi feita na gestão anterior, ainda no governo Temer

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NEGÓCIOS

MEC apurará caso de livros didáticos

SINDICÂNCIA

O Ministério da Educação (MEC) irá abrir um processo de sindicância para investigar o que aconteceu no caso da mudança do edital dos livros didáticos. Há informações de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual titular da Pasta, Ricardo Vélez Rodríguez. Por outro lado, há indicações de que pode ter ocorrido equívoco do servidor que enviou o link do edital para o Diário Oficial.

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Quase mil alunos fazem cursos profissionalizantes em Roraima

Alunos estão divididos em cursos técnicos e estágios em diversas áreas com carga horária variada

A compor o quadro de estudantes matriculados na rede de educação estadual, 965 alunos fazem parte de cursos profissionalizantes concomitantes em parceria com a Escola Estadual Jesus Nazareno de Souza Cruz, ofertados pelo governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação e Desporto (Seed). Desses, 403 deles estão matriculados no Centro Estadual de Educação Profissional Antônio de Pinho Lima e divididos em cursos em diversas áreas.

São 314 matriculados em cursos subsequentes e 89 estudantes participantes do curso concomitante, ofertados nas áreas de gestão de negócios, produção industrial, informação e comunicação, produção alimentícia, controle e processos industriais, segurança, ambiente e área da saúde. De acordo com a Seed, no Centro, localizado no bairro Caranã, as cargas horárias são distintas e podem ser de 864 a 1.294 horas.

Há, ainda, estágios supervisionados que têm duração de 176 a 260 horas. As informações enviadas à reportagem não especificam se os estudantes recebem pelo estágio nem a quantidade destinada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para os cursos. A nota também não informou como é possível a matrícula para os cursos.

Além do Centro Pinho de Lima, os cursos são ofertados na Escola Estadual Major Alcides Rodrigues Santos, no bairro Asa Branca. Na unidade, são para nível médio, nas áreas de serviços jurídicos, técnico em informática, manutenção e suporte em informática integrado ao Ensino Médio e técnico em agente comunitário em saúde. Para esses cursos, a Seed oferece a carga horária de 1.600 a 3.640 horas e são 562 alunos matriculados.

Estado estuda possibilidade de transferir responsabilidade de ensino para municípios

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9.394/96, o Estado e municípios possuem distintas obrigações em relação à oferta na rede de educação básica. Na gestão municipal, é dever garantir o Ensino Fundamental 1, que vai do primeiro ao quinto ano. Já a partir do sexto ano até o nono, conhecido como Ensino Fundamental 2, a responsabilidade é da gestão estadual.

É possível, ainda, que ambas as gestões possam ser integradas e componham um sistema único de educação básica. Atualmente, está sendo discutida a possibilidade das prefeituras municipais em Roraima assumirem a competência pela oferta do Ensino Fundamental 1. Conforme relatou a Seed em nota, “o propósito da nova gestão com os municípios é o fortalecimento do regime de colaboração entre a secretaria e a União dos Dirigentes Municipais de Educação [Undime], o que se encontra em fase de diálogo”.

A nota ressaltou ainda que a medida tem o objetivo de promover e garantir a melhoria de proficiência e eficácia do ensino e aprendizagem dos alunos assistidos pela rede estadual e municipais de ensino, cumprindo a legislação educacional em universalizar a oferta da Educação Básica no Estado.

SINTER – O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (Sinter), Flávio Bezerra, afirmou que a transferência do Ensino Fundamental 1 para as prefeituras em meados dos anos 2000 ocasionou alguns problemas para os docentes.

“Os professores voltaram ao Estado porque não tinham habilitação do Fundamental 2 ou Ensino Médio. Na nossa compreensão, esse repasse das competências não pode extinguir simplesmente pela questão temporal porque alguns companheiros fizeram concurso e estão habilitados para trabalharem na determinada área que o Estado à época solicitou e há uma necessidade desse pessoal continuar trabalhando”, revelou.

Bezerra apontou que existe a possibilidade da transferência, porém, o Sinter não tem a competência de refutar as decisões geradas pelas gestões estaduais e municipais. Ele enfatizou que o papel do sindicato é lutar pela manutenção dos postos de serviços e solicitar, tanto para o governo do Estado quanto prefeituras, o reaproveitamento dos servidores na gestão escolar, que na grande maioria é formada por pedagogos. (A.P.L)

topo ↕

O DIA - PI - PIAUÍ

Experiência educacional será tema de simpósio para gestores do PI

A experiência educacional de Oeiras será tema de um simpósio, organizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no dia 24 de janeiro. O público-alvo do evento são gestores e dirigentes municipais interessados em conhecer de perto as dinâmicas e experiências educacionais aplicadas na Rede Municipal de Ensino. “Em decorrência de vários dirigentes municipais terem nos procurado para conhecer in loco a experiência e dinâmica de Trabalho da SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Oeiras, nós resolvemos agendar um dia para todos, haja vista que estamos com nossa agenda voltada para as atividades de volta às aulas e organização do ano letivo 2019”, destaca a professora Tiana Tapety, secretária municipal de Educação. Cada município pode participar com até 05 representantes. As inscrições para o simpósio ficam abertas até o dia 21 de janeiro. Mais informações: 89 99407-1027 ou 86 99947-43165.

Recentemente, Oeiras ganhou destaque internacional em duas reportagens do jornal espanhol EL País, que apresenta o município piauiense como a “Finlândia brasileira da educação”. O país europeu tem um dos melhores sistemas de educação do mundo. Com a média 7.1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, principal indicador da qualidade do ensino no país, Oeiras já atingiu índice maior do que o esperado para o Brasil em 2021.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - O PAÍS

MEC investigará mudança em livros

BRÁSÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, pediu a abertura de uma sindicância para apurar a mudança do edital de livros didáticos que permitia a compra de obras com erros e propagandas, informou a pasta em nota ontem (10). A alteração também retirava a exigência para as editoras de retratar a diversidade étnica e o compromisso com ações de não violência contra a mulher, além da obrigatoriedade de citar referências bibliográficas. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, "o MEC irá se pronunciar após os resultados das investigações". Não há previsão para a condução do trabalho

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - O PAÍS

MEC: piso salarial do magistério é reajustado

A partir deste mês, piso é reajustado para R\$ 2.557,74; valor corresponde ao vencimento inicial dos profissionais da educação básica, com formação de nível médio e jornada de 40 horas semanais

SÃO PAULO

O piso salarial do magistério será reajustado para R\$2.557,74, a partir de 1º de janeiro de 2019. O Ministério da Educação anunciou na quarta-feira, 9, o reajuste de 4,17%, conforme determinação do artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O valor corresponde ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal e jornada de 40 horas semanais.

O piso salarial foi estabelecido pela Lei nº 11.738, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea "e", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Pelo dispositivo, o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica é atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir de 2009. No parágrafo único do artigo, é definido que essa atualização será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do Valor Anual Mínimo por Aluno (VAA) referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Variação

Conforme a legislação vigente, a atualização reflete a variação ocorrida no VAA definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2018, em relação ao valor de 2017.

Dessa forma, o cálculo é feito com a variação entre a Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 26 de dezembro de 2018, com VAA de R\$ 3.048,73, e a Portaria Interministerial MEC/MF nº 08, de 29 de novembro de 2017, com VAA de R\$ 2.926,56. Com o cômputo, o MEC chegou à variação de 4,17%, que deve ser aplicada ao valor do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do ano anterior, neste caso em 2018, de R\$ 2.455,35.

A metodologia proposta é a de utilizar o percentual de crescimento do VAA, tendo como referência os dois exercícios imediatamente anteriores à data em que a atualização deve ocorrer. A Nota Técnica nº 36/2009, da Advocacia Geral da União, acompanhou esse entendimento.

De acordo com o MEC, esse formato para correção do piso salarial é utilizado desde o ano de 2010. Como até o presente momento não houve alterações expressas na Lei, bem como na forma de cálculo, compreende-se que a metodologia para a constituição do percentual de variação do PSPN está mantida.

[topo](#)

O ESTADO - MS - ECONOMIA

Piso da educação básica sobe 4,17%

O piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica sofreu reajuste de 4,17% e o piso salarial alcança os R\$ 2.557,74, aponta MEC (Ministério da Educação). Ainda conforme o ministério, esta correção do piso salarial é a prevista desde o ano 2010, para profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal, jornada de 40 horas semanais.

[topo](#)

O TEMPO - MG - BRASIL

Nomeação

BRASÍLIA. O governo Jair Bolsonaro (PSL) retirou ontem da internet a versão do edital de compra de livros que havia deixado de exigir das editoras obras com referências bibliográficas e o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres, promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo.

Uma sindicância já foi instalada para apurar o caso. Após a “Folha de S.Paulo” revelar, na última quarta-feira, as alterações do edital, o Ministério da Educação do governo Bolsonaro soltou nota, somente no início da noite, afirmando que as alterações eram de responsabilidade do governo Michel Temer (MDB). Já o ex-ministro da Educação Rossieli Soares negou a autoria das modificações. Agora, segundo o governo, a sindicância vai apurar se houve algum erro ou troca de versões e se o texto que suprimia exatamente esses trechos acabou publicado de modo equivocado.

O governo insiste que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não tinha conhecimento da nova versão. Durante toda a quarta-feira, segundo a coluna “Painel”, da “Folha”, o corpo técnico do MEC rastreou a tramitação do polêmico edital, que abria brechas para a distribuição, por exemplo, de livros sem referência bibliográfica nas escolas.

Os documentos mostram que o texto que saiu do MEC no dia 28 de dezembro não continha tais alterações. A mudança ocorreu depois que a peça foi enviada, já no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As alterações eram relacionadas ao edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020, voltado à seleção e compra de obras para os anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono ano). A versão, agora retirada do ar, havia sido publicada no dia 2 de janeiro. A transição de governo começou no dia 3 de dezembro. Foram feitas 17 reuniões.

O PNLD é gerenciado pelo FNDE. A sindicância já está sendo realizada por uma equipe do órgão, ligado ao MEC. De acordo com o governo, estaria sendo levantada o passo a passo do texto antes de a versão vir a público. A expectativa é que o resultado seja divulgado rapidamente.

O edital serve de referência para que as editoras produzam as obras didáticas e as apresentem para avaliação do governo. Lá também estão os critérios para a escolha dos livros por parte do governo. Além de excluir trechos sobre violência contra a mulher, quilombolas e a obrigatoriedade de referências bibliográficas, o documento suprimia orientação para que as ilustrações retratassem “a diversidade étnica da população brasileira” e também trecho que vetava publicidade.

O foco em revisão de livros didáticos como forma de combate a supostas doutrinações de esquerda tem sido articulado desde antes da posse do presidente e do ministro Rodríguez. Essa é a principal agenda na área de educação do governo.

topo ↕

D24AM - TEMPO REAL

Mestrado em Direito da Ufam é aprovado pela Capes

Edital do primeiro processo seletivo do mestrado deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019, segundo informações da universidade

Manaus – A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) nesta sexta-feira (11) que no último dia 17 de dezembro, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou a aprovação do Mestrado Acadêmico em Direito da

instituição.

Edital do primeiro processo seletivo do mestrado deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019, segundo informações da universidade.

O curso, que tem área de concentração denominada Constitucionalismo e Direitos na Amazônia, apresenta as linhas de pesquisa Institucionalidades estatais e pluralidades sociojurídicas e Mecanismos e processos de efetivação de direitos.

Presente de 110 anos de Ufam

O diretor da Faculdade de Direito, professor Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, comemorou a aprovação que oportunizará a formação qualificada de juristas de toda a Região Norte. “Para nós, a aprovação do nosso Mestrado em Direito representa um presente de aniversário nesses 110 anos de Universidade. Temos certeza de que será de qualidade e muito bem avaliado pela **Capes**. Trabalharemos bastante para isso”, disse.

A pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, professora Selma Baçal, afirmou que a aprovação do mestrado já era esperada, há alguns anos, pela Ufam. “É uma iniciativa muito importante porque vem atender a uma demanda de profissionais na área do Direito. Ficamos muito felizes com a aprovação, em razão de que atende a uma necessidade para toda a região amazônica. Parabenizamos a Faculdade de Direito pelo excelente trabalho, que foi de muitos anos para que pudéssemos chegar a esse feito de aprovar o Mestrado”, destacou.

Processo seletivo

O coordenador da proposta do mestrado, professor Adriano Fernandes, informou que o edital do primeiro processo seletivo do Mestrado em Direito deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019. “Serão oferecidas 20 vagas nesta primeira seleção. O edital do Processo Seletivo para o nosso mestrado será lançado entre março e abril de 2019 e a primeira turma provavelmente começará a estudar em agosto. No momento, fazemos uma avaliação dos modelos de processo seletivo para, em seguida, estabelecer qual deles adotaremos para o nosso mestrado, mas o que pretendemos é que ele seja o mais inclusivo possível”, destaca professor Adriano Fernandes.

[topo](#)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM - RADAR DE NOTÍCIAS

Mestrado em Direito da Ufam é aprovado pela Capes

Edital do primeiro processo seletivo do mestrado deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019, segundo informações da universidade

Manaus – A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) nesta sexta-feira (11) que no último dia 17 de dezembro, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou a aprovação do Mestrado Acadêmico em Direito da instituição.

Edital do primeiro processo seletivo do mestrado deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019, segundo informações da universidade. O curso, que tem área de concentração denominada Constitucionalismo e Direitos na Amazônia, apresenta as linhas de pesquisa Institucionalidades estatais e pluralidades sociojurídicas e Mecanismos e processos de efetivação de direitos.

Presente de 110 anos de Ufam

O diretor da Faculdade de Direito, professor Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, comemorou a aprovação que oportunizará a formação qualificada de juristas de toda a Região Norte. “Para nós, a aprovação do nosso Mestrado em Direito representa um presente de aniversário nesses 110 anos de Universidade. Temos certeza de que será de qualidade e muito bem avaliado pela **Capes**. Trabalharemos bastante para isso”, disse.

A pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, professora Selma Baçal, afirmou que a aprovação do mestrado já era esperada, há alguns anos, pela Ufam. “É uma iniciativa muito importante porque vem atender a uma demanda de profissionais na área do Direito. Ficamos muito felizes com a aprovação, em razão de que atende a uma necessidade para toda a região amazônica. Parabenizamos a Faculdade de Direito pelo excelente trabalho, que foi de muitos anos para que pudéssemos chegar a esse feito de aprovar o Mestrado”, destacou.

Processo seletivo

O coordenador da proposta do mestrado, professor Adriano Fernandes, informou que o edital do primeiro processo seletivo do Mestrado em Direito deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2019. “Serão oferecidas 20 vagas nesta primeira seleção. O edital do Processo Seletivo para o nosso mestrado será lançado entre março e abril de 2019 e a primeira turma provavelmente começará a estudar em agosto. No momento, fazemos uma avaliação dos modelos de processo seletivo para, em seguida, estabelecer qual deles adotaremos para o nosso mestrado, mas o que pretendemos é que ele seja o mais inclusivo possível”, destaca professor Adriano Fernandes.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados

Exonerações ocorrem um dia após ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para livros didáticos; chefe do FNDE, Rogério Fernando Lot havia assinado a retificação do edital

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonou nesta sexta-feira, 11, o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia. As exonerações ocorrem um dia após o Ministério da Educação (MEC) iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital de livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi quem assinou a retificação do edital publicado no Diário Oficial da União de 2 de janeiro, que retirava a exigência de referências bibliográficas e deixava de impedir publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os exonerados, estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo, com a publicação no Diário Oficial da União e indicar uma equipe para ficar a cargo da investigação. Eles defendem que o processo que teve início na quinta, com esclarecimentos de servidores, foi conduzido de forma informal.

Como o ministro ainda não nomeou quem vai assumir os cargos dos exonerados, os servidores dizem que o FNDE está sem comando. Lot, por exemplo, era chefe de gabinete e já estava como presidente substituto. Os servidores afirmam que, agora, não há responsáveis para assinar liberação de pagamentos. O órgão é responsável, por exemplo, por programa de transferências a municípios, como o de merenda, e pelo Financiamento Estudantil (FIES).

Na quarta, o Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

“Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou Soares na quinta-feira, 10, em entrevista à Rádio Eldorado. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, 9, só depois das denúncias na imprensa, o ministério divulgou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Além disso, metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Em uma delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. Imagina-se que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior. O que MEC quer saber é se houve intenção ou se foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares Rogério Lot era comissionado em cargo de chefia em órgão ligado à pasta da Educação

Brasília

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez exonerou nesta sexta-feira (11) Rogério Fernando Lot, responsável por assinar no início da gestão Bolsonaro uma nova versão do edital de

compra de livros didáticos que deixava de exigir das editoras obras com referências bibliográficas e compromissos com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e povos do campo.

A publicação de uma revisão do edital dos livros foi revelada pela Folha na quarta-feira (9). O jornal O Estado de S. Paulo, em seguida, mostrou que uma das mudanças se referia à exclusão da exigência das referências bibliográficas, o que, na prática, poderia permitir a aprovação de livros sem qualidade, com erros e ainda visões de mundo particulares.

Diante da repercussão, a gestão Bolsonaro recuou e anulou as mudanças no edital. O presidente e o ministro Vêlez culparam a gestão anterior pela alteração, enquanto o ex-ministro Rossieli Soares negou ter responsabilidade sobre o caso.

Rossieli encaminhou à reportagem arquivo com as alterações pedidas por sua equipe ao edital e que não incluem os trechos polêmicos. São 14 alterações de redação de trechos, principalmente sobre regras para desclassificação de obras que não tivessem arquivos de áudios.

Segundo a Folha apurou, a equipe de transição de Bolsonaro acompanhou todos os últimos atos da pasta. Houve 17 encontros e o processo de transição começou no dia 3 de dezembro. A data do documento retificado é de 28 de dezembro, quando a equipe de Bolsonaro trabalhava dentro do MEC.

O foco em materiais didáticos será uma diretriz do governo para tirar do papel o combate a supostas doutrinações de esquerda na educação, bandeira de Bolsonaro.

De acordo com edição desta sexta do Diário Oficial da União, Lot foi exonerado de um cargo comissionado de chefia de gabinete do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação). O servidor não era uma indicação da gestão de Bolsonaro.

Vêlez escolheu Carlos Alberto Decotelli para presidir o FNDE, mas esse ainda aguarda a publicação de sua nomeação para assumir o cargo. Já Lot foi nomeado para a chefia de gabinete do órgão em janeiro de 2017, durante o governo de Michel Temer (MDB), pelo então ministro da Educação Mendonça Filho. Ainda no governo Temer, ele atuou como presidente substituto do órgão.

A exoneração de Lot foi publicada junto a de outros servidores que ocupavam cargos comissionados no MEC. A equipe escolhida por Vêlez ainda aguarda ser nomeada por meio do Diário Oficial.

Como mostrou a Folha, a exoneração de 320 servidores de cargos comissionados na Casa Civil, anunciada pelo titular da pasta, Onyx Lorenzoni, tem atrasado nomeações do governo. Onyx divulgou no primeiro dia de trabalho que iria "despetizar" o ministério e, por isso, decidiu demitir todos que foram nomeados em gestões anteriores.

O governo Bolsonaro abriu sindicância para apurar a versão do edital de livros. Segundo a gestão, a sindicância vai apurar se houve algum erro ou troca de versões e como o texto que suprimia exatamente esses trechos do edital dos livros acabou

publicado de modo equivocado. O governo insiste que o ministro da Educação não tinha conhecimento da nova versão.

As alterações eram relacionadas ao edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2020, voltado à seleção e compra de livros para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). A versão, agora retirada do ar, havia sido publicada no dia 2 de janeiro.

O PNLD é gerenciado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A sindicância já está sendo realizada por uma equipe do órgão, ligado ao MEC. De acordo com o governo, estaria sendo levantado o passo a passo do texto antes de a versão vir a público.

A expectativa é que o resultado seja divulgado rapidamente. O edital serve de referência para que as editoras produzam as obras didáticas e as apresente para avaliação do governo. Lá também estão os critérios para a escolha dos livros por parte do governo.

Além de excluir trechos sobre violência contra a mulher, quilombolas e a obrigatoriedade de referências bibliográficas, o documento suprimia orientação para que ilustrações retratassem "a diversidade étnica da população brasileira" e também trecho que vetava publicidade.

O foco em revisão de livros didáticos como forma de combate a supostas doutrinações de esquerda tem sido articulado desde antes da posse do presidente e do ministro Vêlez Rodriguez. Essa é a principal agendas na área de Educação do governo Bolsonaro.

VEJA OS PONTOS QUE FORAM ALTERADOS

Referências bibliográficas

O edital deixou de exigir das editoras referências bibliográficas que apoiem a estrutura editorial dos livros

Violência contra as mulheres

Nova versão suprimiu trechos relativos ao compromisso educacional com a agenda da não violência contra as mulheres

Quilombolas

Também foi removida orientação para promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo

Diversidade

Orientação para que ilustrações presentes no material didático retratassem “a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país” foi removida

Propaganda

Veto à propaganda nos livros didáticos foi removido. Não fica claro se a publicidade tradicional seria autorizada ou apenas o uso de textos publicitários em atividades educacionais. A publicidade em material didático é vetada por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ENTENDA O EDITAL

O que é o edital do Programa Nacional do Livro Didático?

O edital serve de referência para que as editoras produzam livros didáticos, que serão avaliados pelo governo. Uma comissão técnica do MEC seleciona uma lista de livros, que é levada às redes e escolas para que possam escolher quais obras adotarão no ano letivo. Também inclui os livros literários que serão trabalhados em sala de aula.

Quando os livros selecionados pelo edital em questão chegarão às escolas?

Em 2020. Contudo, as editoras já haviam enviado os livros para avaliação do MEC em novembro. As mudanças feitas pela gestão atual foram publicadas em 2 de janeiro.

Os livros atenderão a que séries?

As obras serão usadas por alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O que disse o MEC?

Em nota, o ministério disse que a versão do edital, publicada no segundo dia de governo do Bolsonaro, é de responsabilidade da gestão Michel Temer e que as alterações serão anuladas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC exonera responsável por mudança em edital de livros didáticos

Rogério Lot, então presidente interino do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, assinou alteração polêmica; demissão acontece um dia após ministério abrir sindicância

RIO - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira o chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, que havia sido responsável por autorizar as polêmicas alterações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Lot, então presidente interino do FNDE, assinou o aviso de alteração de edital publicado no Diário Oficial da União de 2 de janeiro, que retirava a proibição da presença de publicidade nas obras didáticas. No novo texto, o órgão suprimiu ainda o trecho que exigia que as obras estivessem "isentas de erros" e a determinação de "incluir revisões bibliográficas". O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estavam mais no documento.

Após a polêmica causada pelas alterações, o MEC anulou as mudanças e as atribuiu à "gestão anterior", o que foi negado pelo último ministro da educação do governo Temer, Rossieli Soares Silva. Vélez Rodríguez pediu, então, a abertura de uma sindicância para apurar as responsabilidades.

Nesta sexta-feira, dia 11, a exoneração de Lot e de outras nove pessoas que ocupavam cargos comissionados no FNDE foi publicada no Diário Oficial da União.

Procurado para comentar as exonerações, o Ministério da Educação informou que ainda não tem uma nota oficial sobre o assunto.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC faz 20 exonerações, incluindo servidor que assinou edital polêmico

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) exonerou 20 servidores nesta sexta-feira, incluindo Rogério Fernando Lot, que assinou a polêmica alteração em edital para compra de livros, revelada na quarta-feira e anulada horas depois.

As mudanças nos cargos, publicadas na edição desta sexta-feira do "Diário Oficial da União" (DOU), já estavam previstas, mas foram aceleradas após a ampla repercussão negativa do tema, diz uma fonte do MEC. De acordo com o documento, Lot ocupava um cargo comissionado de chefe de gabinete do FNDE.

Das exonerações, 10 são do FNDE, 5 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), 3 da Secretaria de Educação Básica (Seb), 1 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). Também houve um desligamento a pedido na assessoria parlamentar do gabinete do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e uma nomeação na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Um despacho interno assinado por Lot em 28 de dezembro de 2018 propunha, segundo documentos fornecidos pela gestão anterior, a inclusão de complementos audiovisuais em livros didáticos.

Quando tornou-se efetiva, com a publicação no DOU, em 2 de janeiro, a retificação excluiu, por motivos ainda não esclarecidos, a exigência de bandeiras sociais nos livros -- como a agenda de combate à violência contra a mulher e referências à cultura quilombola -- e abriu espaço para a inclusão de publicidade nos materiais escolares, bem como a inexistência de bibliografia.

A alteração ocorreria nas normas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por onde editoras interessadas em fornecer livros ao MEC buscam as regras para produzirem seus materiais. Depois de terem seus conteúdos aprovados pelo governo, os livros são impressos e distribuídos aos alunos da rede pública -- neste caso, dos 6º e 9º anos do ensino fundamental.

Os técnicos do MEC estão passando um pente-fino no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), plataforma que registra todos os processos e documentos produzidos pela Pasta. A sindicância ainda está em fase inicial, mas a linha principal de investigação trabalha com a hipótese de erro humano, em que uma versão preliminar do documento, já defasada, teria entrado no lugar da correta. Eventual má fé do corpo técnico, porém, não está descartada por alguns novos membros do MEC.

Pela cronologia dos fatos e documentos em sua posse, a gestão de Rossieli Soares, ex-ministro da Educação, nega ter sido a autora da mudança. Já o "novo MEC" diz nunca ter pretendido promover tais alterações, embora já trabalhasse na transição desde o fim do ano passado. A gestão atual tampouco sabe dizer como o documento foi parar no DOU horas antes de Vélez tornar-se efetivamente ministro.

topo ↕

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

MEC não conteve abertura de cursos, tampouco cuidou da sua qualidade

Ao não barrar a abertura de cursos de Direito, o Ministério da Educação adotou uma política equivocada que o fez não acompanhar a qualidade dos cursos que são

oferecidos pelas faculdades do país. É como analisa Erick Venâncio, recém eleito presidente da seção do Acre da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com Venâncio, o resultado dessa política em um estado pequeno e com "economia incipiente", como o Acre, é a falta de clientela, diminuição dos honorários e desilusão com a profissão.

"Mesmo com o filtro necessário do exame de Ordem, centenas de profissionais são lançados no mercado de trabalho sem qualquer perspectiva. (...) O que cria boys de luxo em escritórios de advocacia são bacharéis formados em cursos jurídicos sem a mínima condição de funcionamento", diz.

Venâncio liderou a única chapa na disputa da OAB-AC, recebendo 926 votos (87,32%). Atuou em diversos setores da entidade de classe, como conselheiro seccional e Federal (por dois mandatos), presidente de comissões e secretário-geral. É conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e ouvidor nacional do Ministério Público.

Leia a entrevista:

ConJur - Quais os principais gargalos da advocacia no seu estado?

Erick Venâncio - Enfrentamos uma verdadeira derrama de bacharéis num estado pequeno e com economia incipiente. Isso é culpa, principalmente, de uma política equivocada no Ministério da Educação, que não conteve a criação de cursos jurídicos, nem tampouco cuidou da qualidade daqueles que autorizou. Agora, somos surpreendidos com a criação de mais três cursos de direito no Acre. Um verdadeiro despautério! Mesmo com o filtro necessário do exame de Ordem, centenas de profissionais são lançados no mercado de trabalho sem qualquer perspectiva. Resultado: falta de clientela, aviltamentos de honorários e desilusão com a profissão.

ConJur - O Tribunal de Contas da União decidiu, em novembro, que a OAB deve prestar contas ao tribunal. Como o senhor avalia a medida?

Erick Venâncio - Equivocada, invasiva e afrontosa ao Supremo Tribunal Federal. O STF já decidiu em controle concentrado que a instituição não se submete ao controle do TCU, pois não compõe a administração pública. Além disso, a OAB não administra um centavo de recursos públicos, por isso não deve ser tutelada pelo Estado. O dia em que o Estado colocar arreios na OAB, ruiu a Independência e a liberdade da mais importante entidade da sociedade civil brasileira.

ConJur - Quais as principais prerrogativas desrespeitadas hoje?

Erick Venâncio - Na realidade, não há como apontar uma ou algumas prerrogativas. O que está sob ataque é o direito de defesa e, assim, todas as prerrogativas da advocacia.

ConJur - O direito de defesa está enfraquecido?

Erick Venâncio - Um Estado de viés punitivista naturalmente tende a relativizar o direito de defesa. O combate à corrupção ou à criminalidade organizada não pode atropelar as tutelas garantidoras de um direito de defesa amplo. Isso é por demais

perigoso.

ConJur - A OAB deve se colocar politicamente a favor do direito de defesa?

Erick Venâncio - Faz isso e deve continuar a fazer. Criminalizar a advocacia, colocando a defesa técnica como defensora do crime, e não das franquias constitucionais do acusado/réu, é algo absolutamente inaceitável e a OAB jamais se calará quando diante de atitudes deste jaez.

ConJur - A OAB é democrática internamente?

Erick Venâncio - Sempre temos que evoluir nos processos democráticos internos. A OAB não deve fugir à essa regra. Temos que avançar em transparência e numa padronização e eficiência na gestão. Dentro de um sistema, não podemos ter seccionais, do ponto de vista da gestão, no século XXI e outras no século XIX.

ConJur - O que o senhor espera do superministério da Justiça?

Erick Venâncio - Me assusta o super qualquer coisa. Sou adepto da desconcentração e não do caminho inverso, que me parece ser esse dos superministérios. No que diz respeito à Justiça, escolheu-se um titular preparado, digno e honrado, que, espero, saiba respeitar a advocacia e a OAB.

ConJur - Qual o piso ideal para um iniciante?

Erick Venâncio - Aquele que respeite a dignidade da profissão. Porém, a meu sentir, enquanto não houver controle rígido na proliferação de cursos jurídicos, qualquer tentativa de regulamentação dessa questão será atropelada pela realidade do mercado e sepultada pela lei da oferta e da procura. Enquanto isso, não podemos punir o profissional que ou trabalha pelo que lhe é pago ou passa fome.

ConJur - Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro manifestou contra o Exame de Ordem aplicado aos recém-formados. Na ocasião, ele disse que o exame cria "boys de luxo de escritórios de advocacia". Em sua opinião, o modelo do exame precisa ser revisto? A quem cabe fiscalizar o curso de Direito?

Erick Venâncio - Os cursos de Direito devem ser fiscalizados pela OAB, através de sua comissão de ensino jurídico, e pelo MEC, que os autoriza. O Exame de Ordem é a maior conquista da advocacia brasileira, sendo assim, deve ser defendido por todos nós. Se ajustes são necessários, e sempre são, que façamos. Mas falar em extinção do exame é andar para trás. O que cria boys de luxo em escritórios de advocacia são bacharéis formados em cursos jurídicos sem a mínima condição de funcionamento. Mas, estando o MEC subordinado ao presidente da República, ele terá toda a possibilidade de acabar com essa situação que o incomoda. Sem molestar o exame de ordem, que é uma conquista da civilização brasileira.

ConJur - O senhor é a favor de segundo turno nas eleições da OAB? O Conselho Seccional deve ser eleito separadamente da chapa do presidente?

Erick Venâncio - No que diz respeito à possibilidade de segundo turno, a princípio, sou

simpático à ideia, pois possibilitaria a formação de uma maioria absoluta de votos. Quanto à secção da chapa não vejo qualquer relevância nisso. As seccionais da OAB são administradas por um grupo unido por afinidades políticas, que monta uma chapa para administrar a instituição. Quem sequer consegue se organizar para essa composição não pode pretender conduzir toda uma classe.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Após mudança em edital de livros, governo exonera chefe do FNDE

Rogério Fernando Lot foi quem assinou o aviso das mudanças no documento, publicado no Diário Oficial no último 2 de janeiro. À época, como presidente interino do FNDE

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira (11/1) o chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, que havia sido responsável por autorizar as alterações que causaram polêmica no edital dos livros didáticos. Ele quem assinou o aviso das mudanças no documento, publicado no Diário Oficial no último 2 de janeiro. À época, como presidente interino do FNDE.

Servidores do setor começaram a ser ouvidos na quinta (10/1) sobre a última atualização do edital. O Ministério da Educação (MEC) afirmou que abriria uma sindicância para investigar se as alterações no texto foram feitas para prejudicar o atual ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. No entanto, só se pronunciará ao final das investigações.

Os itens retirados do texto causaram polêmica entre integrantes da sociedade civil, intelectuais e editoras. O novo conteúdo permitia a compra de obras para escolas da rede pública com erros e propagandas, além de suprimir a obrigatoriedade de alguns assuntos, como a cultura quilombola, a história dos afro-brasileiros e africanos e violência contra a mulher.

No material, era vetado "promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder", "com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda de não-violência contra a mulher".

O edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), produzido ainda no governo de Michel Temer, foi modificado cinco vezes ao longo do ano. O documento foi enviado ainda no ano passado, em 28 de dezembro, e publicado cinco dias depois. Em nota, o MEC afirmou que o edital que estava em vigor não terá mais efeito, "tendo em vista os erros que foram detectados no documento" e ressaltou que as alterações foram feitas ainda na gestão antiga.

A pasta reforçou ainda o "compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira". Além disso, desmentiu "qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital". A última versão do documento estabelecia critérios para as obras que seriam utilizadas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental nas escolas públicas em 2020.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC exonera responsável por mudança em edital para livros didáticos Além de Rogério Fernando Lot, nove comissionados, entre eles assessores e coordenadores, foram demitidos da autarquia

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira (11/1) o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, responsável por autorizar as alterações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Foi ele quem assinou o aviso de alteração de edital, publicado no Diário Oficial da União de 2 de janeiro, que retirava a proibição da presença de publicidade nas obras didáticas.

No texto, o órgão suprimiu o trecho que exigia que as obras estivessem “isentas de erros” e a determinação de “incluir revisões bibliográficas”. Também foram suprimidas referências ao combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola.

Além dele, outros nove comissionados da autarquia foram exonerados, um dia após o ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância. A ação ainda não foi formalizada.

Entre os exonerados estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo e estabelecer uma equipe responsável pela investigação. Eles defendem que, o processo iniciado na quinta-feira (10), com esclarecimentos de servidores, foi conduzido de forma informal.

Na quarta (9), o jornal O Estado de São Paulo revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

“Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou Soares nessa quinta em entrevista à Rádio Eldorado. “Eu espero que não seja [boicote], porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta, só depois das denúncias na imprensa, o ministério soltou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item responsável por impedir publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos alterados estava o

que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Contudo, o MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

Com informações do jornal O Estado de São Paulo

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC exonera assessor que assinou alterações em edital de livros escolares O Ministério da Educação tenta descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos

Por Estadão Conteúdo

São Paulo – O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira, 11, o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

As exonerações ocorrem um dia após o ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi ele quem assinou a retificação no edital publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro.

Entre os exonerados estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta.

Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo, estabelecer uma equipe que ficará a cargo da investigação. Eles defendem que o processo que teve início na quinta-feira, 10, com esclarecimentos de servidores foi conduzido de maneira informal.

Na quarta-feira, 9, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, no dia 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental.

No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão

anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro.

O ex-ministro da Educação e agora secretário da mesma pasta em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

“Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou Soares nesta quinta-feira, em entrevista à Rádio Eldorado. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro e no mesmo dia da nomeação do novo ministro.

Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o ministério soltou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo de 2018. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira, 11, o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia. As exonerações ocorrem um dia após o ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi ele quem assinou a retificação no edital publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro. Entre os exonerados estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado,

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo, estabelecer uma equipe que ficará a cargo da investigação. Eles defendem que o processo que teve início na quinta-feira, 10, com esclarecimentos de servidores foi conduzido de maneira informal.

Na quarta-feira, 9, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, no dia 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da mesma pasta em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

“Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou Soares nesta quinta-feira, em entrevista à Rádio Eldorado. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro e no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o ministério soltou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo de 2018. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC exonera 10 servidores após polêmica com livros didáticos

Medidas criticadas incluíam permitir erros e propagandas em livros didáticos;

Rogério Lot, presidente interino do FNDE, foi um dos demitidos

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou, na manhã desta sexta-feira, 11, o chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outras nove pessoas que ocupavam cargos comissionados no órgão, após a polêmica que envolveu a alteração do edital, voltado a orientar a produção de livros didáticos.

Lot, como presidente interino do FNDE, foi o responsável por assinar a quinta retificação do edital, que retirava itens sobre a proteção à mulher e a cultura quilombola, além de passar a permitir erros e propagandas nos livros didáticos para o ensino fundamental.

A nova versão do edital que orienta as obras escolares foi editado no dia 29 de dezembro de 2018, mas publicado no segundo dia do governo de Jair Bolsonaro, atribuindo os erros da edição à nova gestão. Porém, o Ministério da Educação (MEC) se pronunciou afirmando que nem Vélez nem o presidente decidiram retirar os trechos em questão, culpando o governo anterior.

De acordo com a nota oficial divulgada pela pasta, o ministro da Educação decidiu anular a nova publicação que continha os “erros”.

As mudanças foram feitas no Anexo 3 do edital, que trata dos “Critérios para Avaliação das Obras Didáticas” para o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano). As normas servem para que o Ministério da Educação (MEC) compre anualmente os livros para todas as escolas públicas do Brasil, ao custo de cerca de 1 bilhão de reais.

O item L do documento, segundo o qual a obra deveria “estar isenta de erros de revisão e/ou impressão” havia sido retirada do edital. Assim, poderiam ser aprovados até mesmo livros com erros gramaticais. “Incluir referências bibliográficas” também não seria mais necessário, medida que permitia que o material de estudo seja ou não baseado em pesquisas científicas.

A mudança também abria espaço para a publicidade de marcas, produtos ou serviços comerciais, pois o item que a proibia foi retirado. O novo edital também derrubava a obrigatoriedade de as ilustrações nos livros retratarem “a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país”.

As novas orientações excluíram ainda itens associados à esquerda por integrantes do governo Bolsonaro, como “o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher” e as menções à promoção da história e cultura quilombola e dos povos do campo.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e o ministério ainda não se pronunciou sobre as exonerações.

Notícias sobre

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Métodos de alfabetização fazem diferença

Métodos de alfabetização fazem diferença especialmente para alunos provenientes de lares com níveis de escolaridade e socioeconômicos mais baixos.

Um dos instrumentos retóricos do politicamente correto é o abuso da linguagem. “A questão não é apenas de métodos, mas também é disso e daquilo”. Com isso, desqualifica-se o interlocutor – que quer tratar da questão do método – e se encerra o assunto.

Por que é preciso alfabetizar as crianças? Por três razões: ninguém nasce sabendo; o alfabeto foi inventado, é arbitrário, portanto precisa ser aprendido; e para poder ler é preciso saber ler.

A alfabetização – como os demais problemas da educação escolar – é parte de um contexto. As variáveis mais importantes são o currículo, os professores, os materiais, os métodos, os instrumentos de avaliação, os incentivos e o contexto (escolar) onde ela ocorre. Portanto, alfabetização não é, obviamente, apenas uma questão de métodos.

Há pelo menos 40 anos o Brasil tem sido desleixado em todas essas áreas – e não apenas na alfabetização. Os PCNs, no final da década de 90, entronizaram as ideologias construtivistas (chamo de ideologias porque já foram superadas por evidências científicas robustas), e de lá para cá essas ideias entraram por todos os poros do sistema educativo e conquistaram mentes e corações. Apesar do consenso nacional sobre o tema e dos bilhões de reais gastos pelo MEC, a grande maioria dos alunos continua sem saber ler. Se essas ideias são tão boas, onde estão os resultados? Onde estão as evidências? Depois de 40 anos, nada?

Métodos de alfabetização fazem diferença. Métodos de alfabetização fazem diferença especialmente para alunos provenientes de lares com níveis de escolaridade e níveis socioeconômicos mais baixos. Alfabetizar no 1º ano do ensino fundamental faz enorme diferença. Para tudo isso existem evidências científicas – nacionais e internacionais. Não só os métodos fazem diferença. Mas também fazem. E muita. É claro que é preciso cuidar dos outros aspectos. No próximo blog falaremos do currículo e os maus-tratos que a alfabetização recebe na BNCC.

topo 

R7 - TEMPO REAL

MEC exonera 10 servidores após mudança em edital de livros Ministro da educação exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação e outros nove comissionados da autarquia

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira (11) o chefe do FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

As exonerações ocorrem um dia após o ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi ele quem assinou a retificação no edital publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro.

Entre os exonerados, estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância

anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo, estabelecer uma equipe que ficará a cargo da investigação. Eles defendem que o processo que teve início na quinta-feira, 10, com esclarecimentos de servidores foi conduzido de maneira informal.

Na quarta-feira (9), o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, no dia 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da mesma pasta em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

"Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", afirmou Soares nesta quinta-feira em entrevista à Rádio Eldorado. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro e no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o ministério soltou nota avisando que "erros foram detectados" no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher".

O edital foi modificado cinco vezes ao longo de 2018. Numa delas em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

Copyright © 2018 Estadão. Todos os direitos reservados

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Após confusão com livros, MEC exonera dez do Ministério

Saídas ocorrem um dia após ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para livros didático

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou nesta sexta-feira, 11, o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE),

Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia. As exonerações ocorrem um dia após o Ministério da Educação (MEC) iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital de livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi quem assinou a retificação do edital publicado no Diário Oficial da União de 2 de janeiro, que retirava a exigência de referências bibliográficas e deixava de impedir publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os exonerados, estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo MEC ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância, é preciso seguir um protocolo e estabelecer uma equipe que ficará a cargo da investigação. Eles defendem que o processo com esclarecimentos de servidores, que teve início na quinta, foi conduzido de informalmente.

Na quarta, o "Estado" revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

"Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", afirmou Soares na quinta-feira, 10, em entrevista à "Rádio Eldorado". "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, 9, só depois das denúncias na imprensa, o ministério divulgou nota avisando que "erros foram detectados" no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Além disso, metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher".

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Em uma delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. Imagina-se que algum

funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior. O que MEC quer saber é se houve intenção ou se foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após mudança em edital de livros, MEC exonera chefe do FNDE e 9 comissionados

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, exonerou nesta sexta-feira, 11, o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia. As exonerações ocorrem um dia após o ministério iniciar conversas informais para descobrir como ocorreram alterações no edital para os livros didáticos. A pasta disse que abriria uma sindicância, que ainda não foi formalizada.

Lot atuava como presidente interino do FNDE e foi ele quem assinou a retificação no edital publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro. Entre os exonerados estão duas assessoras e sete coordenadores, entre eles os das áreas de Mercado, Qualidade e Compras e de Acompanhamento Jurídico.

Funcionários do fundo estão questionando as exonerações, já que a sindicância anunciada pelo Ministério da Educação ainda não foi formalmente aberta. Para a instauração da sindicância é preciso seguir um protocolo, estabelecer uma equipe que ficará a cargo da investigação. Eles defendem que o processo que teve início na quinta-feira, 10, com esclarecimentos de servidores foi conduzido de maneira informal.

Na quarta-feira, 9, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, no dia 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da mesma pasta em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

"Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", afirmou Soares nesta quinta-feira, em entrevista à Rádio Eldorado. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro e no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o ministério soltou nota avisando que "erros foram detectados" no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher".

O edital foi modificado cinco vezes ao longo de 2018. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

VEJA - SP - TEMPO REAL

Buscas por Ministério da Educação no Google crescem 317%

Nos últimos 7 dias, o pico das buscas por Ministério da Educação aconteceu na última quarta-feira (10), às 19h. Entre às 7h e 19h de ontem, as buscas pelo órgão cresceram 317%.

Na última semana, as buscas que mais cresceram sobre o tema foram: "MEC volta atrás" (+5.000% de alta), "Murilo Resende" (+5.000% de alta), "MEC anula" (+5.000% de alta), "Edital livros didáticos" (+5.000% de alta) e "Despetização" (+5.000% de alta).

